

ISBN: 978-85-62578-05-2

transmissão na Universidade

Pesquisa em

Psicanálise:

Fuad Kyrillos Neto
Jacqueline Oliveira Moreira
(Organizadores)



transmissão na Universidade

Pesquisa em Psicanálise:

Fuad Kyrillos Neto
Jacqueline Oliveira Moreira
(Organizadores)

Pesquisa em Psicanálise : transmissão na Universidade / Fuad
Kyrillos Neto, Jacqueline Oliveira Moreira, organizadores. –
Barbacena MG : EdUEMG, 2010.
179 p.

ISBN 978-85-62578-05-2

1. Psicanálise. I. Kyrillos Neto, Fuad, org. II. Moreira,
Jacqueline Oliveira, org.

CDU: 159.964.2

Pesquisa em transmissão na Universidade Psicanálise:

**Fuad Kyrillos Neto
Jacqueline Oliveira Moreira**
(Organizadores)

Barbacena
Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais - EdUEMG
2010



PUC Minas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



EdUEMG
Editora da Universidade do
Estado de Minas Gerais



UEMG
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Universidade do Estado de Minas Gerais

Reitora

Janete Gomes Barreto Paiva

Vice-Reitor

Dijon de Moraes Junior

Chefe de Gabinete

Ivan Arruda

Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Antônio Dianese

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Magda Lúcia Chamon

Pró-Reitora de Ensino e Extensão

Neide Wood Almeida

EdUEMG - Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais

Av. Cel. José Máximo - 200 - B. São Sebastião

Barbacena - MG - CEP: 36202.284

Tel.: (32) 3362-7385 - Fax: (32) 3362-7431

eduemg@uemg.br

Coordenação

Fuad Kyrillos Neto

Capa, projeto gráfico e diagramação

Marco Aurélio Costa Santiago

Produção editorial e revisão

Daniele Alves Ribeiro

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Administração Superior

Grão-Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-Reitora

Profª. Patrícia Bernardes

Chefe de Gabinete do Reitor

Prof. Paulo Roberto de Sousa

Assessor Especial da Reitoria

Prof. José Tarcísio Amorim

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Wanderley Chieppe Felipe

Pró-Reitor de Gestão Financeira

Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

Pró-Reitora de Graduação

Profª. Maria Inês Martins

Pró-Reitoria de Logística e Infraestrutura

Pró-reitor: Prof. Rômulo Albertini Rigueira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. João Francisco de Abreu

Pró-Reitor de Recursos Humanos

Prof. Alexandre Rezende Guimarães

Diretor Executivo de Recursos Humanos

Prof. Sérgio Silveira Martins

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

Profª. Jacqueline de Oliveira Moreira

Prefácio

Em dezembro de 2009 aconteceu o seminário “Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade”. Realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), o seminário reuniu pesquisadores de importantes instituições de ensino e pesquisa de Minas Gerais que possuem programas de pós graduação *stricto sensu* em psicologia.

Esta obra é fruto dos estudos apresentados nesse evento e que foram retrabalhados para esta publicação sem perderem, contudo, certa independência um dos outros. Não obstante, há um espaço comum entre os trabalhos que foram agrupados em partes distintas, a saber:

Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico;

Psicanálise e método científico: a pesquisa de campo;

Psicanálise e universidade: tensões e convergências.

Tais partes oferecem ao leitor um quadro panorâmico acerca das possibilidades, impasses e tensões existentes na pesquisa em psicanálise na universidade.

Lembramos que Freud nunca abdicou do diálogo entre a psicanálise e a universidade, simultaneamente, valorizou e questionou a aproximação entre uma e outra, reconhecendo a importância da utilização do conhecimento psicanalítico na formação de profissionais de saúde e do saber das ciências humanas, atribuindo, no entanto, às instituições autônomas, a tarefa especializada de formação dos psicanalistas. Mesmo sofrendo resistências às suas descobertas no meio universitário, Freud não deixou de tentar manter um relacionamento com a academia, tendo sido livre-docente e professor assistente da Universidade de Viena, onde procurou divulgar as ideias psicanalíticas através de conferências durante trinta anos.

As resistências sofridas por Freud no espaço universitário, após persistentes tentativas de dialogar com seus pares na academia, decepcionaram-no. Isso refletiu na sua proposta de formação dos psicanalistas e

no modo como empreendeu o desenvolvimento da ciência psicanalítica. Talvez a reflexão sobre suas descobertas poderia ter sido enriquecida desde o início por meio do diálogo com seus pares na academia, caso a universidade não tivesse adiado a sua participação, o que ocasionou uma brecha no diálogo da psicanálise com a universidade.

Consideramos que um ensino digno de tal nome nas ciências humanas não pode ser outra coisa senão o correlativo de uma pesquisa. A psicanálise pode se beneficiar da relação de forças entre os saberes presentes na universidade para que esteja aberta ao diálogo numa possibilidade de mostrar sua coerência e sua efetividade na prática clínica.

É com base nas reflexões aqui expostas que apresentamos o livro “Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade” que pretende ser uma contribuição, com espírito crítico às relações da psicanálise com a universidade.

Fuad Kyrillos Neto
Jacqueline Oliveira Moreira
(organizadores)

Sumário

Prefácio	6
----------	---

Parte I

Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico

Psicanálise e método científico:

o lugar do caso clínico

Ângela Vorcaro	11
----------------	----

O método psicanalítico e o estudo de caso

Júlio Eduardo de Castro	24
-------------------------	----

Caso clínico: o método do exemplo

Ilka Franco Ferrari	36
---------------------	----

Parte II

Psicanálise e método científico: a pesquisa de campo

Projeto CAVAS/UFMG: uma experiência em pesquisa de campo

Cassandra Pereira França	50
--------------------------	----

Quatro modalidades de pesquisa em psicanálise

Luis Flávio Silva Couto	59
-------------------------	----

Psicanálise e método científico: pesquisa de campo

Roberto Calazans e Taísa Serpa	81
--------------------------------	----

A pesquisa em psicanálise e a Linha de Pesquisa

Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação

***Stricto Sensu* de Psicologia da PUC-Minas**

Cristina Marcos	99
-----------------	----

Parte III

Psicanálise e universidade: tensões e convergências

Pesquisa e transmissão da psicanálise no contexto universitário

Sônia Alberti _____ 113

Psicanálise e produção científica

Andréa Máris Campos Guerra _____ 130

Pesquisa em psicanálise na pós-graduação: diferentes possibilidades

Jacqueline Oliveira Moreira _____ 146

A psicanálise na universidade e sua relação com as instituições formadoras

Fuad Kyrillos Neto _____ 156

O espaço do singular no universal: a psicanálise na universidade

Maria Luisa de Vilhena Lana Peixoto
e Rosa Abaliac Azevedo _____ 167

Parte



Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico

Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico

Angela Vorcaro

**Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica, professora do
Departamento de Psicologia da Universidade Federal
de Minas Gerais (UFMG)**

angelavorcaro@uol.com.br

Vamos abordar inicialmente a relação do método freudiano com as monografias clínicas para, em seguida, discutirmos alguns pontos sobre o caso clínico na pesquisa em psicanálise. Retomamos inicialmente uma discussão que sistematizamos há alguns anos para circunscrever, retornar e reler, naquela ocasião, o caso Hans (VORCARO, 2002).

A despeito das importantes balizas técnicas esboçadas por Freud, o método freudiano não equivale nem se limita a elas. Foi exatamente por não ter tornado seu método explicitamente disponível que Freud conseguiu trilhá-lo e transmiti-lo por meio de monografias clínicas.

A escassez de recomendações técnicas é imanente ao método psicanalítico na medida em que impede o risco de reduzi-lo à técnica, que o tornaria passível de aplicabilidade. A aplicação de uma técnica, como sabemos, pressupõe a detenção de um conhecimento que universaliza o objeto e, conseqüentemente, apaga sua manifestação singular.

A preservação de manifestações do inconsciente nas monografias de Freud testemunha sua incidência mesmo quando tal registro ultrapassa a condição de abordá-lo ou quando dissipa sua opacidade. Essa característica íntima a responsabilização do analista quanto ao seu ato e à transmissão de sua prática clínica, obrigando cada analista, em cada caso, a recriar o método, constituindo um estilo. É o que permite a Allouch (1993) afirmar que o discurso do método freudiano é expresso na prática metódica que faz dele um. Sua série de monografias clínicas constituiu, na

repetição diferencial da série, um método.

Efetivamente, Freud decanta a clínica e transmite dela o caso. E interessa ressaltar que o caso não se limita ao paciente, mas refere-se ao encontro que a clínica promove. É por isso que podemos dizer, com Allouch (1993), que a especificidade dessa transmissão implica que a sustentação do caso em Freud não esteja limitada à função de paradigma do método freudiano.

Para nos ajudar na da diferenciação do caso clínico como exemplo ou como problema de pesquisa, vamos retomar a observação de Kuhn (1990). O autor ressitua a definição e a função gramatical do paradigma a partir do efeito de seus trabalhos na comunidade científica:

se não se ensinam definições aos cientistas, são-lhes ensinados métodos tipo de resolver problemas escolhidos [...]. Se eles assimilam um conjunto suficiente desses exemplos tipo, eles podem modelar sobre eles sua pesquisa ulterior, sem precisar haver acordo sobre o conjunto das características que fazem deles exemplos tipo, justificando sua aceitação. Esse procedimento parece bastante próximo àquele pelo qual os estudantes de línguas aprendem a conjugar verbos e a declinar nomes e adjetivos. Eles aprendem, por exemplo, amo, amas, amat, amamus, amatis, amant, e usam essa forma tipo para obter o presente do indicativo de outros verbos da primeira conjugação latina. A palavra ordinariamente utilizada para designar esses exemplos tipo no ensino de línguas é "paradigma" e quando eu o estendi a problemas científicos tipo, [...], parece-me que não falseei o sentido. [...] [Esses manuais] apresentam soluções completas aos problemas, aos quais a profissão conferiu o estatuto de paradigmas; pois eles demandam ao estudante...resolver ele mesmo problemas bastante semelhantes, quanto ao método e ao conteúdo, àqueles que ele já encontrou no manual ou no curso do professor. [...] Infelizmente [...] os paradigmas ganharam vida própria, caçando, em larga medida, a referência anterior ao consenso. Começando como solução de problemas tipo, eles estenderam seu império, apropri-

ando-se primeiramente dos livros clássicos nos quais apareceram inicialmente esses exemplos aceitos atualmente, para anexarem-se finalmente ao conjunto disso a que aderem os membros de tal ou tal comunidade científica. [...] a palavra "paradigma" só é apropriada ao primeiro desses sentidos (KUHN, 1990, p. 24).

As monografias clínicas de Freud ultrapassam a função técnica e aplicativa do paradigma, constituindo propriamente um método como depreendeu Allouch, por que:

- o caso histórico delimita um campo cujo método não cessa de se significar na abordagem do caso;
- o caso provoca uma transmissão feita do exercício subjetivo que o ato de relatar o caso faz valer: o método é o relato do caso, mantido singular, porque fundado na literalidade do que o caso mostra como sintoma e como narrativa dos invólucros do sintoma;
- o caso aparta o saber adquirido de casos precedentes, inscrevendo o que há de traço propriamente metódico: o saber adquirido, em vez de ser aplicado, deve ser recusado.

Fazer valer tais especificidades conduz a constatar que o método, diferentemente da técnica, só pode ser concebido de modo indissolúvel do que se convencionou chamar de objeto. Agora, nosso recurso é Canguilhem (1958/1966), que nos guia quanto à relação entre objeto e método da ciência:

procurou-se, por muito tempo, a unidade característica do conceito de uma ciência na direção de seu objeto. O objeto ditaria o método usado para o estudo de suas propriedades. Mas era, no fundo, limitar a ciência à investigação de um dado, à exploração de um domínio. [Quando se constatou que toda ciência se dá mais ou menos seu dado e dele se apropria¹], e desse fato, o que se chama seu domínio, o conceito de uma ciência progressivamente tem bem mais o esta-

¹ Lors qu'il est apparu que toute science se donne plus ou moins son donné et s'approprie, et, de ce fait, ce qu'on appelle son domaine...

tuto de seu método do que de seu objeto. Ou, mais exatamente, a expressão “objeto da ciência” recebeu um sentido novo. O objeto da ciência não é mais somente o domínio de seus problemas, dos obstáculos a resolver, é também a intenção e a visada do sujeito da ciência, é o projeto específico que constitui como tal uma consciência teórica (CANGUILHEM, 1958/1966, p. 78, tradução nossa).

Porém, se podemos conferir o estatuto de método às monografias clínicas de Freud, é porque podemos desdobrar sua função, fazendo-as trabalhar ainda mais para forçá-las a dizer melhor, esclarecidas por relatos posteriores, pela teorização e pelas interrogações que emergiram depois delas no atravessamento de outras séries clínicas de análises de outros tempos.

Para problematizar o lugar do caso clínico na pesquisa em psicanálise, é preciso considerar que a importância do caso clínico é a de permitir recolher nele, inicialmente, a função da literalidade do escrito.

A concepção do clínico sobre um tema de pesquisa reverbera sobre o método com o qual o caso foi abordado e tratado, produzindo interrogações não apenas relativas à capacidade operatória da psicanálise para o tema tratado, mas também sobre o sujeito a que tal clínica se dirige.

Portanto, considerando a função de pesquisa que cada caso tem para a psicanálise, a primeira interrogação que nos orienta é: o que fez de um sujeito na clínica um caso de pesquisa?

Nessa perspectiva, as interrogações que o caso produz sobre o método analítico e as interrogações que o método analítico produz sobre o caso são formas de abordagem de um traço de real da clínica em que outras problematizações se abrem:

- a preservação da literalidade do sintoma e da narrativa permite ressignificar a abordagem do caso? A narrativa descola-se dos sintomas ou compõe-se como invólucro dele?
- O que o relato faz valer enquanto ato do analista? Como o desejo do analista comparece no caso clínico?

Além desses aspectos que a abordagem clínica em psicanálise exige sempre problematizar, dentro ou fora de uma pesquisa acadêmica, o essencial na abordagem do caso clínico na pesquisa em psicanálise é a função de exponenciar o saber adquirido com os ensinamentos do caso, tornando-o capaz de interrogar, reformular, distinguir ou ultrapassar o que já foi explicitado pela generalização teórica psicanalítica.

Os ditos "dados" do caso registrados situam a prática da transcrição e a hipótese de coincidência entre investigador e clínico. Entretanto, o voto da plena transposição de registros dos enunciados efetuado por meio de uma "transcrição de dados" exige problematizar aquilo que dela escapa através do esclarecimento de sua função e, como consequência, a posição de quem os lê para registrá-los.

A interposição da atividade de escrita situa o Outro do escritor: o sujeito, suposto saber a quem este se remete. E nessa dobradiça em que se identifica, num só tempo, o clínico e o pesquisador, interessa localizar, nos traços depositados da escrita literal, como o pesquisador ultrapassa sua transcrição. Afinal, um saber se deposita em seu escrito, a despeito da consciência do autor. É o que permite ao pesquisador, ao retornar outras vezes mais sobre a transcrição feita do caso, situar propriamente o que o caso fisga de interesse investigativo.

Esse fator é importante porque o pesquisador pode se restringir a querer confirmar afirmações teóricas já feitas, oferecendo manifestações clínicas a serviço de testemunhar a própria psicanálise. Nessa situação, longe da função de investigação, o caso torna-se mero exemplo que pode obturar o próprio método, configurando um ato de abandono do mais essencial à psicanálise. Funcionando como resistência do analista à manifestação subjetiva singular, o pesquisador pode operar tentando fazer caber o singular do caso no universal da necessária generalização teórica, reproduzindo, assim, a função demonstrativa do paradigma apontada por Khun.

Por isso, vale interrogar as condições de produção da observação psicanalítica sistemática para iluminar zonas obscuras do caso relatado e

de sua escolha.

O lugar de "certificação das inferências" e de "testemunho da confiabilidade do método psicanalítico" não constitui um caso como campo propício à investigação e à teorização. Pode, em contrapartida, dar lugar de inquisidor ao clínico.

Encontramos balizas que permitem problematizar o enredamento do desejo de transcrever um caso clínico como personificação de um desejo de saber que contempla o gozo do clínico, sendo, por isso, capaz de constringer a especificidade da prática psicanalítica. Aqui se situa uma versão em que saber e gozo são vergados em direção à sinonímia. Dessa forma, a possibilidade de um sujeito articular significantes para desarrimar o gozo ao qual está aderido pode encontrar, como obstáculo, outro gozo: o fascínio pelo saber com o qual o clínico se deleita à custa do sujeito. Isso nos interessa porque o saber pode ser fascinante, especialmente quando um clínico reencontra num caso a possibilidade de resgatar o desconhecimento sobre o que teria esquecido.

Vale considerar aí a resistência do analista ao tratamento, em função de sua fascinação pela pesquisa e pela autoria em psicanálise.

Assim, na medida em que força a produção de uma cena, ou seja, fazendo-a aparecer, erigindo evidências, o pesquisador faz-se obsceno, ou seja, retira-se da cena imiscuindo-se sorratamente nela, e pode fazer uma clínica coercitiva, mas sem ato. Assim, não apenas coloca obstáculos para a transferência, mas também lança o sujeito à deriva do gozo do pesquisador.

Enfim, o caso clínico permite recolher duas funções caras à psicanálise:

- a função da literalidade do escrito;
- a função de expoenciar o saber adquirido com os ensinamentos do caso, tornando-o dispositivo problematizador da carga imaginária presente na generalização teórica da doutrina psicanalítica.

Só na literalidade da narrativa escrita do caso poderemos reconhecer e distinguir o que há de singular na clínica. Tal literalidade é cara à psicanálise porque o que o analista grafa e apaga da clínica é o que concebe

como relevante ou desnecessário, evidenciando que seu ato de escrever está regulado pela responsabilização quanto ao seu ato clínico. Dizer da regulação do escrito pela clínica é dizer que o escrito submete-se, queira ou não, saiba ou não, às mesmas regras estruturais do que faz ato clínico. Nessa medida, a transmissão da clínica psicanalítica pelo que dela se escreve constringe o que há de singular no encontro-desencontrado dessa experiência.

O real ou o singular da clínica que o clínico necessariamente desconhece só pode ser abordado depois de ter sido transposto para outro sistema de registro – a escrita – antes de ser localizado, ou seja, antes de tornar-se propriamente legível. Recuperar a operação de apagar e de ressaltar trilhamentos do caso no registro escrito deste é descompor séries imaginárias que bordejam e encobrem o real, a letra ou o singular do caso. Destituí-las de sua condição imaginária é, portanto, reduzi-las por meio de operações simbólicas que cartografam, distinguem séries correlatas que reencontram a repetição. Daí a função da narrativa: só o encadeamento significativo permite ler, no escrito, a constrição real, ou seja, a singularidade do caso que não é nem apenas da estrutura do paciente nem de suas manifestações sintomáticas, mas refere-se ao encontro desencontrado do sujeito com o analista.

Por mais que se queira um exercício de saber, a escrita do caso mostra que o analista está submetido à clínica, sendo falado pelo seu escrito muito mais do que saberia dizer. Daí a função da escrita da clínica psicanalítica: interrogar o que ela tem de imaginário e de aleatório para, ao reduzir a montagem consistente que adquire, surpreender, testemunhar e transmitir o singular do sujeito e do ato psicanalítico.

A função do caso clínico na pesquisa em psicanálise não é demonstrativa nem exemplar. Mostrando a oposição entre método psicanalítico e método científico, o caso clínico tem por função problematizar a generalização necessária à teoria, explodindo a imaginarização de universalidade da teoria sempre avessa à presença do singular surpreendente implicado no inconsciente.

Algumas observações sobre a especificidade da clínica em psicanálise

A dissimetria que incide na prática de uma psicanálise é de ordem bastante distinta do caso clínico que orienta as práticas psicológicas. Mais que dissimetria, trata-se da disparidade conceituada como "transferência" que se refere à suposição de saber que o psicanalista localiza no psicanalista. Essa disparidade imaginária de saber - que virá a ser, ao termo desta psicanálise, destituída - se estabelece a partir do endereçamento de uma demanda pelo solicitante ao psicanalista.

O encontro do psicanalista com o psicanalista só será iniciado a partir do estabelecimento da transferência. Essa modalidade de laço artificial exige objeção a duas noções caras às práticas psicológicas: intersubjetividade e terapêutica.

Ao considerarmos as implicações do uso da fala, com Lacan, evidenciamos que a intersubjetividade é um obstáculo à transferência. Vejamos. A hipótese do inconsciente formulada por Freud exigiu de Lacan distinção entre o saber (ou seja, o lugar da operação da linguagem) e o semelhante (ou seja, aquele que uma consciência supõe outra), outro imaginário (ou seja, aquele que uma consciência supõe outra). A "transferência" tem como eixo a noção de "sujeito suposto saber". Isso se deve à ficção de que o saber desconhecido pelo psicanalista e próprio a seu funcionamento inconsciente é suposto e localizado pelo psicanalista nesse psicanalista. Por isso, o discurso que uma psicanálise instaura só acontece com a formação deste terceiro, que não é real, mas é suposto: o sujeito suposto saber, separado do psicanalista. Entretanto, o psicanalista só se habilita à função ao diferenciar sua pessoa desse lugar que lhe é atribuído, pois caso ele se adira a esse equívoco, supondo-se encarnar o saber, ele exercerá poder de sugestão e de coação, mas dissolverá a possibilidade de aí haver uma psicanálise.

Portanto, não se trata de uma relação intersubjetiva. Ultrapassá-la implica ainda diferenciar uma psicanálise de uma terapêutica. Afinal,

terapêutica é reestabelecimento do estado primitivo, impossível de se enunciar a partir da psicanálise, pois aquela não racionaliza nem controla previamente seus efeitos, sendo, entretanto, uma prática cujo ato incide radicalmente no regime da economia pulsional do sujeito, que assim se transforma (BIRMAN, 1994).

O psicanalista tem uma relação direta com o saber do sujeito suposto. Ele nada sabe desse saber suposto, mas ele tem um saber “em reserva”, que lhe permite ordenar logicamente o não sabido. É o não saber do clínico que permite ao sujeito a iniciativa de construir seu projeto de saber. Trata-se de assumir a posição de não saber, de aprendizagem e de pesquisa que desieraquiza e esvazia o saber prévio, dissipando o caráter imaginário na medida em que comporta uma condição de tratamento adequada à posição subjetiva que ela acolhe. Permitindo saber não saber de uma boa maneira, essa posição transmite o que, da condição do sujeito, pode lhe permitir fazer-se com isso (ZENONI, 2000).

Constituir o suporte de um ponto de ignorância para reintroduzir o que não se sabe como eficácia operatória (COSTA, 2006) exige considerar a hipótese do inconsciente. Trata-se da aposta de que, além da alienação reprodutiva do discurso que o enreda, a busca de tratamento implica em o psicanalizador sustentar a crença de que seu mal-estar quer dizer mais do que ele mesmo sabe, e que o seu endereçamento ao psicanalista recruta a possibilidade de que, ao passar pela coisa do outro (ALLOUCH, 1995), possa se reinventar outra coisa. Em outros termos, localizar um saber insabido na singularidade do sintoma, bordeando-o com um ato enunciativo de interrogação desse sintoma pelo solicitante, é o desdobramento que se espera ocorrer no tempo de acolhimento.

Cabe lembrar que singularidade tem aí acepção matemática: a singularidade é o valor que explode uma função (SAURET, 2006). É o fracasso de seu equacionamento mais íntimo que perturba o sujeito a ponto de demandar que alguém saiba curá-lo. Ressituar esse alguém, não no clínico, mas no próprio sintoma, é a operação de destituição subjetiva: reconhecimento de que o saber insabido está no próprio sintoma (SAURET,

2006), atualizado no encontro de formulações enunciativas.

A importância dessa perspectiva deve-se ao que o tratamento possível dos sujeitos impõe: a interrogação sistemática das modalidades pelas quais o discurso instituído enquadra os sujeitos pela criação de meios que o transbordem, de modo a acolher e tratar a singularidade do sujeito.

Transformar o atendimento clínico em um lugar de interrogação sobre a própria teoria psicanalítica e sobre sua transmissão convoca o clínico a suportar o insabido, testemunhando as ocorrências da clínica, problematizando conceitos que lhe são correlativos e expondo-se à refutação. Para isso, é necessário que as ocorrências da clínica sejam acolhidas pelo clínico que as testemunham, de modo a constituírem-se em um obstáculo à decisão interpretativa imediata para assim interrogar o discurso teórico que a referenda.

Ao produzir esse esgarçamento na continuidade imaginária da teoria – problematizando o próprio desconhecimento, seus equívocos e encobrimentos, diante daquilo em que os enigmas da clínica engastam – aborda-se esse ideal de clínica no seu vértice simbólico. Isso implica detenção na estranheza que a clínica oferece à compreensão, para desse lugar situar os limites do saber disciplinar (VORCARO, 1996). Trata-se, portanto, de criar as condições para a consideração da diferença e da desarmonia diante do confronto provocado pela singularidade e resistência da clínica para que assim, permita interrogar o que a prática tem de aleatório (LACAN, 1977).

Não é simples operacionalizar a prática clínica de modo a que ela suporte a tensão entre a manifestação de um sujeito e a teoria que enquadra sua observação e sua escuta. Pode-se, facilmente, fazer escolhas e recrutamento de dados que impeçam o discernimento do detalhe em que se aloca a singularidade que cada caso coloca "fora da pauta". A decorrência dessa dificuldade é o risco de abolição da tensão entre o singular do sujeito e o universal da teoria operante na clínica em função do que já está categorizado. O esquecimento da tensão "singular-universal" privilegia o "particular" que as teorias nos oferecem, fazendo da

clínica um dispositivo de obturação do desconhecido e não uma possibilidade de recolher a singularidade através do que o clínico testemunha (VORCARO,1999).

Para que a singularidade do caso possa ser surpreendida e acolhida, é necessário interrogar a experiência e deslocar questões. Para que assim, a consideração do detalhe do caso (ALLOUCH, 1995) sirva à reelaboração do saber clínico. O método clínico torna-se, nessa perspectiva, tributário da consideração de cada caso como constituindo um método próprio de inscrição do sujeito no laço social. A abordagem clínica permitirá, então, os meios para que o sujeito possa decifrar sua modalidade singular de inscrição.

Referências

- ALLOUCH, J. *Letra a letra, traduzir trancrever, transliterar*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 1995.
- _____(1993). *Freud, et puis Lacan*. Paris: Epel.
- CANGUILHEN, G.(1956). *Qu'est ce que La psychologie? Les Cahiers pour l'analyse*. Paris: Societé du grafe, 1966, pp.76-91.
- COSTA, A. Uma experiência de clínica institucional. In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. (Orgs.). *Psicanálise e saúde mental: uma aposta*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2006.
- DOR, J. *Estrutura e perversões*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FREUD S.(1914). *Contribución a la história del movimiento psicoanalítico*, v. XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas)
- _____(1933/32). *Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis*, conferência XXXII, v.XXII. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas)
- KHUN, T. (1990) *La tension essentielle*. Paris: Gallimard.
- LACAN, J. Overture de la section clinique.In: *Ornicar*, n. 9, Paris, 1977.
- SAURET, M-J. Psicanálise, psicoterapias... ainda. In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. (Orgs.). *Psicanálise e saúde mental: uma aposta*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2006.

VORCARO, A. Compreender ou estranhar, incidências no psicodiagnóstico. In: ANCONA-LOPES, M. (org.). *Psicodiagnóstico, processo de intervenção*. São Paulo: Cortês, 1996.

_____. Sobre a clínica interdisciplinar. In:_____. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Cia de Freud,1999.

_____. O estatuto do dado lingüístico como articulador de abordagens teóricas e clínicas. *Caderno de Estudos lingüísticos*, n.38, Campinas, 2000.

_____. Sob a clínica: escritas do caso. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo, 2003, ano VIII, no. 14, 2003, pp.90-113.

VORCARO, A; TORRES, P.; TEIXEIRA, D. A posição da clínica-escola na formação do psicólogo e o exercício profissional. In: ENCONTRO PSICOLOGIA NAS GERAIS, 2008, Belo Horizonte. [não publicado]

ZENONI, A. Qual instituição para o sujeito psicótico. *Revista de Saúde Mental Abrecampos*, Belo Horizonte, ano 1, n. 0, 2000, pp.03-12.

O método psicanalítico e o estudo de caso

Júlio Eduardo de Castro

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Psicanalista, professor-pesquisador da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

julioecastro@mgconecta.com.br

Cabe aqui começar pela etimologia da palavra “método” (*métodos*). Feita a devida escansão, *metá* significa através e *hodós* denota caminho. Portanto, no geral, todo e qualquer método nos traz a significação de “caminho a ser atravessado” para se chegar a um lugar/objetivo previamente determinado¹. O método, por esse viés quase que literal, nos fornece ainda, de antemão, uma orientação no campo a ser atravessado, uma concepção do objeto a ser pesquisado e até mesmo o uso de instrumentos para fazê-lo. Essa é a estrutura mínima do conceito que aqui nos interessa: método.

Cabe ainda destacar nele um quê, subentendido, de metáfora do movimento, de deslocamento de um lugar para outro. Esse deslocamento nos é aí dado pela presença do prefixo grego *metá*, que traz a ideia de atravessamento de um espaço com dificuldades, porque se elas não existissem, não se justificaria a existência do método.

O método então é uma invenção da razão, invenção sustentada em um corpo que se locomove e, por isso, metaforiza o campo/espaço. Um

¹ Diferentemente do método psicanalítico (a associação livre) - que valoriza mais o caminhar que o caminho. Se há um caminho em psicanálise, ele está sempre por ser feito, sendo aberto pelo sintoma e vivido a partir da falta-a-ser (política do psicanalista), não sendo, portanto, previsível de antemão por meio de objetivos *a priori*.

exemplo vivo disso são as cartografias, lugar em que as referências nada mais são que aproximações, por similaridades, aos lugares físicos e geográficos ali representados. Daí decorre que o mapa, fruto do método, não dispensa a representação metafórica, pelo contrário, dela se serve.

“Metodologizar” é fazer uso dos recursos metafóricos do Nome-do-Pai e, por decorrência, adentrar na significação fálica. Se, por um lado, isso nos traz vantagens em matéria de aquisição e uso de recursos simbólicos e de saberes, por outro, nos afasta radicalmente das contingências (manifestações do real) e da “coisa freudiana” (*das Ding*). Há, portanto, uma tensão inevitável entre os recursos (metafóricos) oferecidos pelo método e as contingências (o real) que participam de toda e qualquer pesquisa. Destacamos essa tensão pelo que extraímos do ensino de Lacan a esse respeito: que é pela contingência que temos a chance de demonstrar e escrever o real.

Freud teve suas razões quando recomendou ao psicanalista que contivesse sua ânsia de escrever e publicar apressadamente estudos de casos clínicos.

Uma das reivindicações da psicanálise em seu favor é, indubitavelmente, o fato de que, em sua execução, pesquisa e tratamento coincidem; não obstante, após certo ponto, a técnica exigida por uma opõe-se à requerida pelo outro. Não é bom trabalhar cientificamente num caso enquanto o tratamento ainda está continuando – reunir sua estrutura, tentar predizer seu progresso futuro e obter, de tempos em tempos, um quadro do estado atual das coisas, como o interesse científico exigiria. Casos que são dedicados, desde o princípio, a propósitos científicos, e assim tratados, sofrem em seus resultados; enquanto os casos mais bem sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se os enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições. A conduta correta para um analista reside em oscilar, de acordo com a necessidade, de uma atitude mental

para outra, em evitar especulação ou meditação sobre os casos, enquanto eles estão em análise, e em somente submeter o material obtido a um processo sintético de pensamento após a análise ter sido concluída (FREUD, 1912/1980, p. 152-153).

Por meio desse extrato, notamos que há aí uma afirmação de princípio ou, em outras palavras, um pressuposto a qualquer trabalho de pesquisa e/ou investigação psicanalítica: não há qualquer distinção metodológica a ser feita entre as dimensões de investigação e de tratamento em psicanálise. O método da associação livre deve ser preservado em ambas as dimensões: na clínica, pelo trabalho de transferência e, no estudo de caso, como fonte empírica privilegiada. Decorre daí a intenção freudiana de desestimular, no psicanalista, tanto o desejo de curar quanto a ânsia de buscar reconhecimento científico por meio do estudo de caso. Portanto, querer a cura e/ou o reconhecimento científico é algo passível de funcionar como resistência do psicanalista ao tratamento do sujeito, à cura.

O estudo de um caso a cada vez pode até contribuir para fazer evoluir a teoria psicanalítica, mas por si somente não é prova de fidedignidade, nem tampouco de verificabilidade científicas. A prudência freudiana pretendia manter isento da subjetividade do psicanalista, o material clínico que por ventura viesse a surgir através da associação livre. E a recomendação feita ia justamente nessa direção: evitar que os ideais (inclusive os científicos) do psicanalista o cegassem/ensurdecessem em relação ao material que estivesse por vir, principalmente aquele que fosse capaz de causar surpresas e reviravoltas na situação e processo psicanalíticos. Vê-se a preocupação de Freud em manter um espaço aberto na teoria para as contingências que marcam a vida, a história e o próprio processo psicanalítico. Uma vez mais chegamos ao postulado de que é pela contingência que se torna possível demonstrar o real.

Freud recomenda ao psicanalista que não escreva/publique qualquer estudo de caso concomitantemente à condução do tratamento psicanalítico – ou seja, dedique-se exclusivamente à direção do tratamento até

sua finalização para, após, escrever o estudo de caso. Todavia, essa recomendação freudiana nos aponta a existência de uma tensão entre os dois pólos: a condução do tratamento e a pesquisa científica. O tratamento psicanalítico é marcado pelo método da associação livre - que a cada sessão exige a realização sob transferência de uma fala (feita de improviso e sem pré-textos), o mais desprendida possível das resistências do eu. Enquanto o estudo de caso, por sua vez, é marcado pela escrita (feita pelo pesquisador sobre fragmentos de um sujeito), a qual tende ao enquadre científico-universitário. Se no primeiro caso o que vale são as perdas e faltas em torno das quais o sujeito, o sintoma e o desejo se constituem, ou seja, o seu *curriculum mortis*, no segundo caso o valor é dado ao *curriculum vitae*.

No tratamento, o sujeito fala por si e a partir de si mesmo. No estudo de caso, alguém escreve sobre um sujeito que disse a partir de si mesmo e por sua conta e risco. Essa tensão nos lembra uma distinção essencial: o sujeito da fala não é o sujeito da escrita. Justo por estar mais propenso ao erro e ao fracasso, o sujeito da fala é, por excelência, o lugar do mal-estar, inclusive o mal-estar que decorre dos efeitos da ciência e do que é refugado pelos ideais do Outro [I(A)] (LACAN, 1960/1998; 1966/1998), seus restos. Já o sujeito da escrita existe em função da revisão e correção permanentes de erros. Por isso mesmo, ele filtra e apaga o que seria da ordem das manifestações do inconsciente, por exemplo, os lapsos de escrita.

O estudo de caso é um procedimento metodológico que surgiu no campo da antropologia cultural e que foi, posteriormente, importado por outros campos das ciências humanas: principalmente a sociologia, a medicina e a psicologia. Ele, por um lado, justo por sustentar-se em fragmentos do caso articulados segundo a escrita do pesquisador, não tem inclinação para a completude. Ele não pretende esgotar a história do sujeito, nem tampouco as explicações acerca do caso clínico, mas ser o testemunho de uma mudança de posição do sujeito em relação ao desejo e ao gozo.

Por outro lado, espera-se do estudo de casos o compromisso a favor do gozo do “um”, uma unidade que permita chamá-lo de “um caso”. É

na amarração desses dois aspectos – os fragmentos e a unidade – que reside o desafio do psicanalista-pesquisador que faz uso desse recurso metodológico: mover-se nessa tensão entre o que é da ordem do particular e o que é da ordem do geral. Por isso, o estudo de caso pode tanto confirmar o universal quanto ser uma exceção a ele. Ou, se raciocinarmos com a lógica que Lacan nos passou por meio de seu ensino, o estudo de caso pode abrir a perspectiva de que “a exceção confirme a regra” - tal e qual a posição do pai real, o pai da horda primeva (FREUD, 1912-13/1980) que, na releitura lacaniana do Édipo freudiano, é a exceção à castração que, por essa posição de exterioridade, cria o universal/conjunto dos castrados (regra).

Uma preocupação constante no estudo de caso é com a objetividade e, mais especificamente, com a empiria. Essa preocupação deve, contudo, ser relativizada no caso da pesquisa psicanalítica. Nela devemos levar em conta que o objeto que diz respeito à psicanálise – seja “o inconsciente” no caso de Freud ou o “objeto *a*” no caso de Lacan – não é objetivável, mas objetualizável. Esse objeto é insólito (LACAN, 1960-61/1992) e, como tal, traz a marca de um lugar vazio que faz existir o sujeito.

É devido a essa distinção entre objetividade e objetualidade (LACAN, 1962-63/2005) que a empiria do estudo de caso, em psicanálise, não deveria ser usada apenas para confirmar ou refutar a teoria, mas para fazê-la evoluir, principalmente ao examinar as exceções (o particular) presentes no caso clínico que confirmem a regra (o universal). É nessa conexão que o psicanalista-pesquisador pode fazer do estudo de caso algo além de uma metodologia usual de pesquisa.

Alem disso, é no estilo de escrita que o psicanalista-pesquisador tem ainda a chance de dar cor ao caso clínico. Sua escrita é aí determinante, visto que não há escrita sem sujeito para a psicanálise, mesmo no discurso da ciência (em que ele está forcluído) e no discurso universitário (em que ele está subsumido nas referências autorais). E é preferível saber de antemão que, por todas as razões até aqui apresentadas, escrever um caso clínico não é um procedimento neutro, imparcial e puro. O psicanalista-pes-

quisador tem aí sua participação nas linhas e entrelinhas do que escreve, assim como a teve nos atos e atitudes ligados à direção do tratamento.

Isso porque o psicanalista sabe que transmite algo através de “seu” ato por meio de um discurso muitas das vezes sem palavras, sendo assim, impossível traduzi-lo. Afinal, o ato, o discurso e o desejo do psicanalista são marcados por essa impossibilidade de tradução intersemiótica de seu saber (sustentado na douta ignorância) em saber científico, justamente porque o “objeto *a*” não é objetivável.

[...] o ato, o discurso, o saber e o desejo do psicanalista não podem ser reduzidos a meros conceitos da teoria lacaniana. Por serem derivados da concepção lacaniana sobre a produção de analisatas, ao final de uma análise, dizem diretamente respeito à ética sustentada no desejo. Ética que levou o sujeito, já analista, a bem-dizer o sintoma e a saber-lidar com ele, recusando-se, por isso mesmo, a fazer qualquer pacto ou formação de compromisso com o discurso universitário. Caso contrário, há o grande risco de ver reduzido o seu trabalho (intensivo e extensivo) às características comuns ao neurótico obsessivo e a muitos dos sistemas escolares: a ritualização, a hierarquização e a burocratização (CASTRO, 2006, p. 135).

No ensino de Lacan, o ato, o desejo, o saber e o discurso do psicanalista têm a função de operacionalizar a ética do desejo e a política da “falta-a-ser”, seja no tratamento, no ensino, na pesquisa. Como operadores, eles se prestam a orientar o psicanalista a não ceder aos ideais do Outro [I(A)], em detrimento do sujeito e do desejo. O ato e o estilo do psicanalista - e o que eles transmitem entre as palavras - não é, portanto, passível de representação, nem, por isso, de formulação para o discurso universitário e científico.

Já a transmissão de um estilo, que ocorre na intensão e por meio do discurso analítico, é aquela em que a intensa participação do objeto *a* - como e enquanto interseção dos três registros (RSI) - é imprescindível. Qualquer outra forma de transmissão não orientada por esse preceito, por exem-

plo, a transmissão de informações e de conhecimentos nos moldes do discurso universitário, não merece ser caracterizada como analítica, podendo até instruir o sujeito ao informá-lo sobre a doutrina sem, contudo, formá-lo por meio de sua própria destituição (CASTRO, 2006, p. 161).

A “tirania do saber” (LACAN, 1969-70/1992) – que segundo Lacan tanto caracteriza o discurso universitário – encontra aqui uma impotência cuja superação poderia ser feita por meio do discurso analítico. Além dessa dissonância discursiva, existente quando comparamos esses dois discursos (o psicanalítico e o universitário), para Lacan o discurso do psicanalista poderia esclarecer ao discurso do universitário o seu furo elementar e, assim, fazê-lo superar sua impotência original e evoluir.

Mostrar a impotência inerente ao discurso universitário seria tornar visível a incapacidade de que o sujeito, nele produzido, se verifique nos autores aí referenciados – autores que cumprem a função de significantes-mestre (S1). A mobilização do estudante (*a*) em posição de trabalho – este causado pelo saber (S2) em posição de agente – nos aponta a impossibilidade (de educar/ensinar) superada pelo discurso universitário. Entretanto, a subordinação estrutural do discurso universitário ao saber autoral é, para Lacan, o seu furo primeiro. E a consequência desse furo é a produção de um sujeito acadêmico, ou seja, de um sujeito subordinado aos saberes que ele próprio utiliza e aos autores aos quais se filiou. Frente a esse sujeito, que lugar haverá para o vazio na pesquisa? E no estudo de caso, mais especificamente, como subscrever esse lugar? Sem esse lugar, o sujeito acadêmico estará propenso a psitacismos e a escroquerias, ou seja, a unicamente repetir o que o autor *dixit*, demonstrando assim sua filiação ao Outro autoral e a inexistência de qualquer estilo próprio. Ele se torna então um fiel seguidor do método, não obstante, sem estilo, sem perfurar e sem pôr a sua marca no objeto do qual se ocupa – seja no tratamento, no ensino, na pesquisa.

Ainda sobre o estudo de caso, cabe ressaltar que, para a psicanálise, não há empiria desconexa da teoria. Pelo contrário, o estudo de caso

não dispensa a pesquisa teórica. O que na verdade sustenta o caso clínico é a doutrina que corre por debaixo dos procedimentos utilizados (questionários, entrevistas, fragmentos de sessões, diário de campo etc.). Já quando a pesquisa é teórica, a empiria, do mesmo modo, não é dispensável. Contudo, mesmo não fazendo uso dos recursos empíricos usuais mencionados acima, o psicanalista-pesquisador da teoria tem - em sua própria experiência vivida com a psicanálise e nas análises que conduz - a empiria como pano de fundo a guiá-lo nesse campo de problemas éticos chamado psicanálise. De modo que suas pesquisas, mesmo que teóricas, trarão sempre a marca do ponto em que o “trabalho de transferência” (LACAN, 1967/2003) o levou: a destituição subjetiva, a travessia da fantasia e a identificação ao sintoma, enfim, a passagem de psicanalisante a psicanalista. A passagem que não corresponde, por razões de formação, à passagem de estudante a pesquisador.

As diferenças na formação – antes de tudo discursiva – do psicanalista e do pesquisador são, na verdade, efeito da impossibilidade de tradução do discurso psicanalítico em discurso universitário. Por exemplo, não há como formular, em termos de saber teórico-conceitual, o que se passa no momento do ato psicanalítico (LACAN, 1967-68/1981; 1969/2003), visto ser ele feito entre as palavras e, mais ainda, se antecipando ao sujeito do significante. Essa inefabilidade do ato psicanalítico nos atesta, além da impossibilidade de tradução acima mencionada, que o discurso psicanalítico ($a \rightarrow \$$) é aberto ao erro, ao fracasso, às perdas e aos restos subjetivos. Nele, o sujeito é movido pelo objeto a . Já no discurso universitário, o estudante é movido a partir do saber colocado em posição de agente/semblante ($S2 \rightarrow a$), saber que o sujeito acredita ser (ou que será) uno, infalível e completo, ou seja, sem furos e sem restos. Outro modo de formular a dissonância discursiva existente entre esses dois discursos é dizer que aí se passa, no discurso psicanalítico, algo que não é representável por meio dos recursos significantes do Outro, principalmente o trabalho causado pelo objeto a ao sujeito, ou seja, a transferência. Partir do erro, do fracasso e do mal-estar, ou seja, do vazio ele-

mentar subentendido no sujeito posto a trabalho, é o lema/matema do discurso psicanalítico ($a \rightarrow \$$).

Para finalizar, trazemos uma importante contribuição extraída do ensino de Lacan e que, por princípio, pode ser de grande valia para o campo da pesquisa psicanalítica – independentemente e para-além da dicotomia teoria/empíria e do local em que se faça (universidade ou instituição psicanalítica). É o cartel (LACAN, 1967/2003), mais especificamente o seu princípio elementar. Esclarecemos, de antemão, que não estou a propor a importação do cartel para o espaço universitário, pois isso seria ingênuo e ainda desconsideraria a existência do choque (epistemológico-discursivo) existente entre os discursos psicanalítico e universitário.

O cartel, tido por Lacan como órgão de base de sua Escola e que visava ao ensino da psicanálise, foi por ele localizado na interseção da “psicanálise em intensão” com a “psicanálise em extensão” (LACAN, 1967/2003). Um dos ganchos do cartel com a intensão pressupunha certa correlação entre a escolha do tema (por meio do qual o sujeito se inscreve no cartel) e a posição do sintoma (no início e andamento de todo processo psicanalítico). Antes mesmo de se inscrever na lista de “procura-se cartel”, a Escola de Lacan lembrava aos interessados que não era o sujeito que deveria escolher o tema a ser trabalhado no cartel e, sim, o tema que deveria persegui-lo, instigá-lo, enfim, dar-lhe trabalho e pô-lo a trabalho a partir da formulação, dentro do tema que o perseguisse, de uma questão própria. Por mais que fosse tido essencialmente como órgão de ensino², o cartel não deveria dispensar a implicação do sujeito, e o modo de estimulá-lo nessa direção era lembrar-lhe, subentendidamente, da necessária abertura ao mal-estar, ainda que temático.

Implicar o sujeito no cartel - este entendido como envolvendo um contexto específico de ensino, a Escola de Lacan - a partir de uma questão nele e por ele mesmo construída é, talvez, o correlato, em situação

² Principalmente quando comparado ao passe – dispositivo esse de transmissão da psicanálise através do exame e verificação do que foi o final da análise do e para o psicanalista.

de ensino, do sintoma analítico enquanto condição necessária, mas não única, para que uma análise possa ser iniciada. Afinal, comprovamos, a cada análise, que é por meio do sintoma (mal-estar) que o sujeito é forçado a aí se implicar. Do mesmo modo Lacan pretendeu, com o cartel, evitar que o sujeito se escondesse, se escudasse em uma temática qualquer e, assim, não se fechasse à particip(a)ção do objeto a , tanto no trabalho quanto, sobretudo, nas crises. Lacan propôs, portanto, com o cartel, um dispositivo de trabalho que neutralizasse qualquer tendência/tentação de o sujeito se entregar, obstinadamente, à busca do saber pelo saber ($S2 \rightarrow a$) – diferentemente da posição do saber no discurso analítico, que pressupõe um sujeito implicado no lugar do trabalho e por força do objeto a ($a/S2 \rightarrow \$$).

Por tudo isso, o espírito do cartel, sua alma didática, por assim dizer, é firmado no compromisso de cada sujeito (trabalhador decidido) com a “transferência de trabalho/investimento” sobre e a partir de um tema-objeto, comum aos demais componentes, e de um problema/questão particular.

Portanto, o princípio clínico que estabelece a necessidade implicação do sujeito no sintoma, para que uma análise se faça, foi levado em conta na estruturação do cartel. Quando o sujeito é escolhido, fígado, capturado pelo tema, o trabalho muda de figura. E, na pesquisa feita na universidade, penso que esse princípio pode nos orientar no campo de modo a evitar os projetos de pesquisa pré-fabricados e, por isso mesmo, afastados anos luz do sujeito e de seu mal-estar.

Referências

CASTRO, J. E. *Conseqüências éticas da teoria lacaniana dos discursos no ensino da psicanálise*. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro: 2006.

FREUD, S. (1912) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. II.

_____. (1912-13) Totem e tabu. In: _____. *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, v. XIII.

_____. (1960) Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1960- 61) *O Seminário 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1962-63) *O Seminário 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. (1966) A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1969-70) *O Seminário 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1967) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista

da Escola._____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1967-68) *O Seminário 15: o ato psicanalítico*. Versão anônima, 1981.

_____. (1969) *O ato analítico*._____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Caso clínico: o método do exemplo

Ilka Franco Ferrari

Doutora em Psicologia pela Universidade de Barcelona; professora no curso de graduação e no programa de mestrado em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Diretora secretária tesoureira da Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas Gerais (EBP-MG) e membro da Associação Mundial de Psicanálise (AMP).

francoferrari@terra.com.br

Ilka@pucminas.br

A psicanálise está presente nas universidades brasileiras. E não se ignora que nelas, como em outras, a preocupação recaiu no saber centrado na teoria e na razão com premissas de que saber alguma coisa é sabê-la conscientemente, é ser capaz de enunciá-la claramente como enunciado universal em estado de constante exigência de saber e exposição do saber acumulado. Medidas de controle da produção abundam e são consideradas legítimas, quanto mais expressam números que favoreçam boas pontuações em avaliações.

Ao compartilhar essa forma de vida no exercício acadêmico, os profissionais orientados pela psicanálise conhecem o que é habitar discurso oposto ao da psicanálise, construindo laços peculiares, não sem dificuldades, prezando o saber não centrado na razão. Portanto, sem a clareza do enunciado pretendido, saber inconsciente que não dispensa a prática de onde se extrai sua convicção. No lugar do enunciado universal que não depende de quem fala para ser válido, esses profissionais reconhecem a enunciação, ordem do particular e do singular, onde quem fala importa e

a quantificação avaliativa fracassa. Eles podem dizer de outra repetição, constatada na prática clínica, na qual a teoria importa, mas, não é tudo.

O uso de caso clínico se encontra na tradição analítica e é bom exemplo dessa forma particular de laço social, embora Laurent (2009) seja preciso ao afirmar que o caso único, tal como proposto pela psicanálise, é método que em geral é muito criticado pelas ciências. E o modelo de produção de conhecimento universitário segue o pensamento científico. O método do caso clínico possibilita a inscrição da psicanálise nesses espaços e, ao mesmo tempo, a distância que demarca a transmissão da psicanálise pela via da singularidade. Como enfatiza Miller, “o caso particular não é o exemplar do universal, um caso de uma regra, exemplificação do geral” (MILLER, 2009, p. 27).

Orientar-se na direção da construção do caso clínico é estar em rumo oposto ao discurso universitário que tenta apagar o gozo da enunciação. Mas, os profissionais orientados pela psicanálise não têm recuado na conjunção disjunção entre psicanálise e ciência, processo antigo.

O estudioso da obra freudiana verifica que Freud considerava os valores científicos de sua época e até exercitou a objetividade dos fatos que descobria, não recusando a exposição de saber exigido pelo discurso científico. Recorreu à física e à fisiologia de sua atualidade para teorizar o inconsciente, elaborou teoria que pudesse transmitir suas descobertas submetidas à prova da experiência (FERRARI; LAIA, 2009) e escreveu casos clínicos paradigmáticos, ou seja, na forma de exemplos que mostram. Em sua prática não se via, no entanto, a exposição de um saber na vertente usual da época. Nela aparecia saber suposto, vacilação de saber, verdade mentirosa, racional que submerge no emocional, pensamento que supõe desejo e paixões governando a inteligência do homem. O próprio Freud reconhecia que suas hipóteses sobre o inconsciente e a sexualidade infantil na etiologia das neuroses, que supõem manejo da verdade por meio da realidade que é psíquica, eram suficientes para que ele perdesse “a simpatia de todos os amigos do pensamento científico” (FREUD, 1915-16/1975, p.35).

O caso e a educação do profissional

Parece razoável, neste momento, tecer algumas pontuações com semblante de obviedade: o caso clínico é sempre uma construção de um sujeito específico; a realidade que se pretende objetiva com fatos indiscutíveis é uma construção; a existência com seus modos de funcionamento é construção; não há neutralidade no campo da vida e, conseqüentemente, ela não existe em situações de pesquisa; na prática da psicanálise, não é dado ao pesquisador o privilégio de posição externa naquilo que relata. Ele é parte implicada nos fatos.

Poder-se-ia colocar aqui vários exemplos pragmáticos sobre essas aparentes obviedades, mas De Georges (2009), em texto bem atual, menciona três situações que auxiliam as reflexões. Ele recorda Freud (1937/ 1975) comparando o analista a um construtor que precisa contar com recursos, alicerces para erguer o edifício que é o verdadeiro objeto em questão. Os alicerces, que, segundo esse autor, podem ser pensados como os instrumentos teóricos do analista ou profissional que se orienta pela psicanálise, seus raciocínios, suas hipóteses, recursos ao conceito, deduções, artifícios com os quais sustenta sua obra, não são a obra em si. Por analogia, a montagem do caso não é o caso em si. É construção de um construtor, seja ele o próprio sujeito ou o profissional em questão. Lacanianamente dizendo, se afirmaria que o caso em si é o que o próprio sujeito apresenta ao final de sua análise. Os outros são seus sub-rogados.

De acordo com De Georges (2009), mas não somente ele, Freud via a diferença entre o conceito e a coisa, a representação e o representado. E, naquela época em que era o analista quem construía o caso, já considerando fantasia e sintoma como peças fundamentais na articulação que deveria ser comunicada ao sujeito no intuito de ajudá-lo, Freud foi incansável em enfatizar a formação do profissional, que não é neutro. Miller (2009) prefere utilizar a expressão educação, ao invés de formação. Preferência que ele mesmo reconhece parecer estranha,

já que a própria psicanálise teorizou sobre o impossível de educar. Considera-a, todavia, adequada por ressaltar o que o profissional deve à sua análise, à forma de sua experiência com os pacientes e aquilo que poderia dever a outras disciplinas.

Outra referência que De Georges (2009) faz é à expressão secretário do alienado, utilizada por Lacan ao dizer do profissional orientado pela psicanálise em trabalho com os psicóticos. Segundo ele, solidário ao que expressou Laurent na Conversação de Arcahon, diferentemente do que alguns tenderam a pensar, secretariar o alienado retrata postura ativa do profissional.

Em Arcahon, sudoeste da França, à beira do Oceano Atlântico, participantes das seções clínicas francofônicas do Instituto do Campo Freudiano discutiam a questão dos casos inclassificáveis da clínica psicanalítica e, em determinado momento, o tema do secretário do alienado surgiu. Ele aparecia mais centrado na ideia do profissional que acompanha, transcreve, evitando a erotomania. Laurent pede a palavra para dizer que secretariar o alienado pode ser entendido no sentido do copista, mas também no sentido proposto por Hegel que considerava o filósofo como secretário da história. Nesse caso é o “secretário que tem o conceito, escolhe ser o destinatário da história e ouvir com atenção isso, mais do que aquilo” (LAURENT, 1997, p.127).

O que Lacan comenta sobre Pavlov, no Seminário 15, “O ato analítico” (1967-68) é também lembrado por De Georges (2009) na afirmação de que não há neutralidade científica, o profissional não é neutro, está implicado no que constrói por mais que se esforce por uma neutralidade benévola.

Pavlov foi breve assunto de Freud (1905), mas, em Lacan ele aparece em vários escritos, a partir do Seminário 4. Em “O ato analítico”, Lacan, em meio à seriedade que lhe era peculiar ao chamar ao debate personagens de relevo, tece importantes críticas a Pavlov e seu método investigado, que vale a pena ser lido. Aqui se demarca que em frase contundente, onde a ironia parece estar presente, ele afirma que Pavlov era estruturalista no sentido lacaniano, lógico, sem que o soubesse. Segundo ele, Pavlov

demonstrou ao mundo que o significante é o que representa um sujeito para outro significante. O ruído do trompete que soava representava, segundo Lacan, nada mais que o sujeito da ciência, ou seja, Pavlov ou algum de seus ajudantes que a fazia soar. A presença do sujeito Pavlov e de seus ajudantes estava implicada na experimentação, ou seja, o sujeito cuja existência é demonstrada é Pavlov.

Voltando a De Georges, o que a metodologia pavloviana mostra é que “aquele que pretende observar os fatos de maneira objetiva e neutra é efetivamente o agente dos fatos que constrói” (DE GEROGES, 2009, p. 31). Na experimentação, criou-se uma relação entre o experimentador e o cão, levando este a salivar na ausência do estímulo que fisiologicamente teria essa função. O desejo de Pavlov - e dos auxiliares- levava à salivação do cão.

O caso não é ilustração da teoria

Conforme alerta Laurent, em psicanálise, um caso “é o que testemunha a incidência lógica de um dizer no dispositivo do tratamento e a orientação do tratamento de um problema real, um problema libidinal, um problema de gozo” (LAURENT, 2009, p. 36). Isso porque, segue ele, “somente ao se observar a gravitação da lógica significante no campo do gozo” (LAURENT, 2009, p. 36) se pode dizer de *casus* no sentido latino de “algo que cai, contingência em geral”, na mesma “zona semântica de *Einfall*, palavra freudiana que designa o que ocorre, o que é o caso”

Berenguer (2006), psicanalista espanhol, que enfatiza o caso clínico como uma construção, se pergunta e responde de forma simples o que é construir um caso: é forma de falar sobre o caso que também inclui certa forma de escrever sobre ele, sem a ilusão de traduzir os fatos em linguagem mais pura possível. Trata-se de nomear os pontos considerados nodais que se articulam ao redor de pontos do real e se caracterizam pela resistência na articulação simbólica. É nomear as construções feitas pelo sujeito, na via da fantasia e do sintoma, suas duas grandes constru-

ções para circunscrever algo do real de sua aventura de sujeito.

A escrita do caso é sempre um exercício de leitura como precisa Canedo (2009) a partir de seus estudos sobre leitura e escrita na formação do profissional. O autor se baseia no texto "A função da escrita" do Seminário lacaniano de número 20.

O analista ou profissional orientado pela psicanálise não somente ouve, mas também lê as condições de gozo do sujeito, naquilo que incita ao analisante dizer. Trata-se de uma leitura advertida de que não há realidade pré-discursiva que possibilita localizar a posição do sujeito, orientando a direção do tratamento a partir do próprio desejo do analista. Assim, o caso apresentado seguramente não é o caso, é construção do profissional a partir de construção do analisante. Dessa forma, não há complexidade em se pensar que o relato de caso é uma elucubração de saber onde o essencial é o que fica esquecido detrás do que se diz no que se escuta, ou seja, o resto, real que permanece.

Ainda que na atualidade não exista modelo para construção, escrita e/ou apresentação do caso clínico, eles já existiram. Laurent (2009) percorre de forma breve, mas esclarecedora, os principais modos de construção de caso no percurso da psicanálise. Houve época da prevalência freudiana na forma narrativa, do uso kleiniano de uma sessão que confirmava a teoria, da exaustividade histórica no Lacan da tese de doutorado, da coerência formal presente no Lacan psicanalista... Dessa leitura pode-se dizer que de um modelo ao outro até a falta de modelo atual, o que permanece é a condição do caso como um paradigma, exemplo que ensina. Sendo assim, a teoria não pode ser o modelo

Berenguer (2009) tem o princípio de que "uma boa construção" deve ser: um tipo de relato informado pela teoria, mas não recoberto por ela e nem pelo sentido, já que o real em jogo só pode ser parcialmente apanhado em termos de categorias clínicas e estruturas. Uma "boa construção" é aquela que inclui o elemento da transferência como revelador de algo novo no sintoma que possibilitará emergir o mais real que está em jogo, vinculado ao pulsional, a um modo de gozar do sujeito.

Essa questão da teoria se reveste de importância quando se pensa o uso acadêmico do caso clínico e a possibilidade de mau uso do mesmo nessas circunstâncias. O assunto segue um pouco mais a partir das contribuições de Klein.

Essa autora é reconhecida por suas contribuições à psicanálise e, também, por desenvolver uma forma inovadora de narrativa situada, como informa Laurent (2009), entre a transcrição verbatim e o diário científico, impressionando e influenciando uma geração de psicanalistas. Klein se entregava ao esforço de traduzir o inconsciente, sessão a sessão, centrando-se na materialidade de sua manifestação via fantasia, incluindo os jogos da criança tal como se usava incluir os sonhos. Interpretava e interpretava, recobrando o enunciado da criança em forma de uma tradução. De seu ensino permaneceu o fragmento clínico adaptado às formas narrativas, conhecido no meio acadêmico. Essa psicanalista acreditava ser possível estabelecer correspondência entre a realidade da sessão e a linguagem teórica.

Em Klein se vê a ilusão da metalinguagem com o psicanalista tradutor dos fenômenos clínicos, “no passo em falso do método acobertado pelo maior nome na psicanálise com criança” (LACAN, 1966, p.336). Porém, conforme comenta Berenguer (2006) e outros, a partir de Lacan, há uma dimensão do real na realidade da sessão que não se pode traduzir em termos da teoria, há um ponto incompatível entre simbólico e real que não permite a tradução. É nesse ponto que Berenguer esclarece seu leitor que é a epistemologia subjacente em todo ensino de Lacan - colocada em destaque por Miller e pela leitura atenta de “Observação sobre o relatório de Daniel Lagache” (1961) - que lhe permite formular a frase sucinta que pode soar como slogan: a teoria não é um modelo. Ela não é metalinguagem, linguagem mais sofisticada capaz de descrever melhor que a linguagem comum, algo da realidade. Ela serve, sim, para obter efeitos sobre o real.

Autor esclarecido em Lacan, Berenguer (2006) faz essas afirmações sobre o real a partir do último ensino de lacaniano, onde real e simbólico

não estão completamente desconectados, ainda que enlaçados de forma complexa a exemplo do sintoma que porta significante e vale como real. Se há na linguagem esse ponto sem tradução, esse impossível, como pensar a linguagem teórica é outra questão levantada. A saída encontrada por Berenguer é que a teoria é uma forma de nomear e não de traduzir. O uso da teoria para construir casos é o de colocar nomes, escrevendo o impossível de dizer. O autor relembra o lógico finlandês Jaakko Intikka para dizer que a linguagem não entra na correspondência bi-unívoca com o mundo, não é uma imagem do mundo, é um cálculo, uma forma de circunscrever o real e não de descrevê-lo ou traduzi-lo.

Assim, um caso pode ser descrito de muitas maneiras, é sempre construção provisória, sujeita ao surgimento de novos elementos e construí-lo supõe organizá-lo para produzir certos efeitos. Efeitos que, segundo o ângulo, podem também ser acadêmicos. Porém, nele não pode faltar - nas várias maneiras de construí-lo e que por não ser única permite aos que o escutam ou lêem também fazer conjecturas sobre novas construções - a consideração em torno de que real a operação, a construção do sujeito se produz. Nela sintoma e fantasia circunscrevem algo do real que exige construções próprias a cada um em seu trabalho de sujeito.

Um caso não é então construído para ser ilustração de um ponto da teoria. Ele não é um exercício acadêmico, ainda que possa ter bom uso na academia, no ensino, na transmissão sobre a clínica, sobre questões cruciais da psicanálise, provocando efeitos discursivos, testemunhando e extraindo saber sobre os caminhos pelos quais o real em jogo é abordado... De acordo com Viganó, ele é “uma obra de alto artesanato, o êxito, a reflexão que o artesão realiza, *a posteriori*, sobre o seu operar, quando procura dar razão daquilo que está fazendo, a si mesmo, a seus pares ou rivais” (VIGANÓ, 2003, p.48).

Nesse saber fazer em que o saber teórico só entra como pré-condição, a construção do caso é forma de dar espaço à singularidade irreduzível e ao particular que individualiza o sujeito em sua diferença. A surpresa e o inesperado estão em sua conta.

Sobre o analítico no caso e a instituição como caso

A perspicácia de Laurent o leva, continuamente, a se fazer perguntas importantes e seus leitores não tardam em percebê-lo. Sobre o tema do caso clínico, em determinado momento, ele se pergunta como reconhecer o analítico que há em um caso (2009). Pergunta séria e interessante para este texto. Porque se sabe que em nome da psicanálise há produções pouco psicanalíticas, muitas delas surgidas no seio da universidade. Laurent (2009), respondendo, enfatiza que o fundamental nessa identificação é a indicação lacaniana de que a demonstração em psicanálise é homogênea com a forma do chiste, ou seja, produz efeito de sentido a partir do sem-sentido, mais que proporcionar maior sentido.

E é interessante observar que nas universidades brasileiras é muito frequente encontrar profissionais orientados pela psicanálise e que não desconhecem que se alguém tenta reduzir o chiste a uma significação unívoca, ele perde a graça. Os bons chistes são os que despertam múltiplas significações, ressonâncias distintas, tal como relembra Laurent. Movendo-se em espaços algumas vezes com poucas possibilidades para o caso particular e considerando que a verdade funciona sob a forma de mentira, pois há a impossível representação do real, eles têm produzido efeitos de criação, *poesis*.

Efeitos de criação que se apresentam também em novas frentes de trabalho onde a instituição, esse texto de regras que o sujeito desconstrói (Laurent, 2003), pode ser pensada como o caso a ser estudado. Nessa perspectiva a instituição deve ser considerada única para cada paciente/sujeito/indivíduo.

Essa foi a situação que se apresentou aos pesquisadores do CliniCaps¹, um espaço clínico de interlocução e construção de referências para reflexões sobre o modelo de atenção à saúde mental de Minas Gerais. No evento, foram apresentados ao público alguns dados conclusivos de ex-

¹ Equipe CliniCaps: Aline Aguiar Mendes, Antônio Teixeira, Cláudia Generoso, Cristiana Ferreira, Maria Inês Junca, Renata Dinardi, Simone Gonçalves, Wellerson Alkmin.

tensa pesquisa a respeito do funcionamento dos espaços substitutivos da rede pública de Minas Gerais. Diante do público que lotava o auditório, a pesquisadora Anamaris Pinto deteve-se em um dado que surpreendeu a equipe de profissionais, em uma supervisão clínica. Em sua apresentação oral intitulada “A instituição é nosso caso clínico”², contou que em uma das supervisões que a equipe de profissionais realizou com Alfredo Zenoni, psicanalista Belga e bastante reconhecido, Zenoni interveio dizendo que, naquela situação, o verdadeiro caso a estudar eram os CAPS - Centros de Atenção Psicossocial - onde a pesquisa se realizava. Trata-se do Caso CAPS!

No Núcleo de Psicanálise, Psicopatologia e Sociedade (NUPPS)³, curso de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, há a possibilidade de trabalhos que considerem a instituição como um caso possível de ser estudado e para a busca de construções, formalizações a esse respeito. Trata-se, inclusive, de posicionamento que consegue laços com alguns pressupostos da metodologia clássica, sem que com eles se esvaiam os princípios da psicanálise, sem que ela se perca em meio a outros discursos.

O metodólogo Yin (2005), por exemplo, considera que o método de estudo de caso é uma ferramenta de pesquisa para situações em que se levanta uma questão do tipo “como” ou “por que”, relativa a um conjunto contemporâneo de acontecimentos sobre o qual o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Dessa forma, o “caso” em estudo pode ser uma pessoa, um evento ou entidade, o que faz, segundo ele, com que o estudo de caso seja frequente em pesquisas desenvolvidas no intuito de compreender e esclarecer acontecimentos sociais complexos. Quando se reflete que não há evento ou entidade sem sujeitos...

Essa forma de levar adiante alguns estudos, pesquisando suas consequências e novos horizontes, acontece por se considerar que há possibilidade da não coletivização a instituição. Há a possibilidade de

2 PINTO, A. A instituição é nosso caso clínico. In: SEMINÁRIO DE PSICANÁLISE, SAÚDE MENTAL E PESQUISA. Belo Horizonte, abril de 2009 (apresentação oral).

3 Coordenado pela professora Ilka Franco Ferrari.

desdobrá-la em várias instituições, particulares para cada caso e sintoma, permitindo a existência, em seu interior, de tantas instituições quantos sujeitos a habitam, conforme expressou Anamaris Pinto.

As instituições podem ser pensadas como respostas ao mal-estar próprio da atualidade de cada civilização, portanto, não existindo por elas mesmas e sim em interação com aqueles que as demandam. E “na sustentação de uma cadeia de transmissão e trabalho que se realiza com o legado de Freud e Lacan e alguns outros que nos deixaram um ensino” (LO BIANCO, 2006, p. 26), a possibilidade de construção de caso clínico, nesses espaços, caso paradigmático, exemplo que ensina, encontra vida no desejo de alguns profissionais que compartilham discurso orientado pela psicanálise, no seio da universidade.

Referência

BERENGUER, E. Como se construye un caso. In: _____. Seminarios Clínicos: Como se construye un caso. Caracas: Ediplus producción CA, 2006, p.7-127.

CANEDO, L. La escritura del caso, un ejercicio de lectura. *Cuadernos de psicoanálisis*, Madrid, n.31, p.47-52, feb.2009.

DE GEORGES, P. Construcción del caso. *Cuadernos de psicoanálisis*, Madrid, n.31, p.29-34, feb.2009.

FERRARI, I. F.; LAIA, S. Psicopatologia: a perspectiva freudiana. In: BESSET, V. L.; CARNEIRO, H. F. (Orgs.). A soberania da clínica na psicopatologia do cotidiano. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.183-214.

FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905). In: _____. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Rio de Janeiro: Imago editora, 1975, v.VIII, p. 13-274.

FREUD, S. Conferência I(1915-1916). In: _____. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Rio de Janeiro: Imago editora, 1975, v. XV, p. 27-37.

FREUD, S. Construções em análise (1937). In: _____. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Rio de Janeiro: Imago editora, 1975, v. XXIII, p. 289-304.

LACAN, J. (1961) Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 537-590, 1998

- LACAN, J. (1965) La ciencia y la verdad. In: _____. *Escritos 2*. Madrid: Siglo XXI. p. 834-858, 1998.
- LACAN, J. (1966) Variantes do tratamento padrão. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 325-364, 1998.
- LACAN, J. (1966) Del sujeto por fin cuestionado. In: _____. *Escritos 1*. Madrid: Siglo XXI. p. 219-226, 1998a
- LACAN, J. *O ato analítico*. 1967-1968. [inédito]
- LAURENT, E. A conversação. In: LA SAGNA, C. D.; DEFFIEUX, J. P. (Orgs). *Os casos raros e inclassificáveis da clínica psicanalítica: a conversação de Arcachon*. São Paulo: Biblioteca Freudiana Brasileira, 1997, p.101-188.
- LAURENT, E. Acto e institución. *Cuadernos de Psicoanálisis*, Bilbao, n. 27, p. 46-50, jan. 2003.
- LAURENT, E. La poética del caso lacaniano. *Cuadernos de psicoanálisis*, Madrid, n.31, p.35-46, feb.2009.
- LO BIANCO, A. C. Psicanálise e universidade: a questão da filiação do analista. In:_____(Org). *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.
- MILLER, J. A. Cosas de finura en psicoanálisis. *Cuadernos de psicoanálisis*, Madrid, n.31, p.11-28, feb.2009.
- VIGANÓ, C. A construção do caso. *Almanaque de psicanálise e saúde mental*. Belo horizonte, n.9, p.47-50, Nov.2003.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Psicanálise e método científico: a pesquisa de campo

Projeto CAVAS/UFMG: uma experiência em pesquisa de campo

Cassandra Pereira França

**Pós-doutora e doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
Professora associada do Departamento de Psicologia da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e orientadora
no Programa de Pós-Graduação do referido departamento.**

cassandrapfranca@gmail.com

As considerações que pretendemos tecer referem-se a um relato de pesquisa de campo que coordenamos há cinco anos no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante os dois primeiros anos, desenvolvemos um projeto piloto para testar a possibilidade da implantação de um projeto de extensão que aproveitasse a mão-de-obra dos psicólogos recém-formados que haviam recebido treinamento psicoterápico durante um ano de estágio em uma clínica infantil que supervisionamos.

A proposta era selecionar dentre todos os estagiários aqueles que tivessem interesse e condições emocionais para atender as famílias que buscavam ajuda psicológica devido ao fato de suas crianças e adolescentes terem sido violentadas sexualmente. A ideia que se apresentava era muito parecida com a de uma residência em psicologia, pois tais psicólogos ficariam trabalhando durante dois anos no projeto - prazo que costuma ser suficiente para conduzir um processo psicoterápico infantil.

Mas por que era preciso formar um grupo específico para esses atendimentos? Primeiro porque a rotatividade de estagiários que caracteriza as clínicas/escolas das universidades fazia com que o treinamento fosse

constantemente refeito. Isso não gerava estudos aprofundados e nem permitia que aproveitássemos dos treinamentos realizados para outros atendimentos. Em segundo lugar estava a necessidade tanto de checar a viabilidade de aplicação da técnica psicanalítica infantil à singularidade desses casos de violência, quanto a de levantar quais adaptações seriam necessárias na técnica para lidar com as peculiaridades dessas famílias. Nascia assim o Projeto Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual (CAVAS), em sua vertente de projeto de extensão, com apenas três profissionais: dois técnicos prestando os atendimentos e um supervisor dos casos, que eram atendidos com duas ou três sessões semanais.

Vimos nessa época que era preciso ampliar a pesquisa, montar um grupo de estudos e treinar outros psicólogos, pois os primeiros já tinham condições de supervisionar alguns casos. Afinal, a demanda para esses atendimentos de urgência só crescia e nem sabíamos o porquê. Não tínhamos conhecimento de que equipes profissionais asseguradas por propostas governamentais e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) articulavam campanhas que começavam a estimular a quebra do pacto de silêncio nacional. Essas viriam revelar os índices vergonhosos de abuso sexual contra as crianças de nosso país.

Sendo a clínica psicanalítica o nosso laboratório de pesquisas, começaram a brotar inúmeras questões teórico/técnicas que pediam reflexão e demandavam uma busca ativa de bibliografia específica. Começamos a reunir alguns dos poucos textos existentes e que abordavam diretamente a questão do incesto e da problemática da transgeracionalidade (casos em que as mães que foram abusadas na infância, pareciam entregar seus filhos aos mesmos abusadores). Isso foi uma observação surpreendente encontrada nessa clínica e se tornaria o primeiro pilar a sustentar algumas de nossas pesquisas atuais: o conceito de compulsão à repetição.

Não conseguimos entender como uma mãe que deveria ter ficado traumatizada pelo que lhe ocorrera na infância, poderia ficar tão desprevenida a ponto de entregar seus filhos aos cuidados do mesmo homem

que fora seu algoz. Qual o destino psíquico que teria tido esse traumatismo? Não teria conseguido chegar a uma representação verbal? Teria sido recalcado? Ou estaria provocando uma atuação como víamos nas atitudes de inúmeras crianças e adolescentes que atendíamos e havíamos passado a se identificar com seus abusadores, exercendo papéis sádicos em seus relacionamentos com outras crianças? Essas intrigantes questões marcaram o nascimento do CAVAS enquanto projeto de pesquisa, pois "toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulada a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais" (MINAYO, 1994, p. 17).

A teoria da compulsão à repetição, que levou Freud à postulação da pulsão de morte, teve, portanto, o papel fundamental reservado à teoria: o de lançar luz às nossas pesquisas. Subindo nos ombros dos estudiosos que lhe antecederam e usando as teorias construídas para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos, o investigador irá buscar interconexão sistemática entre a teoria e o aspecto significativo da realidade que deseja trabalhar. Portanto, numa pesquisa de campo, as teorias também têm funções importantes: elas colaboram para esclarecer melhor o objeto de investigação; ajudam a levantar o problema, as perguntas e as hipóteses; permitem maior clareza na organização dos dados e por fim, iluminam a análise desses dados. "Ou seja, a teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa" (MINAYO, 1994, p. 19-20)

A partir dessa definição de um campo teórico em torno do qual as perguntas orbitavam, foram surgindo várias dissertações de mestrado. Vejamos algumas delas. A de Anna Paula Njaime Mendes intitulada: "A noção de identificação com o agressor na teoria psicanalítica e na práxis com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual". Esta parte das vinculações metapsicológicas do conceito de identificação na obra

freudiana com o conceito de identificação com o agressor estabelecido por Ferenczi, Anna Freud e alguns autores contemporâneos. Para tanto, deverá necessariamente trilhar conceitos que estão inseridos nessa interface, tais como o de incorporação, introjeção e clivagem do ego. A proposta não é apenas discutir as implicações do conceito de identificação com o agressor, mas verificar até que ponto um processo analítico poderia quebrar o que chamamos do ciclo vicioso de reprodução de abusadores.

Mas se bem conhecemos a força da compulsão à repetição, o que podemos pensar dos destinos do evento traumático? As denúncias de abuso sexual com a criança e todos os depoimentos nas delegacias e juizados que se seguem servirão como provocadores do segundo tempo do traumatismo, o tempo da ressignificação? Investigando os efeitos patogênicos e duradouros que um acontecimento traumático provoca na vida de uma criança devido a sua intensidade, temos a dissertação de Diego Henrique Rodrigues, intitulada: "Algumas contribuições do conceito de trauma para o debate sobre a violência sexual infantil". Esta pretende estudar a dimensão estrutural do trauma e provocar uma reflexão acerca do lugar do psicanalista na rede composta pelas instituições de proteção a crianças e adolescentes. Por exemplo, precisamos formar uma opinião bem sedimentada frente à proposta do "depoimento sem danos", que traz em si implicações éticas sérias na relação entre o psicólogo e as crianças.

Esses dois exemplos de dissertações servem para ilustrar o caminho que liga o pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. "Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática" (MINAYO, 1994, p. 17). Em psicanálise bem sabemos, como diz Joel Birman, que quando pensamos em pesquisa psicanalítica estamos pensando em clínica psicanalítica. Esse autor, aliás, diferentemente de Garcia-Roza, sempre questiona até que ponto uma "investigação metapsicológica pode ser deslocada de qualquer tipo de referência à experiência psica-

nalítica" (BIRMAN, 1994a, p. 8).

Mostrando que "é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo" (MINAYO, 1994, p. 17) organizamos dois cursos que têm se mostrado muito interessantes para preparar nossos alunos para o enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil. O primeiro deles foi uma disciplina de sessenta horas sobre "A perversão". Assistimos a filmes, debatemos e percorremos textos de psicanalistas contemporâneos que têm se debruçado sobre esse tema. O outro foi um curso de aperfeiçoamento, de 180 horas/aula, que envolveu em seu corpo docente professores de vários departamentos da UFMG como, por exemplo, Antropologia, Ciências Políticas, Psicologia, Educação, Comunicação e Medicina. Professores que desenvolvem projetos de extensão e pesquisa vinculados a essa temática. Profissionais da área do Direito e do Serviço Social também se juntaram nessa empreitada docente. Tendo em vista não apenas fortalecer os conhecimentos teóricos dos técnicos (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e advogados) que trabalham diretamente nas prefeituras e na rede de assistência social de cidades do norte de Minas Gerais, mas também ampliar a visão dos pesquisadores do Projeto CAVAS acerca da rede social de enfrentamento à violência sexual do nosso estado e na qual podem se apoiar durante os atendimentos psicoterápicos das crianças e adolescentes.

Como frutos dos conteúdos ministrados nesses cursos que acabei de citar, tivemos o surgimento de mais duas dissertações de mestrado. A pesquisa de Larissa Bacelete intitulada: "Perversão, trauma e invenção da própria sexualidade". Esta investiga o conceito de perversão a fim de compreender as prováveis consequências do trauma do abuso sexual para a constituição egóica da vítima. Assim, verifica quando e em quais condições uma experiência traumática pode desembocar numa solução perversa - para tanto, será utilizado como referencial teórico primordial as produções de Joyce McDougall sobre o tema.

A outra dissertação brotou do confronto entre as observações clínicas de casos do Projeto CAVAS e de estatísticas apontando que 70% do

número das denúncias de violência sexual registradas dizem respeito a atentados feitos contra as meninas. Por outro lado, ouvíamos da parte dos pais de meninos que frequentavam o Projeto CAVAS, um temor de que o abuso sexual de seus filhos homens conduzisse-os, forçosamente, a uma identificação homossexual. A escuta reiterada desses temores nos levou a suspeitar desses dados estatísticos e a pensar que talvez eles refletissem o fato de que as famílias de meninos podem ter mais pudores em registrar as queixas de abuso sexual, temendo que a publicação desse fato pudesse levar ao rótulo de homossexualidade. Essa é apenas uma hipótese, mas que nos alertou para o fato de quão pouco sabíamos sobre a interferência do abuso sexual para a identidade sexual do menino. A escuta atenta de material clínico, a discussão de filmes como *Má Educação* (Pedro Almodóvar, 2004) e *Mistérios da carne* (Gregg Araki, 2004) fez uma das técnicas do Projeto CAVAS, Cristiana de Amorim Mazzini, propor ao programa de pós-graduação um anteprojeto de pesquisa intitulado "O abuso sexual em meninos e suas consequências para a constituição identificatória". Este tem dentre seus objetivos específicos investigar a construção da identidade de gênero; o papel dos pais na constituição da identidade sexual; as bases psicanalíticas da escolha de objeto nos homens e a possível influência do abuso sexual na escolha de objeto homossexual.

Portanto, uma pesquisa tem sempre o seu próprio ciclo.

O processo começa com o que chamamos de fase exploratória da pesquisa, tempo dedicado a nos interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação. Em seguida, estabelece-se o trabalho de campo que consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional, etc. Ela realiza um momento relacional e prático de

fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias. Por fim, temos que elaborar o tratamento do material recolhido no campo, subdividindo-se no seu interior em: ordenação; classificação; análise propriamente dita (MINAYO, 1994, p. 26)

Esse tratamento que daremos ao material nos levará a teorizar sobre os dados: produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aponta de singular como contribuição. Assim, o ciclo da pesquisa nunca se fecha, formando um verdadeiro trabalho em espiral, que começa com uma pergunta ou problema e acaba provocando mais questões para aprofundamento posterior. Aliás, vale lembrar que as nossas questões podem até produzir alterações no viés da dissertação de outros colegas. Cito aqui, como exemplo, o caso de outra mestranda, Nívea de Fátima Gomes, que entrou na pós-graduação com o projeto "Indicações do uso da interpretação na análise de crianças". De tanto ouvir as supervisões clínicas do Projeto CAVAS e nos assistir na lida com a angustiante questão de não saber quando, como e se é preciso interpretar as alusões da criança às vivências de abuso sexual, essa mestranda está acrescentando um capítulo na sua dissertação. Este problematiza como a necessidade de lembrar e de esquecer o trauma pode ser traduzida em intervenções adequadas aos objetivos visados.

A pesquisa de campo em sua riqueza prática é um excelente instrumento para captação do interesse daqueles que estão construindo uma formação acadêmica. Por isso é preciso divulgá-la: apresentar aos alunos da graduação o que estamos pesquisando, quais os resultados estamos obtendo, o que precisamos ainda questionar, enfim, mostrar a riqueza e a vida de conceitos metapsicológicos que parecem ser absolutamente abstratos aos aprendizes de psicanálise. Fazendo isso, ao mesmo tempo, checamos a atualidade e a importância de conceitos do nosso corpo teórico diante dos problemas que a clínica contemporânea nos coloca. Para encerrar, gostaríamos de lembrar as palavras de um pesquisador que tem se esforçado na produção de textos sobre a metodologia de pesquisa em psicanálise, Joel Birman:

a experiência psicanalítica admite diversas possibilidades de clínica, desde que nesta diversidade sejam reconhecidas as condições epistemológicas e éticas para a construção do espaço psicanalítico, isto é, uma experiência centrada na fala, na escuta e regulada pelo impacto da transferência. Esta diversidade clínica se justifica não apenas pelas diferentes formas de funcionamento psíquico que se apresentam para a escuta analítica, mas também pela diversidade de espaços em que a experiência psicanalítica é possível (BIRMAN, 1994a, p. 27).

Referências

BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.

_____. A clínica na pesquisa psicanalítica. In: ENCONTRO DE PESQUISA ACADÊMICA EM PSICANÁLISE, 1994, São Paulo *Anais [...] São Paulo: PUC, 1994b.*

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: MINAYO, M. C. S (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Quatro modalidades de pesquisa em psicanálise

Luis Flávio S. Couto

Psicólogo, doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pós-doutor em Psicanálise pela Université Paris 8. Professor do Programa de Pós-graduação e da Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), membro da Escola Brasileira de Psicanálise, Seção Minas, filiada à Associação Mundial de Psicanálise.

luisflaviocouto@terra.com.br

Introdução

Um tanto irônico, Feyerabend (1985), na linha de renovação metodológica, afirma que a ciência é um procedimento essencialmente anárquico. O único princípio que não inibiria o seu progresso é, portanto, "tudo vale":

os que tomam do rico manancial da história, sem a preocupação de empobrecê-lo para agradar a seus baixos instintos, a seu anseio de segurança intelectual (que se manifesta como desejo de clareza, precisão, 'objetividade', 'verdade'), esses vêem claro que só há um princípio que pode ser defendido em todos os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio: tudo vale (FEYERABEND, 1985, p. 34).

Se considerarmos a história, o autor diz que ela nos mostrará que muitos pesquisadores recorrem a hipóteses que contradizem as teorias confirmadas e/ou os resultados experimentais bem estabelecidos. A proliferação de teorias é benéfica às ciências, bem como a pluralidade de métodos de confirmação de hipóteses. Para ele, a condição de coerência no sentido que as hipóteses novas devam, necessariamente, se ajustar às teorias aceitas não é razoável. A ciência resiste em aceitar novas ideias, mas, muitas vezes, são estas

que trazem um avanço significativo ao campo.

No caso da psicanálise, por exemplo, é inegável a radical mudança de rumo impressa por Lacan, que a renovou a ponto de não mais ser reconhecido pela Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Lacan é acusado de "desvios técnicos", o que impossibilita a sua permanência na IPA, que recusa a afiliação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) por ele dirigida.

Em 26 de julho de 1953, relata Roudinesco:

no Congresso de Londres, Hartmann anuncia a criação de um comitê composto por Winnicott, Lampl de Groot, Greenacre, Eissler e Hoffer. Encarrega-o de examinar o pedido de filiação da SFP e de resolver a questão dos famosos "desvios" da análise didática. [...] Zilboorg propõe que os dissidentes [entre os quais Lacan] permaneçam como membros da IPA enquanto durar a investigação. Hartmann recusa a proposta, apoiado por Anna. Balint tenta uma conciliação e solicita que os cisionistas sejam de-signados membros da IPA a título pessoal. Obstrução de Marie Bonaparte, que mergulha o debate no problema dos desvios (ROUDINESCO, 1988, p. 272).

Continua Betty Milan:

segue-se uma série de fatos. O grupo de psicanalistas e estudantes encabeçados por Daniel Lagache e Jacques Lacan se separa e funda a Sociedade Francesa de Psicanálise, que imediatamente solicita o reconhecimento e a afiliação à Associação Internacional de Psicanálise. Esta envia a Paris uma comissão presidida por [Donald] Winnicott para investigar as atividades da Sociedade Francesa de Psicanálise, cuja demanda será recusada - imediatamente publicada pela Sociedade Psicanalítica de Paris, que a noticia, acrescentando o comentário de que a Cisão é devida aos "desvios técnicos" dos demissionários, particularmente de um deles, Jacques Lacan (MILAN, 2009).

No Seminário 11, o próprio Lacan relembra o fato, no capítulo "A excomunhão":

essa afiliação [da Sociedade Francesa de Psicanálise] só será aceita se [os membros da SFP] derem garantias de que, *jamais*, meu ensino possa, por essa sociedade, voltar à atividade para a formação de analistas. Trata-se, portanto, de algo que é propriamente comparável ao que se chama, em outros lugares, excomunhão (LACAN, 1964/1979, p. 11).

Lacan refere-se aqui à excomunhão (*Herem*) de Espinosa da comunidade judaica de Amsterdam, aos 24 anos de idade, em 6 de Ab de 5416 (27 de julho de 1656), por defender a liberdade humana. São esses os termos da excomunhão:

pela decisão dos anjos e julgamento dos santos, excomungamos, expulsamos, execramos e maldizemos Baruch de Espinosa... Maldito seja de dia e maldito seja de noite; maldito seja quando se deita e maldito seja quando se levanta; maldito seja quando sai, maldito seja quando regressa... Ordenamos que ninguém mantenha com ele comunicação oral ou escrita, que ninguém lhe preste favor algum, que ninguém permaneça com ele sob o mesmo teto ou a menos de quatro jardas, que ninguém leia algo escrito ou transcrito por ele (CRUZ, 2010).

A cisão provocada por essa espécie de excomunhão de Lacan perdura até os dias de hoje em duas grandes sociedades mundiais: de um lado a IPA, fundada por Freud e, por outro, a Associação Mundial de Psicanálise (AMP) fundada por Lacan.

Voltando a Feyerabend, podemos dizer que, para ele, não é importante que a nova explicação contradiga "fatos" estabelecidos. Ela deve possuir uma força de persuasão interna que possibilite aos indivíduos compreender a nova maneira de se considerar um determinado fenômeno e que os capacite a lidar com ele, seja de maneira prática ou teórica, mas sempre de uma forma mais satisfatória do que a construção anterior. O problema é que, nem sempre, todos vão considerar que a nova forma é mais satisfatória do que a anterior.

Conforme propõe Khun (2000), um paradigma científico se estabelece quando uma comunidade de pesquisadores alcança um consenso em tor-

no de determinados fundamentos explicativos de um campo do saber. Se há uma grande inovação nesse campo, e outras teses são propostas para a explicação dos mesmos acontecimentos ou fenômenos, pode ocorrer o que ele chama de uma "revolução científica". Esta pode desintegrar o ponto de vista anterior, substituindo a ciência até então considerada normal. O autor afirma que quando um indivíduo (ou grupo) produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas mais antigas vão desaparecendo aos poucos, pois o novo paradigma vai impondo-se gradualmente. Os defensores do ponto de vista anterior, que o sustentaram durante toda a vida, podem muito bem resistir ao novo ponto de vista, não mudando de posição e aferrando-se àquelas concepções consideradas por eles como a mais legítima.

O problema é que o paradigma dominante é ferrenhamente defendido pelos pesquisadores, digamos, tradicionais. Estes se opõem vigorosamente ao sucesso das novas proposições. Entretanto, isso pode não impedir a divulgação do novo ponto de vista e a sua adoção por meios cada vez mais amplos. Os defensores dos pontos de vista tanto tradicionais quanto divergentes procurarão sustentar as suas posições, trabalhando arduamente no sentido de criar ou manter sociedades e revistas. Realizarão congressos e darão entrevistas para os grandes meios de comunicação, procurando atrair novos membros. Chegarão, inclusive, a entrar em embates literais na busca da aprovação pública e da ocupação de cargos tanto governamentais quanto acadêmicos, visando assegurar verbas de pesquisa, bolsas de estudo e influência junto às bancas dos concursos que renovarão os quadros.

Com o triunfo de um determinado ponto de vista, seja o novo ou o antigo, os que compartilham do ponto de vista enfraquecido e superado perdem, paulatinamente, a sua influência, ou são, como afirma Khun, "simplesmente excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados" (KHUN, 2000, p. 39).

Plank havia melancolicamente observado que "nem sempre uma nova teoria é aceita porque os cientistas se convencem da sua validade, mas

porque aqueles que a ela se opõem eventualmente envelhecem e morrem, dando lugar a novas gerações de cientistas que passam então a aceitá-la" (BORGES, 2009).

No campo da psicanálise, ainda não há dominância de um ponto de vista. Há três ou quatro concepções bastante diferenciadas da psicanálise com campos de influência mais ou menos delimitados, com suas sociedades, congressos, praticantes e, mesmo, ferrenhos defensores.

Falamos aqui da IPA com a concepção neurocientífica da adaptação do ego, com as ideias de Winnicott e com as de Melanie Klein, e da AMP com os ensinamentos de Lacan e a orientação lacanianiana. Ainda não há uma dominância de campo como, por exemplo, o consenso em torno da lei da gravitação universal, que substituiu as explicações de Aristóteles. É evidente que na física, durante um longo tempo, houve um embate entre os adeptos de uma e de outra explicação, terminando por triunfar o paradigma proposto por Newton (1643-1727).

No caso da psicanálise, não há, como dito, um ponto de vista dominante. Para alguns, por exemplo, sem dúvida, o sentido correto da famosa frase de Freud: "*Wo es war soll ich werden*" (FREUD, 1933/1982, p. 516) é, tal como em português: "Onde estava o id, ali estará o ego" (FREUD, 1933/1976, p. 102), com um sentido cujas consequências clínicas conduzem à adaptação do ego à realidade. Não que a versão em si esteja incorreta, mas Lacan aponta a anomalia dessa compreensão adaptativa e testa, ao longo de seu ensino, diversas possibilidades, cada qual, também, com todas as consequências clínicas daí decorrentes. Entre elas, apontamos apenas uma: "É lá, onde estava o mais de gozar do outro, que eu enquanto Eu profiro o ato psicanalítico, Eu devo vir" (LACAN 1969-70/1991, p. 59, tradução nossa)¹.

Abstruso! Incompreensível! Proclamarão os aferrados à tradição adaptativa, incapazes ou avessos à "revolução científica" proposta pela releitura lacanianiana.

¹ C'est là, où c'était le plus de jouir de l'autre, que moi, en tant que je profère l'acte psychanalytique, je dois venir.

Por que Lacan foi como que excomungado pela IPA? Justamente porque propunha essa liberdade de compreensão do texto de Freud, considerada abusiva e desviante pelos ipeístas. Para os lacanianos, pelo contrário, trata-se do resgate do espírito (*Geist*) que vivifica a psicanálise, único caminho para torná-la capaz de responder aos desafios da sociedade atual. Qual a versão mais correta? Talvez o que os ipeístas não entenderam é que Lacan não está fazendo um trabalho de versão de Freud para o francês, com vistas a uma publicação comercial (e mesmo que estivesse, não traduziria a frase tal como foi compreendida pelos ipeístas). Todo o seu esforço tem como norte não apenas propor a superação revolucionária da clínica das repetições automáticas além do princípio de prazer, mas também apontar, incansavelmente, os equívocos da posição positivista que tenta, a todo custo, preservar Freud congelado numa espécie de conserva cultural.

Ao fundar a SFP e imediatamente solicitar o reconhecimento e a afiliação à IPA, Lacan certamente quer mostrar que não se opõe a esta. Decerto, quer apontar novos caminhos que abrem a psicanálise a outras disciplinas, num esforço de renovação do campo freudiano - que talvez tenha um precedente apenas nas contribuições de Melanie Klein.

Segundo os lacanianos, são inegáveis para a psicanálise, as contribuições da filosofia, da linguística, da topologia, da antropologia e da matemática. Nada disso, porém, foi compreendido ou aceito pelos tecnicistas, pelos "burocratas" do império da IPA na época das "guerras frias" e das "guerras quentes" (ROUDINESCO, 1988, p. 272). Dificilmente, a leitura lacaniana de Freud faria qualquer sentido para pessoas arraigadas a um sentido tradicional. Para eles, talvez, a fala de Lacan não passasse de uma algaravia sem sentido. Como diz Feyerabend:

[...] introduzir uma nova teoria implica mudanças de perspectiva, tanto em relação aos traços observados como aos traços não observados do mundo, bem como às mudanças correspondentes aos significados dos termos, inclusive os mais 'fundamentais' da linguagem empregada (FEYERABEND, 1991, p. 39).

Entretanto, enquanto um determinado ponto de vista não se torna universalmente aceito, quanto maior a pluralidade de esquemas teóricos explicativos plausíveis, maior será a liberdade com a qual o cientista terá que trabalhar os objetivos que tem em vista. A pluralidade de explicações é sempre preferível a um dogmatismo despótico e unitário:

unanimidade de opinião pode ser adequada para uma igreja, para vítimas temerosas ou ambiciosas de algum mito (antigo ou moderno) ou para os fracos e conformados seguidores de algum tirano. A variedade de opiniões é necessária para o conhecimento objetivo. E um método que estimule a variedade é o único método compatível com a concepção humanitarista (FEYERABEND, 1988, p. 57)

Nem todas as explicações, porém, serão aceitas pela comunidade científica. Algumas nem mesmo serão examinadas, perdendo-se na poeira do tempo. Outras não serão reconhecidas durante a vida do autor. Assim, para o desenvolvimento da ciência, é preciso adotar uma postura mais liberal em termos de posicionamento frente a novas ideias.

Não se deve acusar Feyerabend de anarquismo ingênuo. Ele não professa um abandono total de todas as regras e de todos os critérios. O autor aponta a necessidade de não nos atermos, de maneira dogmática, a uma única estrutura de racionalidade com regras e pressupostos metodológicos, como se ela fosse a única maneira possível de se construir a realidade. Não se trata de um anarquismo puro e simples, de uma posição de aceitação incondicional de toda e qualquer hipótese. Trata-se, pelo contrário, da adoção de uma metodologia pluralista, de uma posição de abertura para o exame de todas as hipóteses, sejam as tradicionais ou as que vão surgindo no correr do tempo.

Como aponta Feyerabend (1988), "o anarquismo ingênuo reconhece as limitações de todas as regras e critérios". Com isso, defende que "tanto as regras absolutas como as que dependem do contexto têm suas limitações". A partir daí ele infere que "todas as regras e critérios carecem de valor e deveriam ser abandonadas". (FEYERABEND, 1988, p. 32, tradu-

ção nossa²) Ele concorda com o ponto de vista de que todas as regras têm as suas limitações, mas não acompanha a conclusão dos anarquistas de que todas devam ser abandonadas. Ele conclui o seu raciocínio sustentando que se "não há nenhuma 'racionalidade global', nem por isso devemos "proceder sem regras nem critérios" (FEYERABEND, 1988, p. 32).

Ao criticar a concepção tradicional da metodologia científica, Feyerabend nega a existência de um único método científico. Adotando uma postura relativista, afirma que cada conhecimento particular deve ser analisado por suas próprias regras e não por quaisquer padrões externos que a legitimem. Mas, não devemos considerar que quaisquer metodologias têm a sua validade e aceitação universais.

As metodologias em psicanálise

No caso da psicanálise, apresentamos neste texto quatro metodologias de pesquisa.³ Seriam todas elas legítimas? Uma excluiria a outra por considerá-la desprovida de valor ou sentido? Pelo ponto de vista adotado acima, podemos defender a ideia de que a decisão sobre a melhor metodologia não pode ser baseada em uma opinião pessoal. A consideração de validade de um determinado ponto de vista, seja teórico ou metodológico, não depende dela. O que conta é a capacidade de convencimento e de aceitação da idéia em um contexto social, isto é, pela comunidade científica envolvida com a problemática em questão ou mesmo pela sociedade em geral.

Por mais correta que seja, caso não haja um consenso social de sua validade, uma determinada metodologia de pesquisa ou mesmo uma explicação correta dos fatos é abandonada e não influencia o desenvolvimento da

2 *El anarquismo ingenuo reconoce las limitaciones de todas las reglas y criterios. [...] tanto las reglas absolutas como las que dependen Del contexto tienen sus limitaciones, e infiere que todas las reglas y criterios carecen de valor y deberían ser abandonados. [...] no hay ninguna "racionalidad global", pero no que debemos proceder sin reglas ni criterios.*

3 Neste texto, não diferenciamos a averiguação ou a pesquisa em psicanálise (*Die psychoanalytische Untersuchung*) da pesquisa psicanalítica (*psychoanalytischen Forschung*), pois tecer considerações sobre as semelhanças, diferenças e usos das duas expressões em Freud foge ao escopo deste trabalho.

ciência. Haja vista Artstarco de Samos (310 a.C. - 230 a.C.) acusado de impiedade por Cleanto, o Estóico (~331 - 232 a. C.), por afirmar que a Terra gira sobre si mesma (o que explica o dia e a noite) e em torno do sol (o que explica os solstícios e equinócios) como os outros planetas.

Por que essa ideia tão simples não pôde ser aceita? Por várias razões: por ser contrária à tradição, por falta de evidências de que a Terra girava, pelo problema da falta de apresentação de paralaxe das estrelas, mas principalmente por se afastar do dogma da imobilidade da Terra, estabelecido por Platão (s/d, 29E-47E) no "Timeu"⁴. Foram necessários quinze séculos e mais umas tantas vidas perdidas para que essa ideia fosse aceita.

Quanto às metodologias em psicanálise, estamos ainda em um período de confrontos. Grupos diferentes defendem metodologias diversas. Alguns criticam de forma firme, senão violenta, determinadas propostas, opondo-se a que tenham qualquer possibilidade de acerto. O jogo ainda está em andamento. Até o momento, entre os psicanalistas, não existe um consenso relativo à melhor metodologia a adotar, isso tanto do ponto de vista clínico quanto de pesquisa. Do ponto de vista clínico, temos a travessia da fantasia e/ou o trabalho com o Sinthoma (AMP) que se contrapõem de maneira radical à adaptação do sujeito ao meio ambiente (IPA). Do ponto de vista da pesquisa, pelo menos quatro métodos confrontam-se na liça acadêmica. São eles: (1) o método comportamental, (2) a pesquisa teórica em psicanálise, (3) a construção do caso clínico e (4) a escrita da psicanálise de um passante, apresentada aos passadores e à comunidade psicanalítica sob a forma de relato do passe.

A pesquisa experimental em psicanálise

Rejeitada por muitos, a utilização do "método experimental" para a demonstração da validade de uma pesquisa em psicanálise encontra, entretanto, alguns defensores. Há alguns anos, foi apresentada por Luiz

⁴ Gregory Vlastos, em seu livro "O universo de Platão" (Brasília: Universidade de Brasília, 1987), discute a questão de maneira bem pormenorizada.

Renato Gazolla (2002), doutor em psicanálise pela Université Paris 8, autor do aclamado livro "Estratégias na neurose obsessiva", publicado pela Jorge Zahar. A obra é uma proposta de pesquisa experimental em psicanálise como projeto de pós-doutoramento para o Departamento de Psicologia da UFMG⁵.

Neste projeto, Gazolla parte do princípio de que a metodologia própria à psiquiatria biológica não se presta necessariamente à apreensão do fenômeno psicanalítico. Com isso, os sucessos alcançados pela orientação lacaniana na abordagem teórica e clínica da psicose não são conhecidos pelos clínicos da orientação psiquiátrica calcada nas neurociências, havendo uma ausência de comunicação entre essas correntes de pensamento. Para ele, um dos fatores que mais dificulta a difusão das descobertas de Lacan e seus seguidores nesses meios é a questão metodológica. Os dados da psicanálise não se apoiam no padrão-ouro da pesquisa (medicina baseada em evidências). Em psicanálise, não há exatidão. O conhecimento advindo dela não é verificável por experimentação, não depende de investigação metódica, nem é sistemático. Na psicanálise, não se busca a aplicação de leis, não se pode fazer predições, não há o estudo controlado com distribuição aleatória e com resultados medidos por escalas de descrição sintomatológica internacionalmente aceitas.

Desconsiderando a rejeição dos psicanalistas pela abordagem experimental, Gazolla propõe, então, como metodologia para a sua pesquisa, a utilização dos parâmetros experimentais, a saber, um estudo controlado com distribuição aleatória. Para ele, na medida em que os analistas forem capazes de apresentar resultados irrefutáveis aos colegas da psiquiatria biológica, haverá um avanço significativo para o campo da clínica psiquiátrica. Sem desconsiderar de que é possível uma validação qualitativa (não positiva) das práticas clínicas, ele escolheu adotar o método experimental para a sua pesquisa na UFMG.

Sem querer descrevê-la de maneira minuciosa, apresentamos um breve esboço de seu procedimento. Gazolla constrói duas hipóteses de traba-

⁵ O projeto completo deve estar arquivado na UFMG

lho; uma, a comprovar, e a outra, chamada de nula, a ser demonstrada falsa tal como postulado pelos pesquisadores da psicologia experimental. Como hipótese a ser comprovada, ele afirma que o tratamento psicanalítico e medicamentoso simultâneo para um grupo de portadores de esquizofrenia resulta em significativa redução na expressão de sintomas positivos e negativos e em melhoria no funcionamento social. Isso em comparação àqueles que estão recebendo tratamento medicamentoso e psicoterápico suportivo, mas que não estão recebendo tratamento psicanalítico. Como hipótese nula, ele propõe que não há diferença na expressão de sintomas positivos e negativos e no funcionamento social de pacientes portadores de esquizofrenia submetidos a tratamento psicanalítico de orientação lacaniana e a tratamento medicamentoso simultâneo. Isso quando comparados a um procedimento de controle.

Segundo o projeto, a amostra é pequena, envolvendo dez pacientes no grupo experimental e dez no grupo controle, com um mínimo de cinco e máximo de vinte pacientes em cada grupo. Gazolla também especifica os critérios de inclusão e exclusão, os procedimentos de recrutamento e escrutínio, a linha de base e a distribuição que, no caso, seria aleatória, apresentando, por fim, o curso do estudo no qual especifica os procedimentos a serem executados durante a pesquisa, tanto para o grupo experimental quanto para o grupo de controle.

No projeto, Gazolla acrescenta também os procedimentos relativos às exclusões e abandonos do protocolo, bem como aqueles relacionados à análise dos dados e aos instrumentos auxiliares para apoio aos resultados. Estes seriam apresentados em escalas numéricas, empregadas em cada um dos cinco pontos de avaliação (linha de base, três, seis, nove e 12 meses).

Os resultados seriam tabulados para cada grupo e analisados estatisticamente através de medidas de tendência central e t-testes sucessivos entre cada ponto e a base em uma série para cada uma das três escalas. Medidas de correlação seriam empregadas como tentativas de se obter resultados adicionais, atentando para as variáveis intervenientes empre-

gadas no pareamento das duplas (apesar de que, com a pequena amostragem, seria pequena a possibilidade de correlações elucidativas).

Gazolla aponta ainda o veículo no qual seria realizada a publicação da pesquisa, bem como o cronograma de sua execução e a bibliografia básica. Nos apêndices, ele colocou informações relativas à clínica-sede, à formação da equipe de pesquisa, às técnicas utilizadas em cada grupo e às possíveis mudanças no desenho experimental. Infelizmente, por motivos de sucessivas greves e desencontros, a pesquisa não pôde ser realizada. Isso, entretanto, não desqualifica o método enquanto possibilidade.

A pesquisa teórica em psicanálise

Muito mais aceita pelos psicanalistas em geral do que a metodologia anterior e mais utilizada nas monografias, dissertações e teses em psicanálise, a "pesquisa teórica" é defendida por Luiz Alfredo Garcia-Roza como a única modalidade possível da pesquisa acadêmica em psicanálise. Para ele, a pesquisa teórica tem como um de seus objetivos:

submeter a teoria psicanalítica a uma análise crítica com a finalidade de verificar sua lógica interna, a coesão estrutural dos seus conceitos e as condições de sua possibilidade (GARCIA-ROZA, 1993)

Segundo Demo, a pesquisa teórica dedica-se a "reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (DEMO, 2000, p. 20). Para Ribeiro, uma pesquisa teórica pode utilizar o método histórico-sistemático como a de Lima Vaz em sua "Antropologia filosófica" (1991). Esse método, segundo Ribeiro, é tradicionalmente empregado em estudos filosóficos e compreende dois momentos principais: (1) "*uma aporética histórica*, de corte diacrônico, que visa a compreender a história do conceito em questão em seu desenvolvimento dialético" (RIBEIRO, 2007) e (2) "*uma aporética crítica*, de corte sincrônico, a qual tradicionalmente é constituída por elaborações sistemáticas referentes à natureza, função, gêne-

se e desenvolvimento do conceito a ser investigado" (RIBEIRO, 2007).

Esse me parece ser, exatamente, o contexto da metodologia de pesquisa teórica realizada por Mezan (1982) em sua dissertação de mestrado em Filosofia Moderna, publicada pela Editora Perspectiva sob o título "A trama dos conceitos". Nesse trabalho, Mezan, embora transferido com o texto de Freud, não tem qualquer pretensão de apresentar considerações sobre o inconsciente de algum de seus clientes (construção do caso clínico), nem, muito menos, o seu próprio trabalho de descoberta de motivações inconscientes (relato de passe). Sua intenção - legítima - é buscar na obra de Freud a articulação interna das noções freudianas. O seu esforço pretende mostrar a relação das redes conceituais nos diferentes movimentos da elaboração teórica de Freud. Isso não apenas no sentido diacrônico, isto é, circunscrevendo as transformações que determinado conceito sofreu ao longo da elaboração de Freud, mas também sincrônico, apontando como os conceitos se relacionam formando uma espécie de rede em momentos específicos da obra. Com isso, ele apresenta, em termos rigorosos e sistemáticos, a lógica que rege os desdobramentos da concepção de Freud sobre o inconsciente em seu universo conceitual.

Numa obra que se refaz incessantemente, Mezan julgou inadequado e temerário privilegiar qualquer momento como sendo o do "verdadeiro" Freud. Assim, buscou "discernir as articulações provisórias dos conceitos, ao mesmo tempo historiando a sua origem e procurando integrá-los nas constelações a que pertencem" (MEZAN, 1982, p. XVI). Com isso, conseguiu escapar dos riscos de uma mera cronologia burocrática.

O tema de Mezan foi, exclusivamente, a obra conceitual de Freud. Ele não citou a imensa literatura psicanalítica, nem buscou em sua clínica exemplos para elucidar um ou outro conceito, limitando-se (se é que se pode falar em limitação) às "Obras completas", à biografia de Freud elaborada por Ernest Jones (1953) e ao "Vocabulaire de la psychanalyse", de Laplanche & Pontalis (1967).

A metodologia da pesquisa da dissertação de Mezan não foi experi-

mental, nem tinha a intensão de construir um caso clínico ou relatar a sua própria psicanálise. Ele realizou uma pesquisa teórica como propõe a tradição das pesquisas teóricas nos mais diversos campos do saber, seja a filosofia, a psicologia ou outra ciência humana. Para ele, falar sobre a psicanálise não é privilégio dos psicanalistas teóricos ou mesmo clínicos como querem alguns puristas.

Mezan se preocupa com os "textos" de Freud, isto é, com os "tecidos de reflexões e de relatos, de digressões e problemas de princípios e consequências, de debates e corolários" (MEZAN, 1982, p. XVI) e se propôs a percorrer e a compreender o que diziam. Como teórico, ele estava mais preocupado com o sentido do conceito do que, exatamente, com a verdade das proposições de Freud, tomando-as sem se preocupar com interpretações posteriores.

O seu trabalho, tem, pois, estes pressupostos e objetivos: "ler Freud como se lê um filósofo, buscando as articulações dos seus conceitos e a lógica subterrânea que comanda a sua produção" (MEZAN, 1982, p. XVII). Em suma, uma pesquisa essencialmente teórica, aprovada e reconhecida pela comunidade acadêmica, pela psicanalítica e pelo público em geral.

A construção do caso clínico

A construção do caso em psicanálise é uma modalidade de pesquisa que embora não se confunda com um historial clínico por seu valor epistemológico, não é um relato, uma vinheta ou um fragmento clínico, tem o seu protótipo nas descrições dos atendimentos de Freud. Nas "Obras completas", podemos encontrar fragmentos e relatos mais curtos como os casos de Elisabeth, Emmy, Lucy e Katharina e mais longos e detalhados como as histórias de Dora, Hans, o homem dos lobos e o homem dos ratos. Podemos encontrar, ainda, a soberba avaliação do livro de memórias do presidente Schreber. O caso do homem dos ratos, inclusive, é interessante, pois nele podemos ler as notas que o próprio Freud

tomou durante as sessões de seu paciente.

Para construir um caso, o psicanalista recolhe alguns fragmentos das falas de seu cliente, suas intervenções e considerações pessoais. Algumas vezes, o caso chega a parecer um romance devido à sua estrutura narrativa. Nas notas preliminares do caso de Dora, Freud chegou mesmo a reclamar de certos médicos de Viena que tomavam o caso clínico não como uma contribuição científica à psicopatologia das neuroses, mas como um "*roman à clef* destinado a seu deleite particular" (FREUD, 1905/1972, p. 7).

Não é habitual a metodologia de construção do caso ser tomada como a metodologia principal de trabalhos acadêmicos terminais da graduação ou da pós-graduação. É mais comum a pesquisa teórica vir acompanhada de pequenas vinhetas extraídas das práticas clínicas dos autores, que visam ilustrar os temas desenvolvidos.

As proposições relativas aos elementos básicos que nortearão a construção de um caso clínico são muito variadas. Nela, entretanto, se seguir a orientação lacaniana, deverá constar pelo menos três que parecem fundamentais: (1) a localização da estrutura clínica no registro do simbólico: neurose, psicose ou perversão, (2) o tipo clínico: paranóia, melancolia, esquizofrenia, histeria, neurose obsessiva etc. e (3) o caso enquanto único, singular, isto é, o nome do gozo que indica a natureza do sintoma como ponto nuclear, como sintoma na história enquanto construção da narrativa de um corpo sem inscrição significativa.

Nas proposições também poderá ser encontrada a história da vida do paciente, com o histórico sobre a sua doença. Esse é um dos pontos que distingue a construção do historial clínico. Se este é mais uma descrição, a construção envolve o trabalho clínico de circunscrever as formas de gozo através das quais o sintoma é sustentado. Os elementos aí envolvidos são o significante, o gozo e o sujeito como efeito de significante, não apenas na sua condição de sujeito do inconsciente, mas na condição de falasser (*parlêtre*).

Em seu texto sobre a construção do caso, Guimarães (2008) aponta

oito norteadores que auxiliam o pesquisador na sua construção. Nele poderão estar presentes: (1) as condições de abertura para o ato analítico, nas quais o analista verificará se há abertura subjetiva para o ato; (2) o modo de suplência presente no nó de amarração da estrutura; (3) a estratégia do analista na transferência para que seus efeitos possam operar; (4) a tática utilizada pelo analista, não atendendo exatamente à demanda do paciente, mas, ao mesmo tempo, não lhe desiludindo inteiramente; (5) o rastreamento das trilhas silenciosas do imperativo do supereu através das quais será possível a redução do gozo mortificante do paciente; (6) o modo de defesa privilegiado em sua articulação com o real, o simbólico e o imaginário; (7) o apontamento das funções materna e paterna no caso clínico, também em seus aspectos simbólicos, imaginários e de gozo; e, finalmente, (8) o foco central do caso clínico.

Para Guimarães, o caso clínico é formalizado para que o autor possa ordenar os dados clínicos, seja através de um tratamento epistêmico para determinada questão conceitual, seja através da demonstração de uma hipótese ou da abertura de uma determinada questão.

O relato de passe

Se a metodologia da pesquisa experimental em psicanálise segue o padrão ouro da ciência, talvez pudéssemos propor o relato do passe como aquilo que, em certo sentido, espera de alguém que se torna psicanalista no final de sua análise pessoal. Não exatamente um padrão, posto que cada percurso será próprio e único, mas um convite àqueles que terminaram a sua análise para testemunharem a partir dela. Diferente da construção do caso, não se trata de relatar o que se passa com um paciente, mas de apresentar o próprio tratamento, no qual não se separa o sujeito e o objeto da pesquisa. O relato do passe, escrito e defendido após o término de uma análise pessoal, é o relato de uma pesquisa que tem por objeto as próprias experiências do pesquisador na busca do impossível, suportar sua própria singularidade durante tra-

tamento com um psicanalista.

Sugerido aos analistas italianos por Lacan (1982/2003), tal relato não é obrigatório, mas sua apresentação vem se tornando cada vez mais frequente na AMP. São inúmeros os relatos. Um dos mais recentes é o de Ana Lúcia Lutterbach Holck, publicado sob o título "Depoimento do passe: revida e escrita" (HOLK, 2008). Tecido, como ela afirma, não do lugar de escritora, mas de psicanalista e constituído por sobras e vestígios que restaram de um desaparecimento. Para dar-lhe textura, Holck estabelece nomes para tempos diferentes: "biografia, biografagem, biografema", revirando ao avesso as certezas das verdades iniciais de sua análise. Com isso, "o vazio, o não-saber, surge emoldurado pela ignorância" (HOLK, 2008, p. 115) ou, como poderia retificar Lacan homenageando, quem sabe, Santo Agostinho⁶ (2010) ou Nicolau de Cusa (2008)⁷, pela *ignorantia docta*, "que não quer dizer sábia, mas formal, e que pode ser, para o sujeito, formadora" (LACAN, 1954/1979, p. 317). Isso porque o analista não pode desconhecer o poder do acesso ao ser que se situa na dimensão da ignorância, pois é dessa dimensão que ele tem de responder àqueles que lhe procuram para o alívio de seus sofrimentos.

Conclusão

Qual dessas quatro metodologias é a mais apropriada para a psicanálise? Essa pergunta desdobra-se em duas dimensões: uma pessoal e uma social. A dimensão pessoal é importante apenas se se tratar da opinião de alguém considerado pessoa critério para uma grande comunidade de pesquisadores. Alguém, por exemplo, do porte de um Jacques-Alain Miller ou de um Horacio Etchegoyen. Porém, mesmo assim, a opinião de um deles pode ser desconsiderada por outras grandes comunidades

6 "Est ergo in nobis quaedam, ut dicam, docta ignorantia, sed docta spiritu dei, qui adiuvat infirmitatem nostrum". [There is therefore in us a certain learned ignorance, so to speak -- an ignorance which we learn from that Spirit of God who helps our infirmities] (AGOSTINHO, 2010).

7 "A precisão da verdade resplandece de modo incompreensível nas trevas da nossa ignorância. E esta é a douta ignorância que procurávamos" (CUSA, 2008, p. 64).

que disputam a herança freudiana, no intuito de se fazerem reconhecer pela sociedade em geral como seus legítimos proprietários ou herdeiros. Como ainda não há a hegemonia de um determinado ponto de vista, não só da metodologia mais adequada à pesquisa psicanalítica como também dos fundamentos corretos e dos objetivos do tratamento, não se pode dizer que a interpretação que alguém faz da psicanálise é a interpretação verdadeira. Portanto, são inadequadas, erradas ou desviantes interpretações divergentes daquele ponto de vista.

Chegaremos algum dia a estabelecer, como na física, uma aceitação universal de determinada interpretação dos objetivos e dos métodos adequados para se pesquisar e construir elaborações teóricas sobre a psicanálise, tal como alcançou, por exemplo, o *corpus* newtoniano sobre as leis da gravidade?

Consideramos, embora nem todos vão concordar, que não há legitimidade na pesquisa experimental em psicanálise. O inconsciente não se presta a experimentos positivistas. É uma posição dogmática que até deveria ser melhor fundamentada, mas não é esse o objetivo do presente trabalho. Por outro lado, consideramos que há legitimidade tanto na pesquisa teórica em psicanálise - mesmo que ela nada apresente ao leitor dos desvelamentos da verdade de um sujeito em análise (haja vista as aprovações de pesquisas teóricas como trabalhos acadêmicos terminais) - quanto na construção do caso clínico que o implica. Porém, a que consideramos equivaler, em certo sentido, ao padrão ouro da pesquisa em geral, sem dúvida, é a escritura do relato do passe de um psicanalista. Porém, esse ponto de vista é pessoal e não reflete uma ideia já aceita e consolidada.

Quanto à metodologia mais adequada para a psicanálise, tomada do ponto de vista de sua aceitação geral, muitas contendas deverão, ainda, acontecer para que - se isso for algum dia alcançado - haja o triunfo de um só ponto de vista. Enquanto isso, valem todas as metodologias que possuem o aval das grandes sociedades de psicanálise. Portanto, tomado nas suas devidas e cuidadosas proporções, "tudo vale".

Referências

AGOSTINHO DE HIPONA, S. *Letter 130 to proba*. Disponível em: <http://www.crossroadsinitiative.com/library_article/768/Letter_130_to_Proba_Augustine.html>. Acesso em: 02 de março de 2010.

BORGES, J. D. *Max Plank e as novas idéias*. 05 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/blog/post.asp?codigo=2309>>. Acesso em: Fev. de 2010.

CRUZ, F. *Excomunhão*. Disponível em: <<http://dtdnews.wordpress.com/2006/09/16/excomunhao/>>. Acesso em: Jan. de 2010.

CUSA, N. de. *A douta ignorancia*. Tradução de João Maria André Lisboa. Gulbenkian; Ed. Calouste, 2003. (Texto originalmente publicado em 1440)

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Tradução de Octani S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. Título original: *Against method*. Data da publicação original: 1975

FEYERABEND, P. *La ciencia en una sociedade libre*. Tradução de Alberto Elena. Mexico DF: Siglo Veinteuno, 1988. Título original: *Science in a Free Society*. Data da publicação original: 1978.

FEYERABEND, P. *Límites de la ciencia*. Tradução de Carmem Salvador. Buenos Aires: Paidós, 1989. Título original: *Realism rationalism method*. Philosophical papers. Data da publicação original: 1962

FREUD, S. (1917). 32ª Vorlesung: angst und tribleben. In: _____. *Vorlesungen zur einföhrung in die psychoanalyse neue folge der vorlessungen zur einföhrung in die psychoanalyse, Studienausgabe*, v.1, p.517-543. Frankfurt am Mein: Fischer Verlag, 1982.

_____. (1933). Conferência XXXI. In:_____ *Nova conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos*, v. 22. Tradução de Jayme Salomão. p.75-102 Rio de Janeiro: Imago, 1976. Título original: 32ª Vorlesung: Angst und Triplehen.In: *Vorlesungen zur einföhrung in die psychoanalyse neue folge der vorlessungen zur einföhrung in die psychoanalyse*.

_____. (1905). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: _____. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. VII. Tradução de Jayme Salomão, p.1-250. Rio de Janeiro: Imago, 1972. Título original: Bruchstück einer hysterie-analyse.

GAZZOLA, L. *Estratégias na neurose obsessiva*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GARCIA-ROZA, L. A. A pesquisa acadêmica em psicanálise. *Anuário Brasileiro de Psicanalise*. Cidade: Relume Dumará, 1993, p. 118-121.

GUIMARÃES, L. *A sephallus*. Out. de 2008. Disponível em: <http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_06/artigo_04.htm>. Acesso em: Fev. de 2010.

HOLCK, A. L. L. Depoimento do passe: reavida e escrita. In: HOLCK, A. L. L. *Patu a mulher abismnada*. Rio de Janeiro: Subversos, 2008, p. 106-116.

JONES, E. *Sigmund Freud: life and work*. London: Hogarth Press, 1953.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 262 p. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Título original: *The Structure of Scientific Revolutions*. Data da publicação original: 1969.

LACAN, J. (1964). Excomunhão. In: LACAN, J. O seminário, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise, vol. 11, cap.1, p.9-20. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Título original: *Le Séminaire de Jacques Lacan - Livre XI: Les quatre concepts fondamentaux de la Psychanalyse*.

LACAN, J. (1969-70) Savoir, moyen de jouissance. In: _____. *Le séminaire: l'envers de la psychanalyse*. Ed. Jacques-Alain Miller. Paris: du Seuil, 1991. vol. XVII, cap. 3, p. 43-59.

LACAN, J. (1982) Nota italiana. In: _____. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 311-315. Título original: Note italienne. In: *Autres écrits*

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.- B. *Vocabulaire de la Psychanalyse*. Ed. Daniel LAGACHE. Paris: PUF, 1967.

MILAN, B. *O amor do mestre*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/bettymilan/conferencias/02-amor.htm>>.. Acesso em: Jan. de 2010

PLATÃO. *Timeu e críticas ou a Atlântida*. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Hemus, [s/d].

RIBEIRO, L. O sentimento de culpa em Freud. Painel de apresentação de pesquisa na Semana de iniciação científica da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

ROUDUNESCO, E. *História da psicanálise na França: a batalha dos cem anos*, v. 2 (1925-1985). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Título original: *Histoire de la Psychanalyse en France: la bataille de cens ans*.

VAZ, H. C. de L. *Antropologia filosófica*. Belo Horizonte: Loyola, 1991. 2 v.

Psicanálise e método científico: pesquisa de campo

Roberto Calazans

Doutor em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal São João del-Rei (UFSJ); recebe financiamento do CNPq (Edital Ciências Humanas 2008) e do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig (Edital 2009). É bolsista de Pós-Doutorado Junior no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

roberto.calazans@gmail.com

Táisa Serpa

Psicóloga pelo Centro de Estudos Superior de Juiz de Fora (CES-JF); mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Bolsista de Mestrado do CNPq.

taisaserpa@yahoo.com.br

1 Introdução

No mês de dezembro de 2009, pesquisadores das linhas de pesquisa em psicanálise dos quatro programas de pós-graduação em psicologia do estado de Minas Gerais (Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade

Federal de Uberlândia - UFU, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias - PUC-MG) se reuniram em um seminário intitulado “Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade”. O seminário foi composto por relatos de experiências, uma conferência e duas mesas redondas. A primeira tinha o título “Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico”. A segunda se intitulava “Psicanálise e método científico: a pesquisa de campo”.

Pelo título do seminário, fica claro que a questão que o instigava era a do duplo vínculo dos pesquisadores ali envolvidos: ao discurso psicanalítico como psicanalistas e ao discurso universitário como professores pesquisadores. O duplo vínculo geralmente é marcado pela tensão entre os dois discursos. Não podemos situar essa tensão somente na dimensão do mal-estar que a psicanálise provoca no discurso universitário ao denunciar e/ou esvaziar seus semblantes. A tensão também não deixa de afetar aos psicanalistas quando são instados pela universidade a apresentar seus dados e resultados de acordo com as premissas do discurso universitário.

No entanto, cremos que dessa tensão entre os dois discursos, pode surgir algo interessante tanto para a psicanálise quanto para a universidade. Afinal, como aponta Miller (1998) ao criar um instituto para-universitário em sua escola: “Por que isto [o instituto] é necessário? Porque o discurso analítico tende invencivelmente a se autodestruir. O saber suposto, que sustenta a psicanálise, também a corrói. Por isso é necessário um lugar a partir do qual o saber exposto lhe venha fazer barra” (MILLER, 1998). A universidade pode ser ocupar esse lugar de fazer barra ao exigir a exposição do saber.

Nosso objetivo será pensar a questão “Psicanálise e método científico: pesquisa de campo”. Para tal, procederemos por partes, colocando questões em relação a cada um dos significantes do tema da mesa. Começaremos com a questão da psicanálise e universidade, em seguida, passamos para a questão do método científico para chegarmos, enfim, à questão da pesquisa de campo e psicanálise.

2 Psicanálise e universidade

Muitos dos problemas com os quais nos deparamos na articulação da psicanálise com a pesquisa no Brasil é decorrente do fato de esta ser feita na dimensão da universidade, geralmente no âmbito das faculdades de psicologia. Ora, aí temos um discurso que é distinto do psicanalítico: o discurso universitário. E dentro deste discurso, uma proposta que é, no mais das vezes, antinômica à psicanálise: a objetivação do sujeito ou a afirmação de que a disciplina psicológica é ou deve ser científica. Essas duas dimensões não se separam quando estamos às voltas com as exigências feitas à psicanálise na universidade.

No que tange ao primeiro ponto desta articulação – psicanálise e universidade – é preciso situar melhor o desconforto que frequentemente o psicanalista sofre. Ele é tributário de algo que, muitas vezes, nada tem a ver com a exposição do saber, está relacionado com algo da ordem do que Milner (2006) chamou de avaliação. A universidade, segundo ele, está submetida a uma máquina burocrática de avaliação em torno do que ele nomeia de contrato: para obter, por exemplo, um financiamento é preciso estabelecer previamente os objetivos a serem alcançados para, em um segundo momento, ser avaliado em função dos objetivos terem sido cumpridos. É esse tipo de avaliação que permite, por exemplo, o credenciamento de programas de pós-graduação para que as dissertações e teses sejam reconhecidas pelo Estado. Para as instâncias avaliadoras, pouco importa o saber em jogo, pois este se torna mais um produto para entrar em uma contabilidade geral de artigos, apresentações, orientações etc.

Se a avaliação permanecesse neste registro até seria razoável: nada contra uma prestação de contas. Seria uma avaliação *a posteriori* para saber se o contrato foi respeitado. No entanto, e principalmente no que concerne à psicanálise, temos um tipo de avaliação que não é mais sobre os resultados de um contrato e sim sobre determinada pessoa ou teoria. É o que Milner denominou de “avaliação *a priori*”, que visa verificar se

“o parceiro com o qual se quer fazer contrato é como supomos que seja” (MILNER, 2006, p. 5). A questão toda está na suposição que passa pela questão da cientificidade. É avaliar para saber se determinada teoria é científica e, só assim, válida.

No caso da psicanálise, a avaliação *a priori* é feita para que a ela seja conferida não somente autenticidade, mas também legitimidade. Não se trata mais de credenciar a partir do que o pesquisador realizou, mas a partir do fato de sua teoria ter passado ou não pelo crivo da avaliação que não leva em conta as especificidades de cada área ou subárea de conhecimento. É em relação a esse tipo de avaliação que falamos de uma das dimensões em que a psicanálise é instada a responder pela universidade, à qual não podemos simplesmente nos curvar. Se, por um lado, devemos nos submeter ao saber exposto, por outro, devemos questionar esse modo de pensar a pesquisa. Este último ignora o modo próprio da psicanálise pensar a pesquisa em função de seu problema: a clínica de um sujeito afetado pelo inconsciente estruturado como uma linguagem e seus modos de gozo.

Se, em relação ao discurso universitário, nós temos a diferença específica no que tange aos significantes que encontramos em cada lugar do discurso – um saber se endereçando a um resto, visando produzir um sujeito desejante e tendo como verdade um desejo de mestria – no caso da psicologia, nós temos a afirmação categórica de que esse saber é científico e, por essa razão, deve orientar a prática de um sujeito. Por mais que tenhamos uma série de divergências na psicologia – pesquisa quantitativa *versus* qualitativa, pesquisadores experimentalistas e compreensivistas, ou ainda a divergência entre os que querem integrar os diversos modos de pensar a pesquisa em psicologia (GUNTHER, 2006; THIOLENT, 2003; CASTRO, 1999) e os que afirmam decididamente a oposição entre perspectivas teórico-metodológicas – temos dois pontos gerais que as une: o primeiro é o desejo de fazer ciência e, por conseguinte, serem seguidores do método dito científico.

Muitas vezes, o que garante a confiabilidade científica é a afirmação

da metodologia científica. Ela seria o fiel da balança na avaliação *a priori*. Se essa questão parece, de saída, resolvida nos currículos das faculdades de psicologia, ela necessita, entretanto, ser problematizada. Afinal, o que se entende por método científico será realmente científico? Será que podemos falar em um método geral para a ciência que permita, através dele, designar o que é ciência ou não e, a partir daí, inferir o que é válido ou não? É o que veremos na próxima seção.

3 Ciência e metodologia

A resposta à questão, colocada ao final da última seção, só pode ser realizada se deixarmos claro a maneira como entendemos o que é ciência. No que diz respeito a esse ponto específico, nos pautamos pela orientação de Lacan (1965/1998) quando nos diz que em matéria de ciência, seu guia é Koyré. Como demonstramos em nossa tese (CALAZANS, 2004), essa afirmação não indica somente uma preferência pessoal de Lacan por um autor, mas é a afirmação de toda uma corrente epistemológica que podemos chamar de matematismo.

Essa epistemologia irá afirmar três teses principais: a autonomia da ciência em relação a outros campos do saber; a afirmação de que cada ciência se especifica a partir do sentido de um problema; e a afirmação de que os objetos não são observados por um observador neutro e sim que os objetos científicos nada têm a ver com objetos naturais, eles são objetos fabricados artificialmente com auxílio da matemática.

No que concerne à última tese, podemos dizer que é a própria fabricação do objeto científico que se entende por mundo objetivo. Essa noção é a novidade que a ciência apresenta em relação aos outros tipos de conhecimento. Se tomarmos como exemplo a ontologia aristotélica, ela considerava a ideia de matematização da física estranha e absurda. A matemática só seria aplicável na regularidade dos astros. A partir do momento em que se torna possível um estudo matemático e preciso da física, a ontologia aristotélica é destruída. A matematização da física é,

para o aristotélico, a realização de um impossível. É por isso que Aristóteles considerava o estudo matemático da física como um perigo: justamente pela física estudar seres “reais”, não podia se submeter a um estudo abstrato como a matemática. Em um espaço vazio, como o da geometria, “não só não existem lugares naturais; não existem lugares de espécie alguma” (KOYRÉ, 1991, p. 161).

Nesse ponto, situa-se o advento da ciência como um corte. É a destruição e a substituição de um mundo por outro. O efeito dessa destruição do mundo finito é justamente a falta de referência. O impossível – a matematização da física – aconteceu e, a partir de então, não se sabe mais qual o lugar do homem no mundo. O problema do domínio ético se coloca, então, mais uma vez. E terá que respeitar o real do corte que torna as soluções antigas insuficientes.

Isso implica colocar a questão em outros termos: a matemática passa a ter outra função que não se reduz a um mero papel secundário e abstrato no estudo dos astros; ela passa a ser o próprio real da física.

Assim fazendo do que é matemático o fundo da realidade física, Galileu é necessariamente levado a abandonar o mundo qualitativo e a relegar a uma esfera subjetiva, ou relativo ao ser vivo, todas as qualidades sensíveis de que são feitas o mundo aristotélico. A cisão é, portanto, extremamente profunda (KOYRÉ, 1991, p. 55).

Essa passagem de Koyré é esclarecedora por duas razões. Primeiro por situar a matemática como o fundo da realidade física e não como a aplicação de uma linguagem abstrata a entidades reais, tal como pensava Bacon. O alcance da matematização da física é que o real físico é fabricado matematicamente. Não basta mais olhar para se assegurar da objetividade do mundo exterior ao espírito; os sentidos não são mais a fonte de conhecimento e de objetividade. A partir de agora, a atividade teórica comanda a experimentação, ao invés de a “realidade” prévia comandar a teorização, pois, “atualmente, nos domínios verdadeiramente ativos da ciência, em que a teoria precede o instrumento, de forma que o

instrumento de física é uma teoria realizada, concretizada, de essência racional” (BACHELARD, 1940/1979, p. 15).

Essa fabricação do instrumento científico não é um meio de captar os objetos “da realidade”, mas a própria fabricação do que se entende por mundo objetivo. A partir de então, o mundo fenomênico da realidade primeira comparecerá apenas como obstáculo epistemológico, não como fonte de conhecimento. É um pretexto para o pensamento científico, não um mundo finito a ser explorado. “A ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir” (BACHELARD, 1961, p. 46). A objetividade deixou de ser um dos momentos da determinação do “Ser”. Agora, “determinar o caráter objetivo, não significa por a mão num Absoluto, é provar que se aplica corretamente um método” (BACHELARD, 1977, p.34.).

Isso significa que entre o “método” e o objeto científico há uma estrita correlação, ou ainda, há uma identificação entre a maneira de fabricar e o objeto fabricado. É a radicalização do artificialismo sobre o mundo “natural”. A partir de então, só tem valor científico aquilo que é declaradamente construído. Não há mais “realidade prévia a medir, mas uma realidade que nasce no momento em que é medida” (ULLMO, 1967, p. 50), ou seja, a realidade científica é a sua realização. Só se diz que um conhecimento é científico a partir da matematização da experiência, quando se pode defini-lo operacionalmente, ou seja, quando se pode fornecer os procedimentos da fabricação do real científico, quando dados e respeitados esses procedimentos, pode-se repetir a fabricação do objeto. “Um físico conhece verdadeiramente uma realidade quando a realizou” (BACHELARD, 1940/1979, p. 21).

O artificialismo da ciência comporta a segunda razão da importância da passagem citada de Koyré (1991). Ao dizer o “fundo da realidade física”, Koyré não está dizendo que todo real é físico ou matemático, e sim que, em se tratando de realidade científica, é sobre o real matemático e fabricante que se deve julgar a objetividade; ou melhor, a objetividade é esse real matemático. A atividade científica é cada vez mais especi-

alizada e isso lhe permite pronunciar apenas sobre o que faz parte de sua região de problemas.

Essa posição de não arbitrar sobre o que não lhe diz respeito indica que, com o advento da ciência moderna, houve uma disjunção entre os campos de problemas, uma vez que as ciências, por serem especializadas, são precisas e exatas, mas não tratam de problemas de ética, ou seja: não tratam de problemas que visem à legitimação da orientação do homem. Bachelard denominou a distinção entre regiões de problemas de regiões epistemológicas (BACHELARD, 1977, p.44). Essas regiões epistemológicas serão definidas em torno de problemas e não, em torno de fatos. E os problemas exigem determinações específicas para o seu tratamento. Isso vale para toda e qualquer ciência e vale até mesmo dentro de uma ciência.

Como diz Bachelard (1977), uma ciência não se torna ciência pela afirmação de um método geral; ela se torna ciência quando está disposta a abandonar ou deformar o método que a originou. É assim que ela se torna cada vez mais objetiva. O que nos permite dizer que a ciência não tem um método geral: haverá tantos métodos quantos forem necessários para a produção de um objeto científico a partir de um problema específico.

4 Campo

Antes de nos perguntarmos sobre a psicanálise na pesquisa de campo, cremos que seria interessante perguntarmo-nos sobre o campo de problemas da psicanálise. Pois é em função de um campo de problemas que podemos encontrar algumas direções para responder à questão da psicanálise na pesquisa de campo.

Se as questões que estamos colocando aqui remetem à questão do método, podemos começar a nossa resposta com a advertência de Manoel Tosta Berlink: o método psicanalítico – se há um – ele é clínico, não probabilístico e muito menos experimental. É o que podemos depreender inclusive desta passagem de Freud em que ele define a psicanálise.

A psicanálise é o nome de um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por outro modo; de um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e de uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (FREUD, 1922/1996, p. 253).

Que outro modo seria este de acesso ao inconsciente senão a clínica como uma experiência de fala? Que tratamento surgiria daí senão um tratamento clínico? Que saber poderia advir senão um saber construído à moda da clínica? Logo, o campo de ação do psicanalista não é a ciência, e sim a clínica. A dimensão da clínica não deve ser desconsiderada em nenhuma questão em que esteja em jogo a psicanálise. Pouco importa se a pesquisa é um estudo de caso, uma pesquisa de campo tal como entendida pela pesquisa qualitativa, ou mesmo uma pesquisa teórica que não se reporte ao dia-a-dia do psicanalista em seu consultório ou em qualquer outro cenário. A pesquisa em psicanálise não deixa de se referir à clínica, aos seus avanços e impasses.

A psicanálise – e cremos que quanto a isto não há dúvidas – é uma clínica. E como clínica ela segue princípios e não padrões. Padrões não são abertos ao que podemos chamar de lições da experiência. Como lembra Ansermet, “ao tentar articular o um e o múltiplo, o método clínico tem como ideal submeter de maneira constante à experiência do singular o saber produzido por ele” (ANSERMET, 2003, p. 7). É justamente essa articulação que define a clínica: um saber que é questionado, que chega a um impasse a partir do caso único. Poderíamos traduzir que o singular só se realiza sob o fundo do geral do tipo. O movimento da clínica é, desse modo, dialético.

É esse movimento dialético que encontramos na história da psicanálise. Freud foi levado a fundar a psicanálise por não recuar frente aos casos de histeria não passíveis de serem tratados pelo método hipnótico-catártico e que não se enquadravam nas classes da teoria da sedução traumática. Foi também em função dos casos de neuroses de guerra,

neurose traumática, que contrariavam a teoria do aparelho psíquico da primeira tópica, que Freud foi levado a refundar a psicanálise com a segunda tópica freudiana. É essa articulação entre o singular e o geral que permite distinguir a psicanálise de outras maneiras de pensar o tratamento do sujeito. Essas outras maneiras podem ser terapêuticas, mas de modo algum são clínicas. E não são clínicas porque não pensam a articulação entre o singular e o geral de modo dialético, mas sobrevalorizam ora um, ora outro. É essa articulação que uma pesquisa em psicanálise não pode deixar de se reportar.

Após termos feito essa precisão, cremos que podemos definir a pesquisa de campo para avaliarmos como a psicanálise pode pensá-la. Tomemos inicialmente uma anotação histórica:

Esta abordagem (pesquisa de campo) engloba, desde a década de 1930, uma ampla variedade de delineamentos desde a sua introdução ao contexto acadêmico por Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel (1933). Este estudo é especialmente interessante do ponto de vista do método da pesquisa qualitativa, ao mesmo tempo em que se constitui como exemplo de triangulação, isto é, uma integração de diferentes abordagens e técnicas – qualitativas e quantitativas – num mesmo estudo. O manual de métodos em antropologia cultural (Naroll & Cohen, 1970) inclui a seção “processo de pesquisa de campo” envolvendo desde métodos quantitativos experimentais (e.g., Sechrest, 1970) até procedimentos qualitativos clínicos (Edgerton, 1970). Amplitude semelhante de técnicas pode ser encontrada na obra de Werner e Schoepfle (1987), bem como em outros livros sobre pesquisa de campo (GUNTHER, 2006, p. 207).

Não temos aqui, por enquanto, uma definição do que seria a pesquisa de campo. Porém, temos nessa anotação histórica de Gunther dois pontos que consideramos importantes: é um processo de pesquisa que surge posterior à existência da psicanálise e em contexto acadêmico; e indica a modalidade de integração dentro da psicologia, especialmente, entre pesquisa quantitativa e qualitativa em função do que seria o cam-

po. Essas duas anotações são importantes porque apontam já para uma modalidade de pesquisa que surge em um contexto e com finalidades distintas da psicanálise.

A definição de campo, por sua vez, encontramos no texto de Gonzalez:

o trabalho de campo se relaciona com a pesquisa em grupos de pessoas, instituições, comunidades, e a diferença da coleta de dados pressupõe a participação espontânea do pesquisador no curso cotidiano da vida dos sujeitos estudados, o que conduz à formação de redes de comunicação que permitem a expressão cotidiana dos sujeitos estudados, fonte excepcional para a produção de conhecimentos psicológicos (GONZALEZ, 2002, p. 95).

Essa definição aponta para algo importante hoje: o trabalho de pesquisa em instituições. Entendemos instituição aqui tanto em um sentido mais amplo como define Laurent (2003) – sistema de regras que cerca a comunidade de vida – quanto no sentido mais estrito – um determinado lugar com regras específicas de funcionamento. No que tange ao primeiro aspecto, temos a investigação da psicanálise desde Freud com seu texto “Psicologia das massas e análise do eu” (1921/1996), “Futuro de uma ilusão” (1927/1996) e “Mal-estar na civilização” (1929/1996). De modo que podemos considerar que não haveria novidade da psicanálise em “pesquisa de campo”.

No que diz respeito ao segundo aspecto, temos as análises feitas por Freud em linhas de progresso da terapia analítica (FREUD, 1917/1996), as questões colocadas por Lacan em relação à psicanálise aplicada à terapêutica (LACAN, 1964/2003) e à psicanálise e extensão (LACAN, 1967/2003) e o modo atual de inserção de psicanálise na saúde mental. Na verdade podemos encontrar essas duas propostas de Lacan na inserção da psicanálise na saúde mental: a psicanálise aplicada à terapêutica, uma vez que se trata de uma aplicação a outro campo que não o originário da psicanálise – a saúde mental – mesmo que não deixe de lado a clínica; e à extensão, uma vez que sua aplicação não pode deixar de estar

relacionado à psicanálise em extensão, pois é um modo de tornar presente a psicanálise no mundo.

E se comumente a pesquisa de campo é entendida como uma pesquisa com grupos de pessoas, em comunidades e em instituições, não podemos esquecer que a psicanálise, por ser uma clínica, poderá aí fazer sua pesquisa desde que haja condições para o encontro entre um psicanalista e um sujeito.

Por essa razão, iremos concluir esse capítulo com um exemplo que se encaixa no que se chama de pesquisa de campo, mas que não abre mão do meio psicanalítico de operar: a clínica. É o exemplo do que Viganò (1999) chamou de construção do caso clínico e que tem se tornado, no Brasil, um modo privilegiado de inserção da psicanálise nas instituições de saúde mental – ou seja, no campo - nas três dimensões definidas por Freud: investigação de processos subjetivos, direção do tratamento e avanço na teoria.

Em fins da década de 1970, o campo da saúde mental no Brasil iniciou um processo de reconstrução que atingiu seu ápice em 2001 com a aprovação da Lei de Reforma Psiquiátrica, nº. 10.216. Esta foi um marco da consolidação de um conjunto de estratégias políticas que visam desconstruir o modelo manicomial de outrora.

Um dos efeitos da reforma é apontado por Figueiredo (2004): a autora advoga que no campo da saúde mental tem-se visto claramente uma tendência de se colocar a reabilitação no sentido contrário da clínica. Palavras de ordem da Reforma Psiquiátrica como o direito à cidadania, à autonomia e à ampliação dos vínculos sociais constituem a estratégia da reabilitação psicossocial. Por não levar em conta que se essas propostas são colocadas num lugar de ideal - um ideal de bem comum - a Reforma Psiquiátrica pode repetir o movimento de exclusão que seu discurso tanto combate. Tal proposta comporta sempre o risco de instituir o que Figueiredo chamou de “terapêutica da restauração” – fazer retornar ao que seria um estado anterior à doença.

Essa restauração é chamada por Viganò (1999) de caso social. A cons-

trução do caso clínico proposta por ele é o distinto do projeto de reabilitação. Antes, compreende-se que existe um modo singular de saída construído por cada um frente à ruptura efetiva do laço social causada pelo desencadeamento de uma psicose. Autores como Viganò (1999), Figueiredo (2004) e Alkmim (2003) têm apostado na construção do caso clínico como algo que seria específico da psicanálise em sua inserção nas instituições de saúde mental, uma vez que tal proposta fundamenta-se no particular do sujeito. A construção do caso clínico como forma de sustentar o discurso analítico na instituição propõe o que Alkmim (2003) chama de uma “clínica da exceção” – aberta a construção particular de cada sujeito frente a seu mal-estar, frente ao real.

Não podemos perder de vista o fato de que esse modo singular pode muitas vezes divergir ou mesmo contrariar a estratégia genérica que a política preconiza como ideal comum a todos. É de suma importância deixar um espaço aberto para a emergência de algo que não consta no projeto da equipe. Só assim será possível advir algo da verdade subjetiva de cada sujeito ali onde só há um saber instituído previamente à revelia do sujeito.

Para Viagnò (1999), o discurso do analista é o que constitui a construção do caso clínico, pois parte sempre do particular. Portanto, o autor defende que o discurso do analista não se apresenta somente quando se inicia uma análise, mas pode se constituir como uma forma de trabalhar reproduzida na instituição.

Alkmim (2003) concorda e diz que no momento em que sustentamos o discurso analítico na instituição, algo da lógica institucional se vê subvertida; por isso torna-se necessário manter aberto o espaço para o sujeito da palavra - sujeito desejante - introduzir seu particular no universal da instituição: “logo, a posição do analista na instituição é aquela de construir o caso clínico” (VIGANÒ, 1999, p. 56). Construir o caso é colocar o paciente em trabalho; estar pronto a escutar sua palavra quando esta vier, estando sempre atento às suas passagens subjetivas, seus movimentos.

Alkmim diz que construir um caso é partir da posição de não saber, uma vez que a história do paciente com suas significações próprias só ele sabe e somente quando ele começa a falar, conseguimos apreender algo de sua subjetividade. “Portanto isso implica em operar com o saber do paciente e não sobre o paciente” (ALKMIN, 2003, p. 44). Além disso, a construção de um caso é sempre uma construção provisória e esta provisoriade produz um furo nesse saber dogmático da instituição que geralmente leva a uma conduta repetitiva onde, uma vez definido diagnóstico e projeto terapêutico, não há mais necessidade de escutar o sujeito.

No âmbito da construção do caso clínico, Zenoni (2000) propõe que sejamos “aprendizes da clínica”, recolhendo das produções do sujeito os indicadores para a condução de seu tratamento. Figueiredo (2004) sintetiza que essa expressão diz da posição da equipe em formular “boas questões”, verificar os “efeitos de suas intervenções”, tomar novas decisões ou dar rumo novo a um determinado caso a partir das indicações do sujeito. Mesmo um momento de crise é visto, na perspectiva da construção do caso, como possibilidade de uma invenção particular do sujeito.

Stevens (2007) nos lembra que nossa tarefa não é a de interpretar ao infinito, mas de estarmos prontos para escutar a surpresa, um momento onde o sujeito pode inventar um ponto de basta que possa fazer às vezes do ponto de basta da função paterna que não operou para ele, concedendo-lhes novas balizas, “um novo enquadre para sua realidade” (STEVENS, 2007, p. 82).

Ali estamos não para produzir, em vez deles, o significante que lhes ajudará a regrar seu mundo subjetivo, mas para dizer sim ao valor de seu achado. O saber está do lado dele [sujeito]; o não-saber do nosso. Nossa função de psicanalista nessa clínica aplicada à terapêutica é: estar prontos a acolher a surpresa que valerá como saída para o sujeito, isto é, como palavra justa para dizer o real com o qual ele está confrontado (STEVENS, 2007, p. 83).

Cabe-nos ainda pontuar o trabalho em equipe como eixo fundamental para a construção do caso. Viganò (1999) ressalta que no âmbito da saúde mental, acontece do saber do mestre ser substituído pelo debate democrático. Apesar desse caminho ser um tanto quanto inevitável, a construção do caso pode levar, através desse debate, a um ponto de orientação, a uma autoridade que faça a equipe tomar uma decisão. Não uma decisão tomada pela maioria, mas imposta a partir do saber extraído do sujeito. “Minas proposta é que seja a construção do caso a produzir uma nova autoridade, que eu chamaria autoridade clínica” (VIGANÒ, 1999, p. 58). Cremos ser essa uma orientação válida de pesquisa, tratamento e teorização da psicanálise no campo sem ceder às exigências de que seu saber seja formatado pelo discurso universitário.

5 Bibliografia:

ALKMIM, W. Construir o caso clínico: a instituição enquanto exceção. *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*, n.9, novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/publicacoes/almanaque1.htm>> Acesso em: 12 de jan. de 2010.

ANSERMET, F. *Clínica da origem*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003

BACHELARD, G (1940). *A filosofia do não*. São Paulo: Abril, 1979. Os pensadores.

_____. *L'activité rationaliste de la physique contemporaine*. Paris : P.U.F, 1961.

_____. *Epistemologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

BERLINK, M. T. O método clínico: fundamento da psicopatologia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 3, set. de 2009.

CALAZANS, R. *O sentido da subversão do sujeito pela psicanálise*. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) - Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CASTRO, P. Reflexões em psicologia e ciência: uma análise da pesquisa aplicada à psicologia clínica. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v.1, n. 1, 1999.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, ano VII, n. I, mar. de 2004.

FREUD, S. (1919) Linhas de progresso na terapia analítica. In: _____ . *Edição das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVII.

_____. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. *Edição das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, 1996.

_____. (1922) Dois verbetes de enciclopédia. In: _____. *Edição das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 1996.

_____. (1927) O futuro de uma ilusão. In: _____. *Edição das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, 1996.

_____. (1929) O Mal-estar na civilização. In: _____. *Edição das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, 1996.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.22, n.2, 2006.

GONZÁLEZ, F. L. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Thomson, 2002.

KOYRÉ, A. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LACAN, J. (1964) Ato de fundação. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LACAN, J. (1967) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003

_____. (1965) A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAURENT, E. Dois aspectos da torção entre sintoma e instituição. In: HARARI, A. *Os usos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.

MILNER, J. C.; MILLER, J. A. *Você quer mesmo ser avaliado*. São Paulo: Manole, 2006.

MILLER, J.A. Tese sobre o instituto campo freudiano. In: *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*, Belo Horizonte, n.1, outubro de 1998.

Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/publicacoes/almanaque1.htm>>

Acesso em: 12 de jan. de 2010.

STEVENS, A. A instituição: prática do ato. In: MOTTA, M. *Pertinências da psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2003.

ULLMO, J. *O pensamento científico moderno*. Coimbra: Coimbra, 1967.

VIGANÒ, C. A construção do caso clínico em saúde mental. *Curinga*, Belo Horizonte, n. 13, set. de 1999.

ZENONI, A. Abrecampos – psicanálise e instituição. *Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares*. Belo Horizonte, ano I, n. 0, 2000.

A pesquisa em psicanálise e a Linha de Pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Psicologia da PUC-Minas

Cristina Marcos

Psicanalista; D.E.A. em Psicanálise - Estudos Clínicos pela Universidade de Paris 8; doutora em Psicanálise e Psicopatologia Fundamental pela Universidade de Paris 7. Docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

cristinamarcos@gmail.com

A linha de pesquisa Processos Psicossociais visa investigar as diferentes elaborações teórico-metodológicas que possibilitam a discussão tanto de conceitos quanto de fenômenos psicossociais, visando a abordar os processos de subjetivação e suas questões emergentes. Entendemos por processo de subjetivação a articulação do intrapsíquico com o intersubjetivo. Tomar os fenômenos psíquicos como processos de subjetivação significa pensá-los em movimento e em constante transformação, determinados pela realidade histórico-social. Para abordá-los, faz-se necessário um olhar transdisciplinar que possibilite o diálogo entre os múltiplos campos de saber.

O termo subjetivação implica que se trata aí de um sujeito que se constitui em sua relação com os outros. Sua atualidade e pertinência devem-se, em parte, ao fato de que lidamos hoje com manifestações cada vez mais frequentes de uma dificuldade de apreensão subjetiva da realidade psíquica por parte dos sujeitos e de uma redução do sujeito a objeto.

Esse problema pode ser pensado a partir da descoberta freudiana. Mais do que afirmar uma nova concepção da subjetividade marcada pela divisão, pela clivagem e pelo desconhecimento, a psicanálise promove a inclusão do sujeito em seu discurso, conferindo a ele um lugar em suas explicações. Se a ciência elimina o sujeito, a psicanálise a subverte pela inclusão do sujeito. A ciência visa objetivar o sujeito, reduzindo-o a objeto de um saber. A psicanálise apoia-se nesse discurso, condicionada pela ciência, para introduzir aí um sujeito clivado, dividido, lacunar.

Considerar os processos de subjetivação interligados aos fenômenos psicossociais significa se perguntar acerca do modo como se articulam as relações entre o sujeito, seu sintoma e as questões às quais o mundo contemporâneo o confronta, de que forma ele responde aos impasses colocados a ele por determinado momento da civilização. Desse modo, não podemos pensar o sujeito desvinculado dos fenômenos psicossociais, das transformações históricas, sociais e culturais. Conforme dissemos anteriormente, o inconsciente, como discurso do Outro, é um discurso que funciona na determinação do sujeito antes mesmo que este se aproprie dele. Como discurso do Outro, ele varia em função dos momentos civilizatórios.

Poli afirma que “a inclusão e o reconhecimento do lugar do clínico, assim como a do investigador, na sua produção são fundamentais para a legitimidade científica não apenas da psicanálise, como também da psicologia clínica [...]” (POLI, 2006, p. 45). Segundo a autora, a investigação dos “fatos psíquicos” sempre comporta uma dimensão de um “olhar-se no espelho”. A busca da objetividade, nesse contexto, falsearia a experiência, situando em uma exterioridade aquilo que a organiza internamente. A psicanálise visa à subjetivação, ou seja, à invenção de modos singulares de lidar com a verdade. O sentido do sintoma é único na medida em que ele indica a presença de um sujeito. “Suturar o sujeito através de uma linguagem exterior a ele seria, exatamente, eliminar o sujeito ao reduzi-lo a objeto do saber” (PINTO, 2008, p. 77).

Podemos entender os processos de subjetivação exatamente desse

modo: trata-se não somente da necessidade e da pertinência de se incluir o sujeito nas práticas discursivas no mundo de hoje, marcado pela objetualização, mas também da sua necessária inclusão na investigação científica, mesmo se sabemos da impossibilidade do sujeito se deixar representar seja pela pesquisa, seja pela associação livre.

O caso Dora, primeiro grande caso tornado público por Freud, já revela a dificuldade de transmissão do que se passa durante o tratamento. Diante da dificuldade de comunicar o caso e da necessidade de fazê-lo, Freud escreve:

[...] o médico assume deveres não só em relação ao paciente individual mas também em relação à ciência; e seus deveres para com a ciência significam, em última análise, nada mais que seus deveres para com os inúmeros outros pacientes que sofrem ou sofrerão um dia do mesmo mal (FREUD, 1905/1969, p. 6).

A afirmação do compromisso com a ciência na exposição desse caso nos leva a pensar como a pesquisa se impõe à prática, apresentando-se como necessária e não meramente facultativa. O ato de pesquisar em psicanálise é uma tarefa necessária ao analista na prática de seu ofício.

Lacan, no seminário R.S.I., afirma: “É então indispensável que o analista seja ao menos dois. O analista para ter efeitos e o analista que teoriza esses efeitos” (LACAN, 1974-75, p. 5). Sua tarefa não é somente sustentar o trabalho de um sujeito sob transferência, mas também acolher e fazer avançar o que da experiência lhe exige teorização. Lacan reafirma o compromisso com a ciência assinalado por Freud, o analista deve ser pesquisador de sua própria prática¹.

Trata-se então de se pensar os modos e as concepções de se fazer pesquisa. Pensamos aqui na pesquisa acadêmica e entramos no terreno do método. “A coincidência da investigação com o tratamento é, desde logo, um dos títulos mais apreciados do trabalho analítico; mas a técnica

1 Sobre este ponto ver: LACAN (1966) e (1979); FREUD (1905/1969); ELIA (2000); FARIA (1996); NOBRE (1999); PINTO (2006); ROSA (2002).

que serve à investigação se opõe, sem dúvida, ao tratamento a partir de certo ponto” (FREUD, 1912/1969, p. 152). Essa observação de Freud aponta uma coincidência e, ao mesmo tempo, uma distinção entre a posição do analista na direção do tratamento e a do pesquisador, abrindo a discussão sobre a clínica e a pesquisa. Temos aqui colocado o primeiro ponto que nos interessa, a saber, a relação entre a clínica e a pesquisa, o tratamento e a investigação.

Podemos reconhecer aí uma conjunção entre o tratamento e a investigação, ao mesmo tempo em que se assinala uma disjunção, uma “hiância fundamental entre o particular clínico (método de tratamento) e o universal conceitual (método de investigação)” (NOBRE, 1999, p. 41). Entretanto é preciso dizer que os princípios norteadores da pesquisa em psicanálise não são diferentes daqueles que estabelecem seu exercício clínico. Os fundamentos epistêmicos e conseqüentemente os metodológicos são os mesmos que sustentam a prática de uma ética. Isso significa que o método de pesquisa em psicanálise não se define a partir do uso de determinado instrumento de produção de conhecimento, mas antes a partir da inclusão do desejo do pesquisador na constituição do enigma que sua investigação coloca.

A pesquisa clínica em psicanálise sempre nos coloca diante da difícil tarefa da escolha de uma metodologia adequada. A insuficiência metodológica da psicanálise enquanto verificação, controle e objetivação não a invalidam como método científico. A metodologia não é um corpus acabado que se prescreve ou se descarta. Ela depende das contribuições dos diversos campos científicos e dos procedimentos utilizados por estes (BLEGER, 1971). De um modo geral, não existe uma metodologia independente do objeto de estudo e da teoria que permite delinear esse objeto, o que significa dizer que há uma dependência intrínseca entre o método e a teoria. Não devemos entendê-la como uma sistematização dos procedimentos de investigação sem conexão com a teoria que funda o objeto a ser estudado.

O caráter “precário” da metodologia psicanalítica deve-se menos à

impotência em se conseguir resultados satisfatórios de uma experiência, ideal de onipotência do experimentador, do que a receber um outro valor de verdade, no qual o sujeito, o particular de cada experiência, está incluído. O ponto central da questão metodológica pode ser considerado como a necessária inclusão do sujeito em toda a extensão do campo da psicanálise - saber teórico, prática clínica, pesquisa etc. O sujeito - pressuposto pela ciência, mas dela excluído - é colocado em cena pela psicanálise e, sem dúvida, isso traz vastas consequências para a pesquisa nesse campo.

Fazendo desaparecer o contexto e a subjetividade em um esforço de objetivação, o pesquisador se privaria de dois elementos essenciais ao conhecimento no campo de estudo da psicologia. A pesquisa, neste campo, deve se situar entre as exigências científicas e o compromisso com a singularidade do sujeito - geralmente um sujeito que sofre e que demanda um procedimento terapêutico. O objeto da pesquisa clínica é o estudo dos processos psíquicos, e o método freudiano do tratamento psicanalítico fornece um modelo de investigação exemplar, no qual temos assinalada a indissociabilidade entre pesquisa e intervenção (BOURGUIGNON; BYDLOWSKI, 2006)².

Freud empreendeu uma pesquisa que se diferenciava radicalmente da maneira como outras pesquisas eram empreendidas no domínio da ciência e produziu um método que em nada se assemelhava aos métodos relativos à pesquisa objetiva.

A pesquisa da verdade não é redutível à pesquisa objetiva [...] do método científico comum. Trata-se da realização da verdade do sujeito, como de uma dimensão própria que deve ser destacada na sua originalidade em relação à noção mesma da realidade. Freud estava engajado na pesquisa de uma verdade que lhe concernia totalmente, [...] portanto também na sua presença diante do doente, e na sua atividade terapêutica (LACAN, 1979, p. 31).

É preciso reconhecer que na clínica não existe uma experiência crucial

² Ver também Santiago (2008).

que nos permitiria estabelecer a verdade ou a falsidade de uma hipótese. Cada construção teórica explica uma parte dos fatos observáveis e o sucesso de uma hipótese não repousa sobre a demonstração da prova, mas sobre um processo. Para precisar em que a pesquisa clínica é um instrumento científico de verificação, é necessário definir a lógica à qual essa investigação obedece³.

A pesquisa em psicanálise, ao invés de se deter na busca do estabelecimento de critérios para assegurar a validação universal dos resultados da pesquisa através dos quais se obtém um saber universal, centra-se na busca de uma singularidade tomada como verdade do sujeito. Sustentamos, desse modo, que a pesquisa clínica pode ser eficaz e produtora de conhecimento, embora seja orientada por critérios que lhe são próprios – o estudo do caso um a um, a construção do caso clínico, a inclusão do pesquisador nessa construção etc (BARROSO, 2003).

Nesse sentido, a pesquisa em psicanálise compromete o pesquisador no próprio campo de investigação, sofrendo ele mesmo os efeitos das descobertas. Elia (2000) afirma que toda e qualquer pesquisa em psicanálise é uma pesquisa clínica, não porque o seu campo é o terapêutico (consultórios, hospitais, ambulatórios etc), mas porque implica necessariamente a inclusão do pesquisador.

Em psicanálise não há, a rigor, “pesquisa de campo”, formulação que pressupõe a existência de outras modalidades de pesquisa que justamente não seriam “de campo” e sim “teóricas”, por exemplo, como se costuma dizer. Na psicanálise, há, isso sim, um “campo de pesquisa” que é o inconsciente e que inclui o sujeito (ELIA, 2000, p. 23).

Se é verdade que a pesquisa em psicanálise deve avançar sem se deixar pressionar pelos procedimentos utilizados nas ciências da natureza, o pesquisador deve se dedicar muito mais aos aspectos metodológicos específicos dessa disciplina, buscando resolver os problemas dentro do contexto de seu próprio método e de acordo com as características peculiares do seu objeto de estudo e do tipo de conhecimento que se constrói.

3 Ver Bourguignon e Bydlowski (2006); Assoun (2004).

Diversos autores têm produzido acerca das relações entre a psicanálise, a pesquisa, a clínica e a universidade. Figueiredo e Vieira (2002) afirmam a importância de se discutir acerca das bases de um método de pesquisa próprio à psicanálise – prática clínica por definição. Para fundá-lo argumentam a favor de se conceder um lugar mais visível ao material clínico, ainda que mantido seu caráter subjetivo. Afirmam assim a necessidade de um método em que “os binômios teoria/prática, objetivo/subjetivo e sujeito/objeto não sejam pressupostos do método e atendam às condições mínimas de cientificidade e rigor experimental, a fim de que seus resultados possam ser interpretados a distância por diferentes equipes de pesquisadores” (FIGUEIREDO; VIEIRA, 2002, p. 21)⁴.

Há um valor metodológico do caso clínico na psicanálise indicado por Lacan na “direção da cura” como o que se encontra naquilo que o caso tem de mais particular, não sem considerar a categoria clínica na qual ele se insere. Temos binômios que não se opõem, mas antes se deslocam, marcando a continuidade e a descontinuidade, pois algo se perde na passagem de um ao outro. São eles: história e caso, supervisão e construção, registro e perda, conceitos e distinções. Definir, conceituar e teorizar adquirem uma dimensão na qual sua eficiência e utilidade tocam seu próprio limite a cada acontecimento na clínica (FIGUEIREDO; VIEIRA, 2002).

A questão que se impõe é a de saber como articular o singular da psicanálise e o universal ao qual anseia a pesquisa. O nascimento da psicanálise confunde-se com os casos clínicos freudianos, inaugurando um método de pesquisa no qual o singular do caso permite, por um lado, aprofundar na compreensão do objeto estudado e, por outro, fazer avançar a teoria e reexaminar diversos aspectos teóricos e clínicos (FREITAS, 2000). Através dos casos clínicos, na articulação entre teoria e prática, as noções fundamentais da psicanálise foram construídas. Se a produção do saber a partir da prática clínica implica a produção de um saber do particular concernente ao ponto mais singular de cada caso, isso não

⁴ Ver Cadernos do Ipub (2000) e Nobre (1999).

resulta em uma desconsideração da dimensão geral do saber que o insere em determinada categoria clínica⁵.

Em psicanálise o que a teoria e a prática ordenam é a atenção ao singular. O caso clínico adquire assim grande importância metodológica e impede uma posição neutra, na qual o pesquisador não estaria implicado enquanto sujeito. Entretanto, mesmo se o método leva a uma passagem pelo singular, ele produz uma teoria. Não podemos deixar de mencionar que esta teoria também se constrói a partir da investigação e análise dos fatos sociais, no que se convencionou chamar de psicanálise em extensão ou psicanálise aplicada.

O ser falante está para além da clínica psicanalítica em campos que lhe são conexos e que integram o meio acadêmico (ALBERTI, 2000). A psicanálise como um saber deve poder conviver, questionar e ser questionada por outras disciplinas, enriquecer e ser enriquecida por elas, e a universidade é um lugar privilegiado de discussão e pesquisa dessas interlocuções. Sendo assim, a psicanálise se inscreve na ciência como campo de saber muito mais amplo do que a prática clínica de consultório particular. A partir daí, temos uma ampla possibilidade de discussão e pesquisa da problemática do sujeito contemporâneo, viabilizando modos de intervenção clínica-social tanto em seu aspecto clínico quanto institucional.

Temos aqui nosso segundo ponto de discussão, a relação entre pesquisa psicanalítica e universidade. Abrem-se novos campos de pesquisas nos quais se discute as articulações entre o sujeito do inconsciente e a ordem social. O ensino da psicanálise na universidade na pós-graduação stricto sensu não visa à formação de psicanalistas, mas a contribuição para o debate científico, para a formação de docentes de ensino superior, a criação de pesquisadores, a associação do campo clínico à pesquisa⁶.

A discussão metodologia no campo da psicologia deve necessariamente passar pela construção de instrumentos de pesquisa e intervenção

5 Sobre a pesquisa e o caso clínico ver: Barroso (2003); Bourguignon e Bydlowski (2006); Le Poulichet (2004); Laurent (2003); Pinto (2006, 2008); Rosa (2004).

6 Sobre o ensino da psicanálise na universidade a partir do ensino, da pesquisa e dos ambulatórios universitários, ver: Faria (1996); Elia (2000); Mijolla-Mellor (2004); Santiago (2008) e Rosa (2004).

que possibilitem a articulação entre a psicologia clínica e a social. A psicanálise em intensão e psicanálise em extensão não existem de modo desvinculado. É preciso distinguir a psicanálise como dispositivo clínico e a psicanálise como saber que permite a elucidação do ser falante e da modalidade de seus laços sociais. Vale dizer que a psicanálise em extensão não deve ser considerada como um desenvolvimento a mais na investigação das ciências humanas, mas ser tomada na perspectiva de uma intervenção⁷. Ela é uma modalidade de pesquisa elaborada a partir das indicações de Freud nos seus estudos sobre a literatura, a cultura e a transmissão da psicanálise. Trata-se de uma abordagem, a partir da ética da psicanálise, de problemáticas que envolvem o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, não estritamente ligados ao tratamento psicanalítico. Não se trata de uma mera aplicação de concepções teóricas e metodológicas a objetos externos ao campo em que foram criados. Freud utiliza-se da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais e recusa a simples oposição entre indivíduo e sociedade ou entre a psicologia individual e coletiva, afirmando uma concepção biopsicossocial do sujeito (ROSA, 2004).

A articulação entre o sujeito e a sociedade faz parte da trama teórica e clínica da psicanálise. Basta lembrar que o sujeito se constitui a partir do Outro simbólico. Freud inclui a investigação de fenômenos socioculturais e políticos na construção da psicanálise. Embora a psicanálise seja uma prática clínica por definição, ela não se reduz a essa prática. A articulação entre o sujeito e o campo sociopolítico ocorreu em Freud e em Lacan, possibilitando tomar a pesquisa da psicanálise em extensão como um dos campos da psicanálise, dispondo de uma metodologia para isso e rompendo com a dicotomia entre a psicologia clínica e a social.

De fato, a clínica é, ao mesmo tempo, lugar de emergência da teoria e seu laboratório. Ela não é nunca uma simples ilustração ou uma aplicação da teoria, porque ela ultrapassa sempre a capacidade explicativa da teoria. A teoria psicanalítica é um procedimento de investigação e

7 Ver Souza (1991); Santiago (2008).

um método de tratamento. Por isso ela não se reduz a um conjunto de leis teóricas, mas ela é um campo teórico-clínico aberto a investigações e às situações clínicas. Entretanto, esse método não se aplica somente ao sofrimento psíquico, mas também aos fatos humanos, individuais ou coletivos, patológicos ou não. Daí resulta que o estudo de uma obra de arte ou de um fato social desenvolva e coloque à prova a psicanálise⁸.

É mais frutífera uma discussão metodológica baseada no percurso teórico específico de cada pesquisa. São essas discussões que fundamentam a produção acadêmica da linha de pesquisa. Seja a partir da escuta clínica dos casos atendidos nos mais diversos locais de trabalho, seja a partir de um olhar atento à singularidade dos sujeitos que circulam nos serviços de saúde, nos hospitais ou nos tribunais de justiça, seja a partir do diálogo com outros campos do saber, ou mesmo a partir de uma interrogação acerca de como o saber universitário acolhe e torna possível a inclusão do sujeito e do singular em seu ensino, nossos objetos de pesquisa vão sendo delineados e estudados. Podemos dizer que a pesquisa encontra, no âmbito da universidade, um local privilegiado de inserção⁹. A psicanálise possui dispositivos teóricos e metodológicos para analisar as transformações históricas e sociais na sua relação com o sujeito e pesquisar os fenômenos sociais.

Por tudo isso, a pesquisa clínica integra-se à linha de pesquisa Processos Psicossociais, área de concentração Processos de Subjetivação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Psicologia da PUC-Minas. Não pretendemos esgotar aqui o tema da metodologia da pesquisa clínica e das relações entre a psicanálise, a pesquisa e a universidade, mas antes afirmar a importância dessa discussão na universidade e da consolidação desse campo de trabalho.

8 A respeito das interações da psicanálise e a pesquisa na universidade ver Mijolla-Mellor (2004).

9 Não posso deixar de anotar aqui a frase de Kernberg: “Eu não penso que os maiores avanços científicos se farão nas instituições de psicanálise – a menos que elas sejam filiadas à universidade – devido a esta necessidade de um ambiente interdisciplinar” (Kernberg *apud* Mijolla-Mellor, 2004, p. 38).

Referências

- ALBERTI, A.; ELIA, L. (Org.) *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.
- ASSOUN, P. L. La recherche freudienne. In: *Recherches en Psychanalyse*, Paris: L'esprit du temps, 2004-1, p. 49-63.
- BARROSO, S. Sobre o caso clínico: uma contribuição à metodologia de pesquisa em psicanálise. In: *Almanaque de psicanálise e saúde mental*, Belo Horizonte, ano 6, n. 9, nov. 2003, p. 19-24.
- BEIVIDAS, W. (Org.) *Psicanálise, pesquisa e universidade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.
- BLEGER, J. Cuestiones metodológicas del psicoanálisis. In: ZIZIENSKY, D. *Métodos de investigación em psicologia y psicopatología*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.
- BOURGUIGNON, O.; BYDLOWSKI, M. *La recherché clinique en psychopatologie*. Perspectives critiques. Paris: PUF, 2006.
- CADERNOS DO IPUB. *A pesquisa e o ensino da psicanálise na universidade*. Rio de Janeiro, n. 9, 2000.
- CASTRO, L.R.; BESSET, V.L. *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2008.
- ELIA, L. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, A.; ELIA, L. (Org.) *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000, p. 19-35.

FARIA, F. A pesquisa em psicanálise: o cogito cartesiano e o inconsciente freudiano. In: FAVERET, B. *et al* (Org.) *Freud: o interesse científico de uma filosofia inquieta*. Rio de Janeiro: Revinter, 1996, p. 19-39.

FIGUEIREDO, A. C.; VIERIA, M. A. Psicanálise e ciência: uma questão de método. In: BEIVIDAS, W. (Org.) *Psicanálise, pesquisa e universidade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002, p. 13-31.

FREITAS, S. Da observação clínica à pesquisa em psicanálise. In: *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, n. 20, 2000, p. 28-35.

FREUD, S. (1905) Fragmento da análise de um caso de histeria. In: _____. *Edição Standard Brasileira*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 1-119.

_____. (1912) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. *Edição Standard Brasileira*. v. XII. Rio de Janeiro : Imago, 1969, p. 147-159.

LACAN, J. (1966) La Science et La Vérité . In: _____. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966, p. 855-877.

_____. (1974-75) *O seminário – R.S.I.* [Inédito].

LAURENT, E. O relato de caso, crise e solução. In: *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*, Belo Horizonte, ano 6, n. 9, nov. 2003, p. 69-76.

LE POULICHET, S. De la clinique à la recherche. In: *Recherches en Psychanalyse*, Paris : L'esprit du temps, 2004-1, p. 71-79.

LO BIANCO, A. C. (Org.) *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2006.

MIJOLLA-MELLOR, S. La recherche en psychanalyse à l'université. In: *Recherches en Psychanalyse*, Paris: L'esprit du temps, 2004-1, p. 27-47.

NOBRE, L. Sobre o ato de pesquisar em psicanálise: algumas considerações. In: *Agora*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, jul-dez 1999, p. 37-42.

PINTO, J. Psicanálise e universidade: mais, ainda. In: LO BIANCO, A.C. (Org.) *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2006, p. 29-38.

_____. *Psicanálise, feminino, singular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLI, M.C. Eu não procuro: eu acho: sobre a transmissão da psicanálise na universidade. In: LO BIANCO, A.C.(Org.) *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2006, p. 39-52.

ROSA, M. Clínica psicanalítica, investigação, escritos e escritores. In: *Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental*, Belo Horizonte, ano 5, n. 8, nov. 2002, p. 51-56.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. In: *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. IV, n. 2, set. 2004, p. 329-348.

SANTIAGO, A. L. O mal-estar na educação e a conversação como metodologia de pesquisa-intervenção na área da psicanálise e educação. In: CASTRO, L.R.; BESSET, V.L. *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*, Rio de Janeiro, 2008, p. 113-131.

SOUZA, O. Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In: ARAGÃO, L. (Org.) *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta, 1991, p. 77-92.



Psicanálise e universidade: tensões e convergências

Pesquisa e transmissão da psicanálise no contexto universitário

Sonia Alberti

Professora adjunta do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora do CNPq e psicanalista membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL). Como professora adjunta do IP/UERJ, é membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, de cuja criação participou ativamente, tendo assumido sua primeira coordenação em 1999.

sonialberti@gmail.com

Preâmbulo

Dia 13 de agosto de 2009, cheguei cedo em Fortaleza para mais um seminário que minha escola de psicanálise organiza há dois anos na cidade. Além do seminário, eu também participaria de uma banca de defesa de dissertação de mestrado na Universidade Federal de Fortaleza. O título da dissertação, de uma professora universitária que não é membro de minha escola de psicanálise, é um pouco longo, mas começa assim: "Transmissão da psicanálise e universidade". O intercâmbio com a orientadora dessa dissertação¹, baseado também na orientação de uma mestranda minha sobre o mesmo tema, rendeu vários textos nos últimos anos. Início este meu artigo com um parágrafo da primeira página da dissertação de cuja banca participei naquele dia de agosto, visando, com isso, introduzir a questão. No parágrafo lê-se o seguinte:

¹ A orientadora também faz parte do meu grupo de trabalho na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), no qual pudemos desenvolver vários debates sobre o mesmo tema.

em nosso percurso, sempre estivemos tocadas pela questão do ensino, da transmissão e da formação em psicanálise, mas começamos a formalizar algumas reflexões quando a instituição psicanalítica à qual pertencíamos propôs trabalharmos com a temática da formação do analista em sua jornada anual, no ano de 2006. Nessa jornada apresentamos nossa produção intitulada 'A transmissão da psicanálise no percurso de um psicanalista', na qual desenvolvemos a trajetória de nossa experiência como psicanalista, relacionada à temática da transmissão da psicanálise em Freud e Lacan. Foram exatamente as reflexões feitas com base neste nosso escrito e a escuta atenta dos trabalhos de colegas - principalmente os que discutiram sobre as relações entre psicanálise e universidade -, que nos suscitaram inúmeras questões em torno da presença do psicanalista na universidade e de como poderia ocorrer ali a transmissão deste saber (ARAÚJO, 2009, p. 10).

Dois níveis para o debate

Esse testemunho tão recente, entre muitos outros, atesta que as questões de pesquisa em psicanálise normalmente não nascem na universidade e sim da relação de cada um com a causa psicanalítica, no vínculo com uma instituição psicanalítica onde os pesquisadores - ou aspirantes a pesquisador - se colocam questões a partir da relação com seus pares. Esse seria o nível primeiro de um debate, do qual sai a orientação do ensino de psicanálise na universidade: se o ensino pretende transmitir a psicanálise, não é possível que não se vincule à pesquisa - uma questão do professor, do mestrando, do doutorando - e não é possível que esse mesmo ensino esteja alienado de um debate que se faça com outros psicanalistas, pares de um questionamento diante da psicanálise.

Haveria então um segundo nível para um debate: sabemos que não basta ser professor para transmitir a psicanálise. Na mesma dissertação, encontro a proposta de uma metáfora: professor/psicanalista, que não achei mal formulada. Com efeito, retoma o discurso da histórica se iden-

tificamos o professor como o ensinante que sempre coloca questões frente a um saber constituído, e isso sustentado numa verdade a que tem acesso em função de sua própria prática como psicanalista. Poderíamos então fazer uma equação:

$$\frac{\text{Professor}}{\text{Psicanalista}} \quad \frac{S1}{S2} \quad \text{ou} \quad \frac{\$}{a} \quad \frac{S1}{S2}$$

Na minha experiência, lançar mão da teoria dos discursos em Lacan é hoje condição *sine qua non* para pensar minha relação com a universidade. E se pensamos o professor não como o que sabe, mas como o que ensina (\$) e se esse professor se sustenta na sua função de psicanalista (a), é certo que o discurso histórico que ele pode assim colocar em funcionamento o leva necessariamente a ser um pesquisador, o que pode acontecer na universidade. Seja como meu caso, pesquisadora até mesmo do CNPq, seja como em outros casos, pesquisadores em clínicas ligadas à universidade ou em posturas clínicas diante das questões universitárias.

Dois exemplos a partir da experiência na seleção de projetos para o mestrado em psicanálise

Para exemplificar isso, explico sucintamente como vem funcionando a seleção para o mestrado em Psicanálise na Universidade de Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pelo menos nos últimos anos - é sempre possível que esse funcionamento se modifique para responder a novas necessidades. Além do *curriculum vitae* na plataforma *lattes*, o candidato apresenta um projeto com plano de trabalho em três cópias. Ele é lido por três professores do programa que, ao final, fazem uma reunião em que são discutidos projeto por projeto, com as notas dadas por cada professor. Há uma primeira seleção em função da nota de corte, os projetos que tiverem nota total abaixo desta são reprovados. Os outros candidatos passam para a segunda fase da seleção, que consta de uma entrevista

com dois professores e uma prova escrita - de uma página, sobre algum tema que tenha surgido durante a entrevista. A prova permite uma avaliação sobre a capacidade de escrita do candidato. Cada entrevistador dá nota e cada prova escrita é lida pela dupla entrevistadora. Na reunião do colegiado que segue, os melhores candidatos são selecionados. Estes ainda têm que fazer uma prova de língua estrangeira para definitivamente, sendo nela aprovados, poderem se matricular no programa.

O primeiro exemplo é o mais ilustrativo que se pode encontrar a partir dessas seleções e mostra o quanto a própria montagem de uma turma de mestrado pode ser campo de pesquisa sobre a psicanálise na universidade. Trata-se de uma candidata que não passou na seleção nem mesmo na primeira fase. O projeto que apresentara continha referência à bibliografia conhecida, mas sem qualquer noção de como verdadeiramente articular esses textos lidos com o que nós entendemos por psicanálise. Foi isso, aliás, que me levou a propor a entrevista, que aconteceu depois transcorridos quase quatro meses do término da seleção - foi quando tive tempo -, e essa entrevista não é obrigatória para nós, somente uma cortesia, vez ou outra. Como eu já desconfiara ao ler seu currículo, a candidata "fazia formação" numa associação evangélica. Disse, entre várias outras coisas, que avançara tanto em sua formação que já fizera vinte análises. Eu tentei entender do que é que ela estava falando. Então, ela explicou o seguinte: lá onde faz "formação", cada analista "em formação" deve primeiro fazer aulas teóricas. Nestas, ele vai escolhendo os professores com os quais mais tem empatia e então marca sessões com eles. Perguntei a ela se então fizera análise com cada um deles. Ela disse que não. Entre eles, ela foi vendo de quem mais gostava, a partir das entrevistas. Até que finalmente só sobraram dois ou três e com estes, ela começou "as análises".

Quando me explicou, descobri que o que ela chama de "análise" é o que nós entendemos por entrevista. Tranquilizou-me logo: agora só faz as "análises" com uma única pessoa. Perguntei como são essas "análises" e ela continuou explicando: "conto alguma coisa para o professor e

ele só escuta. No final, o professor vai detalhando como é que eu deveria fazer com o paciente se este me contasse coisa parecida". E a candidata arremata: "É como se fosse uma análise, entende? É de mentirinha, mas é como se fosse para eu aprender como devo lidar com meu paciente" (*sic*). Depois de cinco anos com os cursos e essas "análises", recebe-se o diploma de psicanalista. Pensei "com meus botões": "taí" o cúmulo da "análise didática".

Expliquei que ela estava tendo uma informação completamente diferente do que é uma análise conforme a comunidade psicanalítica nacional e a internacional reconhecem e que ela precisaria fazer uma "verdadeira" formação para então ver como fazer um projeto de mestrado em psicanálise para a UERJ ou qualquer outra universidade. Tentei esclarecer um pouco o que é uma psicanálise, mas imediatamente a maior preocupação que ela teve foi a de estar fazendo uma formação que não será reconhecida.

O exemplo seguinte é bem mais complexo e por isso pode ser bem mais interessante para a presente discussão. Durante a seleção de uma nova turma de mestrandos, li um projeto que trazia questões bastante interessantes, mas escritas de forma pouco amarrada. Além disso, com referência a tantos conceitos psicanalíticos que não permitia saber por onde, finalmente, o candidato seguiria em sua investigação. Há um limite para o que a banca de seleção pode esperar quanto à amarração das questões, já que lê apenas um projeto de mestrado, ou seja, há todo um mestrado pela frente no qual o candidato poderá articular suas questões de modo a bem amarrá-las. No caso desse projeto, também faltava a amarração, mas cada conceito estava escrito de forma correta, não havia dúvida de que o candidato efetivamente lera os textos a que se referia e havia uma prática explicitada no projeto que permitiria uma pesquisa ligada à experiência. O projeto, evidentemente, passou na primeira fase e o candidato foi à entrevista. Muito bem colocado - além disso, eu o conhecia pessoalmente de forma superficial e sempre tive dele boa impressão -, discursou sobre sua experiência e sobre as questões que levan-

tava no projeto com certa fluência. A situação de entrevista é sempre angustiante e estamos acostumados com alguma inibição perfeitamente compreensível. Até aqui, não havia tampouco problema para o projeto ser aprovado. A prova escrita também foi bem. Porém, o candidato não entrou para o mestrado. Por quê? Por uma razão que pode parecer, à primeira vista, injusta: nenhum professor se interessou em orientar o projeto. Não tendo orientador interessado, impossível aprovar um candidato. Havia outros candidatos com professores bastante interessados e eles acabaram sendo escolhidos, ficando esse projeto sem orientação.

Na medida em que eu conhecia o candidato pessoalmente, julguei que eu deveria ter uma conversa com ele - fazemos isso esporadicamente e pode ser uma prática bastante interessante em alguns casos. Às vezes até nos surpreendemos com o que descobrimos nessas entrevistas - a exemplo do resultado da entrevista no caso exemplificado anteriormente.

No caso da entrevista do candidato que não entrou para o mestrado por falta de orientador interessado, ele explicou que trabalhava num presídio e que o interesse era de verificar porque o número de homens criminosos é maior do que o de mulheres criminosas. Seu projeto articulava a questão com a diferença sexual, a diferença do "supereu", a diferença em relação à culpabilidade, a diferença de posição em referência às fórmulas quânticas da sexuação. Como dito, teoricamente o projeto levantava uma série de conceitos e os trabalhava bem. A questão não era essa, mas a enorme quantidade de conceitos que não tinham uma amarração.

Perguntei de onde havia obtido a informação da discrepância entre criminosos homens e mulheres. E a resposta foi a seguinte: durante seus vários anos de prática em presídio, estudara textos oficiais sobre a população carcerária. Num deles, encontrou o seguinte dado: a proporção entre criminosos homens e mulheres é infinitamente maior para homens. Somente 5% dos criminosos são mulheres. Fora tal percentagem que o questionara e o fizera levantar a hipótese, para o projeto, de que algo da sexualidade feminina estava na causa disso.

Expliquei para ele que as razões para essa estatística podem extrapolar

em muito a psicanálise. A discrepância estatística pode ter relação com a forma de avaliar um crime, quando juízes e jurados acabam sendo, de alguma forma, mais condescendentes com as mulheres; ou então, as razões podem ser históricas, ideológicas, culturais, econômicas etc. Expliquei que a única forma de ele se autorizar a falar de alguma particularidade da criminalidade das mulheres seria se ele tivesse casos clínicos ou entrevistas com algum acompanhamento de mulheres criminosas para então encontrar algo que da prática psicanalítica pudesse orientá-lo numa pesquisa em psicanálise. Jamais um dado estatístico, mas a singularidade do sujeito, da história que reconstruiria e de sua forma de gozo particular.

Se esse candidato não encontrou orientador foi por isso: havia algo no projeto dele que não convencia. Somente por causa dessa entrevista, algo apareceu e daí foi possível tratá-lo. Como? Em minha tentativa de transmitir o que de genuíno seria a pesquisa em psicanálise que, como sabemos, é clínica.

A orientação freudiana formulada em um de seus escritos técnicos, "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", sustenta que a clínica é o solo da pesquisa em psicanálise. Lemos: "A psicanálise faz em seu favor a reivindicação de que em sua execução tratamento e investigação coincidem" (FREUD, 1913-1969, p. 152). A pesquisa de que se trata, contudo, é particular, já que a clínica é sempre singular e diz respeito a cada caso. Isso impõe determinada orientação ética à pesquisa que a afasta de todo e qualquer tipo de experimentalismo. Não são poucas as advertências de Freud quanto ao perigo de subordinarmos a clínica à pesquisa, a partir de propósitos científicos que poderiam criar expectativas de controle da experiência clínica. Na realidade, se tratamento e investigação coincidem, como propõe Freud, então a relação é exatamente inversa: a pesquisa é subordinada à clínica.

Para exemplificá-lo na prática cotidiana de um programa de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado, no ano passado e em comemoração aos dez anos do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da UERJ, pudemos fazer um levantamento das diferen-

tes pesquisas realizadas pelos mestrandos durante toda primeira década de funcionamento do programa - o doutorado só foi autorizado pela CAPES em 2007, de modo que ainda não há teses defendidas, somente dissertações. O resultado desse levantamento e suas discussões estão publicados em artigo assinado pela primeira e pela atual coordenadora, ambas trabalhando juntas, visando à avaliação, ou seja, verificar se nesses dez primeiros anos o programa efetivamente realizou o que originalmente pretendia - conforme a própria deliberação que o criou (RINALDI; ALBERTI, 2009). Também nesse artigo se lê:

Na clínica psicanalítica não há nada experimental. O que a norteia não é o controle da experiência, mas uma ética, definida na sua particularidade como a ética da psicanálise. Isso não desmerece nem uma nem outra, mas marca a diferença. De um lado, a psicanálise implica a singularidade do caso a caso e esta diz respeito ao sujeito lá onde ele emerge, no campo do inconsciente, exemplificando a transferência a cada vez que acontece; daí não haver psicanálise fora do contexto transferencial a ponto de não se poder falar nada desse campo clínico sem que o resgate dos dados se dê na transferência. De outro lado, ela implica a política da psicanálise, definida por Lacan em 1958 como a da falta-a-ser, base de orientação da direção do tratamento, identificada no lugar em que atua aquele que sustenta essa clínica - o psicanalista. Tal política converge com a observação de Freud no escrito citado acima, quando diz que o psicanalista deve conduzir o tratamento "sem pressuposições" e "sem qualquer intuito em vista", permitindo-se "ser tomado de surpresa por qualquer reviravolta neles" (RINALDI; ALBERTI, 2009, p. 153).

Nessa perspectiva, como abertura ao imprevisível da clínica, a prática (ou a práxis ao mesmo tempo clínica e teórica) do psicanalista se exerce, necessariamente, por razões de estrutura, na dimensão da pesquisa, queira o psicanalista reconhecê-lo ou não.

A pesquisa é, portanto, uma dimensão essencial da práxis analítica, em função de sua articulação intrínseca, e não circunstancial, com o inconsciente. Mas ela é, por definição, também, imprevisível, o que impede quaisquer pressupostos que norteariam uma ida ao campo (RINALDI; ALBERTI, 2009, p. 153).

Terceiro nível de questionamento, ensino e transmissão: a importância da transferência

Em meu texto "Transferência de trabalho e a universidade" (ALBERTI, 2004), publicado na revista "Psicologia USP" em número inteiramente dedicado a homenagear nosso colega Luiz Carlos Nogueira², pude atribuir ao colega algumas ideias que haviam passado em minha cabeça e que julgo importante relançar aqui para nosso debate.

Lugar de formalização do saber, entre outros, a universidade é também um campo fértil para subvertermos estruturas discursivas. No discurso universitário, um saber equivale ao outro, pois são os títulos universitários que garantem, nessa equivalência, o valor de um saber. Apesar de todas as críticas ao discurso universitário, isso pode ser lido como uma subversão do discurso do mestre em que é a inquietação do sujeito - sempre dividido, embaraçado - que está no lugar da verdade recalcada. Por mais grave que tenham sido as consequências de tal subversão a abrirem caminho para a tecnocracia, por outro lado, quando o discurso universitário se coloca para o psicanalista, talvez seja possível dar outro pequeno passo, literalmente um quarto de volta atrás na lógica dos quatro discursos, instituindo a possibilidade para o discurso do analista que se constitui, que se fundamenta no fato de se dirigir ao sujeito.

Senão vejamos: Se no discurso universitário um saber equivale a outro, um psicanalista, desde que bem sustentado e aparamentado por títu-

² Professor de psicologia na Universidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, nunca deixara de assumir funções no movimento psicanalítico, cargos em Escolas de Psicanálise – quando faleceu estava Diretor do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, vinculado à internacional Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano.

los acadêmicos, equivale a qualquer outro professor, independente da área. Pode verificá-lo no trabalho que desenvolvo no hospital universitário. Se em outras paragens, o psicólogo é sempre menos remunerado do que o médico, no contexto acadêmico, quando ambos são professores, não se faz qualquer diferença entre eles.

É diferente trabalhar num hospital em que o Professor Adjunto do Instituto de Psicologia percebe o mesmo salário que um Professor Adjunto da Faculdade de Medicina e num hospital em que o médico tem um salário mais alto do que o psicólogo, pelo simples fato de ser médico. A universidade implica numa subversão discursiva em relação ao discurso do mestre (ALBERTI, 2000, p. 50).

É dessa subversão que o psicanalista pode se utilizar para fazer valer o sujeito dentro da universidade, ou seja, na contramão do discurso universitário.

Nesse contexto, pude também retomar a "Ata de fundação" da Escola da Causa Freudiana, de 1964, na qual Lacan propõe a transferência de trabalho como condição *sine qua non* para a transmissão da psicanálise em seu ensino. Ele diz: "O ensino da psicanálise só pode se transmitir de um sujeito a outro e isso pela via de uma transferência de trabalho" (LACAN, 1964 - 2001, p. 236). Se a clínica psicanalítica - onde se presentifica o trabalho na transferência - é o lugar privilegiado para transmitir a psicanálise, e se existe uma vertente dessa mesma clínica que é interminável (FREUD, 1937-1976), então há que haver lugar para a transferência de trabalho num prolongamento da própria transmissão da psicanálise. O que se verifica hoje é que, não raro, tal transmissão pode ocorrer no contexto da universidade sem, no entanto, substituir a função da instituição psicanalítica como lugar princeps de tal transmissão.

Em dois contextos, pude retomá-lo mais recentemente: a partir dos trabalhos realizados no cerne da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras e publicados em três textos da coletânea por ela realizada, e no artigo "Transmissão na universidade, saber e desejo do analista"

(Nicolau; Alberti, 2009). Em todas essas referências há unanimidade quanto ao fato de que "a formação analítica não ocorre na universidade" (MENDONÇA, 2009, p. 127).

A partir daí, podemos encontrar divergências quanto ao quê pode ser ensinado na universidade. Mendonça, por exemplo, é da opinião de que "o ensino de temas como, por exemplo, diagnóstico e tratamento das estruturas clínicas" não deveriam ser ensinados na universidade "pois, para a efetiva transmissão dos mesmos tornam-se necessários os pré-requisitos transferenciais básicos" (MENDONÇA, 2009, p. 134). Seu argumento leva em conta o fato de que o diagnóstico e a direção do tratamento são oriundos, necessariamente, da própria posição do psicanalista enquanto tal e que, portanto, é somente no contexto da formação do analista que se pode efetivamente ensinar e transmitir o que é um diagnóstico psicanalítico e um tratamento por ele orientado. Mas será que isso impede que se ensine a função diagnóstica e a direção do tratamento dela oriunda na universidade? Se levarmos em conta que a esmagadora maioria dos psicanalistas de hoje tiveram o primeiro contato com a psicanálise justamente enquanto eram estudantes universitários, talvez seria importante relativizar um pouco essa questão.

Retomemos a observação feita por Sigal, quando questiona a possibilidade de haver um desvirtuamento da psicanálise a partir de um ensino na universidade se, em verdade e de todo modo, é impossível investigar psicanaliticamente uma questão fora do âmbito puramente formativo que se processa no interior de uma análise, e ele complementa:

Na universidade busca-se aprender profissões, tornar-se habilitado a exercê-las, ter uma titulação. Ora, tal anseio se desencontra da idéia de formação de um psicanalista. Portanto, entendemos que a questão não é como subtrair a psicanálise da universidade, mas como incluí-la sem atacar seus fundamentos e sua ética (SIGAL, 2009, p. 142).

O fato é que a questão freudiana "Deve ensinar-se a psicanálise na universidade?" (FREUD, 1919-1988) - pergunta que Freud responde afir-

mativamente com a ressalva de que a universidade não é o lugar da formação do psicanalista - nos permite, na realidade, perguntar o que pode um psicanalista dentro da universidade e o que seria a psicanálise numa articulação com a universidade? Ao que Lacan já respondeu quando perguntado sobre o porquê de os estudantes de seu curso não poderem se tornar psicanalistas: a psicanálise não se transmite como qualquer saber. "Não porque a psicanálise não tenha nada a saber, ou seja, avessa à questão do saber, **mas porque ela põe em questão a função mesma do saber**, a função do saber para o sujeito e para a sociedade" (MAURANO, 2009, p. 149, grifo nosso).

Observação que me levou então a concluir sobre a eventual função da psicanálise na universidade: "a de relativizar a própria questão do saber" (ALBERTI, 2009a, p. 15). A começar, por que não, com a noção de pesquisa na universidade. Se há uma pesquisa psicanalítica, ela é decorrente de um estudo bibliográfico ou de um estudo clínico, o que, por si só, já relativiza a questão do saber.

Uma pesquisa psicanalítica na universidade subverte o próprio termo da pesquisa enquanto clínica, por definição. Pois essa pesquisa já não seria o lugar para um trabalho em transferência - o da psicanálise propriamente dita -, mas um lugar em que a transferência de trabalho permite persistir na produção da psicanálise como discurso que subverte - em recuo - o discurso dominante. Tal lugar é, em princípio, a Escola de Psicanálise como o diz Lacan na ata de sua fundação. Porém, para o psicanalista - definido como produto de uma análise - que nunca deixou de trabalhar na Escola de Psicanálise e que, ao mesmo tempo, sempre esteve presente na universidade, é possível presentificar na universidade a subversão discursiva descrita, reafirmando nesse outro contexto uma transferência de trabalho - único meio de ensinar a psicanálise. De um sujeito a outro, esse é o possível método de ensino da psicanálise também na universidade, se o professor pode sustentar a via de transmissão que se fundamenta na causalidade psíquica.

Na realidade, como escreve Lacan, se os discursos giram é porque há

psicanalista, pois como se lê no Seminário XX, "só há quatro discursos a partir do fundamento desse discurso psicanalítico que me faz articular quatro lugares, cada um desde um efeito qualquer de significante"³ (LACAN, 1972/3 - 1975, p. 20). Então o psicanalista é aquele que pode fazer girar discursos ali onde originalmente eles podem estar fixados. Penso que a universidade é um desses lugares, o trabalho na saúde mental é outro e ambos podem se enriquecer dessa articulação.

Atualmente, entre outras coisas, sou também coordenadora do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia: "Dispositivos clínicos em saúde mental". Ele é fundamental para garantir espaço à psicanálise nesse campo privilegiado que é o das conexões da psicanálise com a universidade. Pois sei que: "É a própria estrutura do discurso que fundamos reformando os outros discursos como *ek-sistentes* ao nosso" que faz com que "no nosso discurso que o ser falante esgotará a insistência que é a dele e que ele não consegue esgotar nos outros" (LACAN, 1974-1975). Mas ao mesmo tempo, esse grupo vai além, pois se articula com a questão da saúde mental que desenvolvo pelo fato de sempre ter trabalhado em hospital, desde que me formei em Psicologia. Na realidade nunca parei de trabalhar em hospital, mesmo na França, quando fazia meu doutorado, trabalhei no Hospital de Bicêtre, que se associou à supervisão que pude dar durante o último ano e meio a um Centro de Atenção Psicossocial pelo Ministério da Saúde, no Espírito Santo.

Cada discurso traz a inerência de um gozo que lhe é próprio, assim como um "mais-de-gozar". É porque somos efeitos de uma psicanálise e disso procuramos fazer escola - ou seja, tentamos, com nossos pares, saber o que é uma psicanálise - que temos alguma facilidade em transitar pelas diferentes formas de gozo sem necessariamente nos fixar. Eis onde vejo justificada fundamentalmente a acertiva de Lacan de que é o psicanalista quem pode fazer girar os discursos, a ponto de se utilizar do dis-

3 Il n'en existe quatre [discours] que sur le fondement de ce discours psychanalytique que j'articule de quatre places, chacune de la prise de quelque effet de signifiant.

curso universitário para os fins que são aqueles da Escola de Psicanálise: divulgar a psicanálise garantindo sua presença no mundo.

Conclusão

Então, é porque a escola me ajuda a orientar minha relação com a causa freudiana que ela me orienta no ensino da psicanálise na universidade, me sustenta no lugar de \$/a (professor/psicanalista) da maneira como o desenvolvi acima e me garante um espaço de dialetizar minha posição nas relações discursivas de maneira que me aponta sempre para a não toda relação com um significante identificatório como seria, por exemplo, o caso de um professor se identificar nesse lugar de professor. O professor/psicanalista "sabe que o pensamento é aberrante por natureza" (LACAN, 1974-1975), que o campo do não-saber é bem maior que o do saber e que toda investigação pressupõe um sujeito sustentado na verdade do objeto a - conforme o discurso histérico.

Por outro lado, é em função de minha relação com a causa freudiana que tenho ampla liberdade em desenvolver na escola - único lugar em que isso é possível, a meu ver, e por isso, para mim, "minha escola" é aquela que me permite isso -, as questões que depois posso levar para a universidade como temas de pesquisa.

Referências

- ALBERTI, S. Pelo fórum de debates: uma apresentação. In: ALBERTI, S. *et al* (orgs) *Ofício do psicanalista: formação vs. Regulamentação*. Itatiba: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 7-20.
- ALBERTI, S. Psicanálise: a última flor da medicina. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (orgs.) *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.
- _____. Transferência de trabalho e a universidade. *Psicologia USP*, v.15, n.1-2, São Paulo, jan./jun. 2004.
- ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A.C. Apresentação. In: _____. *Psicanálise e saúde mental: uma aposta*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.
- ARAÚJO, E. M. *Transmissão da psicanálise e universidade: a formulação de um saber mediante o dispositivo do ensinante de Lacan*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- FREUD, S. (1913) Recomendações aos médicos que praticam a psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1869, p.147-159.
- _____. (1919) Debe enseñarse el psicoanálisis en la universidad. In: *Obras completas*, v. 17. Buenos Aires: Amorortu, 1988
- _____. (1927) Pós-escrito de A Psicanálise leiga. Tradução de Eduardo Vidal. In: ALBERTI, S. *et al* (org.). *Ofício do psicanalista*:

formação versus regulamentação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 167-180.

_____. (1937) Endliche und unendliche Analyse. In: _____, *Studienausgabe* (Bd. 3). Frankfurt: S.Fischer Verlag, 1976.

_____. (1958) A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, J.Zahar, 1998, p. 591-652.

LACAN, J. (1964) Acte de fondation de IEFP. In: _____. *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001.

_____. (1972/3) *Le Séminaire, livre XX, encore*. Paris: Seuil, 1975.

_____. (1974) La troisième. In: *Lettres de l'École freudienne*, nº16, 1975, pp.177-203.

MAURANO, D. A psicanálise na Universidade. In: ALBERTI, S. *et al* (orgs); *Ofício do psicanalista: formação vs. Regulamentação*. Itatiba: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 147-154.

MENDONÇA, R. F; A formação analítica não ocorre na universidade. In: ALBERTI, S., *et al* (orgs) *Ofício do psicanalista: formação vs. Regulamentação*. Itatiba: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 127-136.

NICOLAU, R. F.; ALBERTI, S. Transmissão na Universidade, saber e desejo do analista. *Pulsional, Revista de Psicanálise*, São Paulo, v. 198 n. 22/2. p. 98-109, 2009.

RINALDI, D.; ALBERTI, S. Psicanálise, saúde mental e universidade. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2009.

Disponível em: <www.revispsi.uerj.br/v9n2/sumariov9n2.html>.

Acesso em:... não entendi. Quer a data? Pode por a de hoje

SIGAL, A. M. Entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas. In:

ALBERTI, S. *et al* (orgs) *Ofício do psicanalista: formação vs.*

Regulamentação. Itatiba: Casa do Psicólogo, 2009, pp. 137-146.

Psicanálise e produção científica

Andréa Máris Campos Guerra

Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com *Études Approfondies* em Rennes II (França). Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), psicóloga, psicanalista.

aguerra@uai.com.br

Introdução

A entrada dos psicanalistas no campo científico marcou profundamente o campo das ciências humanas, trazendo uma série de questões epistemológicas e metodológicas para seu interior. Aqui, problematizaremos a produção científica oriunda do aporte psicanalítico na universidade e suas idiosincrasias, incidindo e revitalizando o território das ciências humanas. Para isso, partiremos da construção da ciência moderna ao se firmar a partir do método cartesiano, rompendo com a lógica centrada na verdade divina ou na mera observação dos fatos. Descartes evidenciou que nossos sentidos eram incapazes de apreender a verdade do fenômeno por um lado. E, por outro lado, ele nos ensinou que Deus era o fiel garantidor dessa verdade, mas às custas da entrada do sujeito, ou melhor dizendo, do pensamento em ato do pesquisador, que excluía (ou ao menos tentava excluir) toda e qualquer participação e presença da subjetividade no pensamento claro e distinto.

Expostas as bases de articulação da ciência moderna, discutiremos seus avanços e instabilidades na pós-modernidade, buscando, então, elucidar o que especifica a psicanálise enquanto teoria e método nessa seara. Isso a fim de demarcar alguns princípios que, regendo sua lógica, tornam-se imperativos na produção acadêmica junto ao trabalho acadêmico-científico e de investigação.

Veremos que a entrada do sujeito pensante, mas ausente, foi condição para que as “ciências” ganhassem lugar. “Ciências”, conjunto eclético... A rigor, toda a problemática da cientificidade até a emancipação da ciência moderna na contemporaneidade foi objeto de controvérsias. Difícil definir o que seria ciência e, sobretudo, a ciência dos homens, ciências humanas. Seria aquela na qual o objeto e o método que o pesquisa estariam bem cernidos e delimitados por uma teoria (positivismo)? Seria aquela na qual há possibilidade de validar o critério da refutabilidade (Popper)? Seria aquela que rompe com um paradigma instituído, abrindo possibilidades de novas formulações para apreensão da realidade (Kuhn)? Qual critério de verdade e cientificidade utilizarmos?

A subjetividade em si mesma coloca problemas quanto à sua apreensão, na medida em que ela só se realiza através de um ou vários sujeitos. Como, então, isolar os efeitos subjetivos para apreendê-los, exatamente, a subjetividade? E qual a verdadeira concepção de sujeito? Ela existiria? Será que deveríamos isolar, de fato, o sujeito no método? Ou considerá-lo é condição, na contemporaneidade, de fazer ciência, ciência do homem e dos fenômenos sociais que lhe são correlatos?

A fim de avançarmos nessa discussão, tomaremos a proposta da psicanálise em sua relação com a ciência para concebermos uma ciência possível do real. Uma ciência que não forclui a presença do sujeito, mas, ao contrário, a considera como condição de possibilidade da própria ciência. Como nos lembra Lacan (1965/1998), é preciso incluir o sujeito e, mais que isso, o que o causa (chamado por Lacan de objeto *a*) e não é apreendido pelos recursos formais da linguagem.

Dessa perspectiva, buscaremos extrair algumas noções sobre o que é

a pesquisa em psicanálise e o que orienta sua produção científica. Também visaremos especificar suas modalizações metodológicas, a fim de contribuirmos com a especificidade deste saber que, orientado pela clínica e pela experiência do inconsciente, não se deixa apreender completamente pela racionalidade, fundando um método que lhe é próprio.

A ciência moderna

O grande regulador da “regularidade” no mundo moderno foi o método cartesiano. Ele foi estabelecido no século XVII em meio à descrença, insegurança e desterritorialização em que se encontrava a civilização ocidental a partir de acontecimentos como o heliocentrismo e a infinitização do espaço (Galileu e Copérnico). Os ideais renascentistas, as grandes navegações, o mercantilismo, a invenção da imprensa, a laicização do Estado e o protestantismo deixaram o homem moderno abalado em suas certezas terrestres. Foi a realidade das perturbações técnicas, científicas e políticas a partir do século XVII e o jogo dos sinais e da cultura a eles correlatos que se traduziram em modificações estruturais ao nível do ritual e dos hábitos sociais. A sociedade holista, hierarquizada, tradicionalista e coletivista do período pré-moderno cedeu lugar às sociedades técnicas, objetivas, científicas, progressistas e individualizadas da modernidade. Descartes é central nessa virada.

Sem o referencial religioso e descrente da tradição – discursos dominantes na pré-modernidade –, o homem busca novas referências de orientação, encontrando-as na interioridade. No lugar da revelação religiosa, o método; no lugar da natureza do fenômeno, a observação e a investigação; no lugar do dogma religioso, a suspeita científica. Descartes centra no “cogito”, a certeza da verdade, advinda da dúvida metódica. O “penso, logo sou” implica no pensamento como ato que dá causa pela suspensão das paixões e opiniões (*doxa*), à revelação da verdade. Os sentidos enganam, os sonhos são reais, mas não falam da realidade em si. Assim, a única validade que temos da verdade é o pensamento, pois ele

é sempre certo – mesmo quando mente. Descartes se refere, portanto, ao pensamento articulado à consciência universal e não ao sujeito singular da experiência em si. Refere-se ao sujeito como substância¹.

Pela primeira vez, a subjetividade é colocada como problema e se revela como questão, fundada sobre a bipartição corpo-mente (ou alma). “Mas a resposta cartesiana ainda não é, como assinalou Hegel, uma resposta completa, pois, se ela nos diz o que é o pensamento, não nos diz o que é o Eu” (GARCIA-ROZA, 1984, p. 14). Só Deus é garantia para o nós e a Razão, a grande mediadora entre as várias subjetividades. O deus cartesiano é uma ideia inata. Ele é infinito, imutável, onisciente, criador e conservador. Ele é fruto de uma dedução irrefutável, sendo lógico-matemático como uma ideia de perfeição. E como a perfeição contém a verdade, a existência de Deus garante a realidade do mundo e a clareza do pensamento, sendo sua causa final.

“Em Descartes, [porém] o penso é ameaçado pelo eu” (GARCIA-ROZA, 1984, p. 15). Por esse motivo, o “eu” é excluído imperiosamente, ao mesmo tempo em que se institui como acesso à verdade através do estabelecimento do método científico. Se é somente através do ato do pensamento que o homem ascende à verdade, ele o faz às custas do despojamento de si mesmo. A verdade adviria do ato do pensamento, isolado das paixões que o corromperiam, correspondendo, assim, à realidade. Nesse sentido, podemos dizer que o saber científico visa suplantar a verdade, ocupar seu lugar na realidade pela via da consciência.

A noção de consciência avança e permanece na filosofia moderna como evidencia o avanço hegeliano². Por outro lado, muitos empiristas

1 Ele afirma a existência de duas substâncias separadas: a alma, pensamento ativo e sem extensão; e o corpo, extensão não pensante e passiva. Para ele, a mente é uma substância ou entidade, caracterizada fundamentalmente pelo fato de ter consciência, de ser uma coisa que pensa, percebe, sente (*res cogitans*). A realidade externa é material, e a matéria tem como característica básica o fato de ser extensa (*res extensa*). Consciência e extensão são elementos claramente distintos, podendo cada uma deles ser claro e distintamente concebido sem referência ao outro. Os vários estados de consciência (pensamento, sensação, sentimento) são totalmente distintos dos vários modos de determinação da matéria. Por isso, nenhum estado de consciência pode ser essencialmente dependente de qualquer elemento físico. A mente e tudo o que ela possui podem existir sem qualquer substância material.

estabelecem um projeto anticartesiano, mas não conseguem ceder em relação à busca da verdade nos fatos e nos fenômenos observáveis através da verdade implícita na consciência. Além disso, não abandonam completamente o que poderíamos chamar de um projeto representacional da realidade inaugurado com Platão. Quanto a esse aspecto, a diferença entre os empiristas e os racionalistas seria a via para alcançar a realidade dos fatos. Enquanto os racionalistas seguiriam a via da razão, os empiristas apostariam na via da experiência, mas ambos orientados pela busca da verdade última sobre os fatos da realidade.

Ciência e pós-modernidade

E hoje, por onde caminham as certezas da ciência? Atualmente encontramos a ciência desamparada de seus ideais. Deparamo-nos com a dimensão real, não enquanto realidade, mas enquanto o que põe em xeque o saber e provoca uma nova elaboração. Assim, estamos sempre diante de um saber que está à mercê desse real que o ultrapassa, chegamos ao fim das certezas.

A física atual, por exemplo, nos demonstra não apenas que não se pode prescindir do sujeito que fabrica a ciência, mas que é necessário levar em conta a presença do observador em resultados impossíveis sem essa participação (notadamente em física quântica). Ou, no campo das ciências do homem, sabemos que os críticos da psicologia comportamental nos demonstram com suas pesquisas que o nível de salivação de um cão varia conforme o sujeito que coloca o alimento e toca a sineta, cujo som se associa a esse estímulo.

Sempre diante de um ponto inalcançável pela representação ou pelo saber científico, surgem teorias da incerteza: cálculos de probabilidades, teoria das catástrofes, teoria dos fractais, das cordas etc. Os matemáticos não duvidam: eles se esforçam para dar uma demonstração da impossibilidade

² Para sustentar a tese dialética do senhor e do escravo, Hegel tem de admitir um código externo às subjetividades em confronto que garanta sua comunicação. A passagem da certeza subjetiva à verdade objetiva é realizada através desse recurso simbólico, mediador das consciências em jogo.

lógica de demonstrar certas sentenças num sistema dado (SAURET, 2003).

Assim, no intervalo fundado pelo saber possível em relação à verdade real, nascem as ciências da subjetividade, nasce o postulado de uma variável intermediária, o psiquismo ou o mental. E entre o organismo e um certo número de patologias, a psiquiatria foi a primeira ciência empírica – se assim a podemos conceber – a tomar como objeto de estudos e cuidados o mental, sob a égide da doença mental. Incluiu o sujeito, isolou a psique, mas ao preço de reforçar sua posição de objeto.

Psiquismo e mental seriam, segundo Sauret (2003), termos inventados nesse uso para tentar fazer o sujeito entrar novamente no discurso da ciência. E, tal qual na fundação daquela, às custas de excluírem-no novamente. Assim, a psiquiatria faz do sujeito um objeto a ser estudado e de sua palavra, um índice a ser anotado e medicado. A doença mental torna-se conceito e seu texto discursivo, um indicador numérico, uma cifra de sanidade ou insanidade. Na direção contrária a essa exclusão, retomar a dimensão real que se apresenta nos diferentes campos das ciências implica em considerar que só há real para um sujeito. Se as ciências, os discursos e as práticas têm seu real, é sempre com a condição de que haja um sujeito que consinta em se haver com ele. É aí que entra a psicanálise.

Discutindo o polêmico texto de Freud (1933/1976), “A questão de uma *Weltanschauung*”, Figueiredo (2001) traz apontamentos que nos orientam a pensar a pesquisa em psicanálise e, portanto, essas dificuldades. Se a psicanálise é incapaz de criar uma *Weltanschauung*³ própria por um lado, por outro, “sua contribuição à ciência consiste justamente em ter estendido a pesquisa à área mental” (FREUD, 1933/1976, p. 194). No debate em relação à ciência, à religião, à arte e à filosofia, a psicanálise aparece como uma parte da ciência e, portanto, aderida à *Weltanschauung* científica, precisamente por essa contribuição específica quanto ao mental.

3 Freud define a *Weltanschauung* como “uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência de modo uniforme com base em uma hipótese superior que, por sua vez, não deixa questão sem resposta, e onde tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo” (FREUD, 1933/1976, p. 193).

A psicanálise e a ciência

Portanto, como podemos verificar, a psicanálise é herdeira da ciência no sentido de que ela não seria possível sem a produção do sujeito da ciência. A psicanálise tem esse privilégio de ser a única disciplina que tem o desígnio de não renunciar a dar a palavra ao sujeito, de não renunciar àquilo que constitui sua particularidade. Ela não poderia, pois, ser uma ciência como as outras, uma vez que essa particularidade é decorrente de seu objeto central, o inconsciente.

Com a afirmação do inconsciente e com a revelação de que o homem não é senhor de si mesmo nem em sua própria morada, FREUD (1917/1976) apresenta um verdadeiro projeto não-cartesiano que revoluciona a perspectiva racionalista de Descartes. Dito de outra maneira, se a racionalidade moderna apoiava-se na máxima cartesiana: “penso, logo existo”, o que delega à loucura o *locus* da exclusão, do “fora-de-si”, Freud radicalizou em sua proposta uma inversão do pensamento cartesiano, formalizado pela perspectiva do “penso onde não sou”.

Foi nesses termos que ele falou em golpes narcísicos que descentralizaram o homem, impondo-se a ele como feridas narcísicas. Primeiro Copérnico anuncia que a Terra não é o centro do universo, donde o homem é retirado da posição de referência central, provocando a primeira ferida narcísica da humanidade. Depois Darwin, com a teoria evolucionista, decreta que o homem vem de uma evolução da espécie animal e não da imagem e semelhança de Deus. Nova ferida. Enfim, Freud surge com a ferida mais profunda da “alma humana”: o homem não é senhor nem em sua própria morada, nem em seu próprio eu, que é submetido, ele próprio, à determinação inconsciente. Este é o sujeito que Freud introduz no plano cartesiano.

Sua descentralização é reelaborada por e avança com Lacan em “A ciência e a verdade” (1965/1998). Nesse texto, ele nos apresenta a psicanálise como uma derivação da ciência, tendo sua condição de possibilidade radicada no corte que a inaugurou a partir do século XVI com

Galileu e Descartes. Com esse corte, porém, vimos que a ciência situou e, ao mesmo tempo, excluiu o sujeito. É nesse ponto – acerca do sujeito – que a psicanálise, ainda que derivada da ciência, avança para além dela ao incluir o sujeito em seu campo. “A psicanálise constitui um saber inteiramente derivado, porém não integrante do campo científico, porquanto resulta de uma operação de ‘subversão’ desse campo pelo viés do sujeito” (ELIA, 2000, p. 21).

Se o sujeito com o qual a psicanálise opera não é senão o sujeito da ciência, como afirma Lacan (1965/1998), fato é que esse sujeito é tomado em sua dimensão radical de sujeito do inconsciente, sujeito desejante e, porquanto, sujeito que inclui uma articulação que considera o real em jogo na experiência da castração. Mas a análise não é uma religião. Ela procede do mesmo *status* que a ciência. Ela se engaja na falta central na qual o sujeito se experimenta como desejo (LACAN, 1964/1998).

Há um campo não-representacional que o inconsciente e as pulsões revelam e que extrapola completamente o projeto cartesiano de domínio da verdade pela consciência. É desse saber “não-todo” constituído pelo inconsciente e “para-além” da representação que a psicanálise parte (FREUD, 1912/1976, p. 152).

Ao lado de Nietzsche e de Marx, Freud ficou conhecido como um dos mestres da suspeita. Colocando em xeque a racionalidade, eles suspeitaram dos ideais modernos de eficiência instrumental, de progresso e de perfeição, assentados nas grandes narrativas que compuseram a ilusão racionalista do período moderno. Inauguraram um novo modo de articulação da realidade, no qual o que não comparece no plano da representação – seja como vontade de potência, como ideologia ou como inconsciente e pulsão – evidencia a falência do projeto iluminista. Eis o real que extrapola a realidade, a capacidade de representação pela linguagem.

Essa derivação toma sua dimensão ética na medida em que implica o sujeito desejante e o inconsciente, forjando uma modalização metodológica que responde às suas condições históricas de possibilidade de

maneira original. O método clínico, que orientou Freud em suas pesquisas e permitiu a fundação da disciplina da psicanálise, obedece, com rigor, à estrutura do inconsciente. Nesse sentido, inclui o sujeito, não enquanto racionalidade do pensamento, mas antes, enquanto causa que escapa à completa decifração. Vejamos como.

Método e pesquisa em psicanálise

A subversão do sujeito freudiano é apresentada correlativamente à afirmação de um “método de investigação” dos processos psíquicos; de um “método de tratamento” inventado para e com os neuróticos; e de uma “teoria dos fatos”. A associação livre, a escuta flutuante, a transferência e a interpretação, a construção em análise e a extensão do trabalho clínico e investigativo com a psicose (inaugurada com Lacan) são as estratégias desse método que tornam possível sua teoria. É Freud (1923/1976) quem nos reporta a essas três dimensões de sua teorização. Para ele, a psicanálise é o nome:

1. De um procedimento de investigação dos processos psíquicos, que, de outra forma, mal seriam acessíveis; 2. de um método de tratamento das perturbações neuróticas que se baseia nessa investigação; 3. de uma série de concepções psicológicas obtidas por esse meio e que se fundem progressivamente em uma disciplina científica nova (FREUD, 1923/1976, p. 287).

Trata-se de três dimensões indissociáveis: teoria, método clínico e método investigativo. Toda paralisia num plano acarreta uma paralisia nos outros e, o que é mais grave para nós, isso significa que isolar um nível nos tira da psicanálise propriamente dita, de suas condições de elaboração e de verificação. Essa é a dificuldade intrínseca da psicanálise enquanto saber que avança sobre o real da ciência. A psicanálise está sempre diante de um impossível: como articular a clínica à ciência nesse caso? Manter de uma maneira ou de outra o enodamento entre esses três

registros é mais do que uma questão científica: é uma questão ética. É dela que deriva não a racionalidade, mas a realidade de seu objeto - realidade enquanto dimensão real. Esse é o ponto a ser preservado ao levarmos adiante o projeto de uma produção científica em psicanálise.

Sem dúvida, podemos nos autorizar, a partir do próprio Lacan, a distinguir psicanálise e método psicanalítico com o intuito de isolarmos sua relação com o método científico. A psicanálise só se aplica, em sentido próprio, como tratamento e, portanto, a um sujeito que fala e que ouve. Fora desse caso, falaríamos em “método psicanalítico”, aquele que procede à decifração dos significantes sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado (LACAN, 1958/1998, p. 758).

Essa decifração dos significantes sem pressuposição exige que se leve em conta o aspecto inconsciente que intervém em sua organização. Uma decifração sob essas condições deveria conduzir ao encontro da “própria estrutura do sujeito que a psicanálise delineia” (LACAN, 1958/1998, p. 758). O “método psicanalítico” dá a palavra ao sujeito, leva em conta o efeito de falta introduzido pela linguagem e permite que essa falta fundamentalmente inconsciente seja mantida. O método mantém a ética da psicanálise enquanto ela preservar essa falta como causa do desejo e enquanto ela der a prova de sua articulação ao discurso analítico (SAURET, 2003).

Assim, a psicanálise se interessa pelo que constitui o particular do sujeito, aquilo pelo qual o sujeito resiste à ciência. Mas ela vai tentar tratá-lo por meios dignos do discurso da ciência que o isolou. E é exatamente nesse particular do sujeito, naquilo que se faz mais rebelde a todo saber, que podemos ler o seu real – trata-se de seu ser de gozo tal como é produzido ao termo de uma análise, como resto sem decifração com o qual o sujeito se identifica e aprende a lidar, a saber-fazer com aquilo.

Chegamos, finalmente, ao problema maior do sujeito e, ao mesmo tempo, da psicanálise que o acolhe: como o sujeito conseguirá localizar o mais particular de seu gozo no laço social sem que, de um lado, esse particular não seja reabsorvido no social, mas, por outro lado, sem que o

laço social se desfaça no rochedo do particular. Esse é o ponto de impasse da relação produção científica/psicanálise que estamos a tratar. Segundo Sauret (2003), temos duas dicas lacanianas para conduzi-lo:

- 1) orientarmo-nos pelo texto do sujeito, o que inclui um trabalho com a linguagem, a mobilização do significante (da palavra) e a localização do gozo (o que força a repetição no ponto em que a palavra não alcança e, portanto, ponto em que ela determina a estruturação da linguagem);
- 2) tentarmos identificar como o sujeito conseguiria localizar o que há de particular com o laço social.

Assim, o “método psicanalítico” é, no fundo, constituído daquilo que, pela experiência da análise, é transponível fora dela, sem romper o laço com o discurso analítico. Ao tomar o inconsciente como o que escapa à universalização, ao saber já instituído, o psicanalista parte desse ponto de obstáculo ciente de que qualquer produção acadêmica, ao abordar o real, parte de um ponto não recuperável e não todo recoberto por esse saber (PINTO, 2001).

Particularizando algumas conclusões

Considerando, assim, sua particularidade, a pesquisa em psicanálise e sua consequente produção científica podem acontecer a partir de formatos variados (SAURET, 2003), que tomam perspectivas múltiplas como pontos de partida, tais quais abaixo dispostas:

- as que visam a responder a questões colocadas pela psicanálise;
- as que visam a responder a questões colocadas à psicanálise;
- as que visam a construir uma teoria a partir da doutrina e da experiência;
- as que visam a ampliar o campo da experiência analítica;
- as que são somente orientadas pelo saber e, eventualmente, pela ética da psicanálise.

Esses diferentes formatos dão corpo à dimensão ética a ser preservada na relação psicanálise/produção científica, de maneira que a psicanálise não perca sua essência ao introduzir a particularidade de seu mé-

todo no campo científico. Diante dessa diversidade, o que poderíamos, enfim, elencar, na qualidade de particularidades da psicanálise junto ao campo científico? Abaixo reunimos alguns desses elementos na qualidade de princípios norteadores que nos permitem avançar na prática.

- A psicanálise, seja no campo clínico ou no investigativo, não opera nem com a lógica causal, nem com a dedução ou com a indução e ainda menos com a dialética. Ela segue a lógica de seu objeto, o inconsciente, operando a partir do *a posteriori*. Em outros termos, é somente num depois que se pode extrair um saber acerca da verdade da questão colocada em jogo na investigação. Portanto, mesmo que partamos de uma hipótese, ela se coloca antes como linha de orientação que como verdade a ser afirmada ou refutada.

- Se alguma verdade está colocada em jogo na produção científica psicanalítica, ela diz respeito ao real inapreensível e ao sujeito do inconsciente que, como vimos, é aquele que considera a castração enquanto limite do saber. É desse saber “não-todo” constituído pelo inconsciente que a psicanálise parte (GUERRA, 2007).

- A psicanálise, porém, opera com a realidade sempre a partir de sua definição de realidade psíquica. Na medida em que parte da constituição da realidade como efeito da apreensão que o sujeito, determinado pelo inconsciente, faz dela, rompe com a dualidade externo-interno e objetivo-subjetivo. Como consequência, nos adverte que o acesso ao fenômeno estudado, ao fato empiricamente encontrado, se faz a partir dessa mediação simbólica, introduzindo a interpretação do sujeito no fato. Nesse sentido, não se demonstra, afirma ou refuta o fato do inconsciente em si mesmo, mas antes a construção erigida em torno dele como já defendia Freud (1937/1976). Há, portanto, uma dimensão contingente intrínseca à sua produção científica.

- A psicanálise, assim, se apresenta enquanto saber específico, ainda que incompleto, partindo em sua formulação do que a orienta na clínica: a castração enquanto impossibilidade real de simbolização. É exatamente nessa interseção da clínica com a ciência que a pesquisa e a produção

científica podem caminhar.

- O campo de pesquisa da psicanálise é, pois, o campo do inconsciente – o que inclui, inarredavelmente o sujeito. E o estilo de sua produção científica é a abertura à contingência do encontro com o real a que cada pesquisa pode conduzir.

- O que se presentifica enquanto obstáculo ou resistência ao sentido e ao saber revelam o ponto em que a repetição se manifesta, implicando o pesquisador de maneira não neutra. Da escolha de seu tema à escrita que o alinhava, o pesquisador funda um registro que recolhe o real aí em jogo. E, especificamente da escrita psicanalítica no campo científico, dá-se a transmissão possível desse resto real que ganha um tratamento novo.

- O psicanalista investigador, assim, confere um novo tratamento à repetição, produzindo como efeito um novo produto ou uma nova questão que fazem seu campo avançar para além da clínica *strictu sensu*.

- Há, pois, uma disjunção entre ciência e psicanálise na universidade. Enquanto a primeira visa à generalização e à universalização, a segunda conta com a contingência e com a exceção, que se revelam enquanto determinação do inconsciente, presente nos fenômenos que se desdobram para investigação.

- Enfim, partindo da clínica, mas operando na qualidade de método na universidade, a psicanálise inclui, portanto, em seu interior uma dimensão real inapreensível e irreduzível ao saber científico. Está dentro e fora do campo científico ao mesmo tempo – tal qual seu objeto, o inconsciente, topologicamente localizado na banda de Moebius.

Vemos, assim, como a psicanálise nos revela caminhos de questionamento acerca do ideal cientificista de racionalidade, neutralidade e legitimidade. Ela nos ensina a arte da suspeita e nos inspira o cuidado metodológico e cauteloso acerca dos limites da produção de uma “verdade” científica, posto que ela será sempre remetida àquilo que causa o sujeito e seu universo investigados. Convida o homem, enquanto sujeito – e, ao mesmo tempo, enquanto objeto que sofre a incidência desses saberes sobre ele próprio –, a responsabilizar-se pela produção científica

que realiza e pelos efeitos de sua inserção e aplicação no mundo.

Há, pois, uma aposta ética e política na pesquisa psicanalítica na medida em que esta contribui para a incidência da psicanálise no laço social contemporâneo, opondo-se à forclusão da castração. A psicanálise não nega o resto, o limite ou o obstáculo ao saber. E, nesse ponto, ela se reencontra com a ciência lembrando-lhe que seus ideais não passam de utopias, mas reafirmando, ao lado dela, que é sempre possível construir um novo saber acerca de sua verdade. Ainda que ela seja sempre não toda apreendida, como nos lembra o poeta: “A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim não era possível atingir toda a verdade, porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil de meia verdade. E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil. E os meios perfis não coincidiam [...] E carecia optar. Cada um optou conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia” (DRUMOND, 2002, p. 47).

Referências

- ANDRADE, C. D. de. Verdade. In: _____. *Corpo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.
- ELIA, L. Psicanálise: clínica & pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (org.). *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000, p. 19-35.
- FIGUEIREDO, A. C. de. Introdução. In: FIGUEIREDO, A. C. *et al.* *Psicanálise: pesquisa e clínica*. Rio de Janeiro, IPUB/CUCA, 2001, p. 07-10.
- FREUD, S. (1912) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 3. ed., v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 145-159.
- _____. (1917) Uma dificuldade no caminho da Psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 3. ed., v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 171-183.
- _____. (1933) A questão de uma *Weltanschauung*. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 3. ed., v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 193-220.
- _____. (1923) Dois verbetes de enciclopédia. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 3. ed., v. XVIII Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 287-314.
- _____. (1937) Construções em análise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 3. ed., v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 291-308.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GUERRA, A. M. C. *A estabilização psicótica na perspectiva borromeana: criação e suplência*. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LACAN, J. (1965) A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 869-892.

_____. (1964) *O Seminário, livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1958) Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 749-775.

PINTO, J. M. Resistência do texto: o método psicanalítico entre a literalização e a contingência. *Ágora*, v. 6, n.1, Rio de Janeiro, janeiro-junho, 2001, p. 77-84.

SAURET, M. J. A pesquisa em psicanálise. *Psicologia*, São Paulo, 2003, 14 (3), p. 89-104.

Pesquisa em psicanálise na pós-graduação: diferentes possibilidades

Jacqueline de Oliveira Moreira

Docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); doutora em Psicologia Clínica pela PUC-São Paulo; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de trabalho Dispositivos Clínicos em Saúde Mental (ANPEPP); professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-MG.

jackdrawin@yahoo.com.br

Freud (1923-22/1987), em sua célebre definição do verbete “psicanálise”, revela que esta é, simultaneamente, (1) um procedimento para a investigação de processos mentais inconscientes, inacessíveis a outras formas de pesquisa, (2) um procedimento terapêutico e (3) um conjunto de conhecimentos em contínua expansão e reformulação sobre seu objeto. A terceira definição coloca-nos a tarefa de manter aceso o desejo da pesquisa em psicanálise. Porém, não encontramos uma advertência freudiana que limite a ação da pesquisa apenas a casos clínicos. A pesquisa que alimenta a expansão e as reformulações conceituais pode resultar de leituras de fenômenos a partir da ótica dos conceitos psicanalíticos. O próprio Freud (1921/1987) pesquisa fenômenos sociais a partir da teoria psicanalítica.

Freud (1919-18/1988), na conclusão do texto em que reflete sobre o ensino da psicanálise nas universidades, revela que nesse ensino não podemos falar de uma formação propriamente dita em psicanálise, mas é suficiente que o aluno aprenda algo sobre e a partir da psicanálise.

Nesse sentido, podemos observar a abertura freudiana em relação às possibilidades de encontro com o saber psicanalítico. A teoria da psicanálise não é uma exclusividade dos psicanalistas. Podemos pensar que seria possível realizar uma pesquisa em psicanálise, ou seja, fundamentar-se em conceitos dessa teoria para produzir uma reflexão sobre algum fenômeno, sem, necessariamente, ser psicanalista. Na verdade, a psicanálise ultrapassou os limites da graduação em medicina e aparece em programas de mestrado e doutorado de outras áreas. Nesse campo, o alvo principal é a pesquisa. A relação entre psicanálise e universidade, no que se refere à pesquisa, é tão profícua que Monte (2002) produziu um trabalho buscando resgatar a história da pesquisa em psicanálise nas universidades brasileiras. O autor concluiu que “na pós-graduação a psicanálise precisa circunscrever de forma mais precisa seu espaço acadêmico” para assegurar seu lugar na pesquisa acadêmica e possibilitar a comunicação com outros saberes. (MONTE, 2002, p. 80)

Algumas reflexões foram feitas sobre a pesquisa em psicanálise na universidade. É importante ressaltar a diferenciação apresentada por alguns pesquisadores entre pesquisa psicanalítica e pesquisa em psicanálise (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006). A pesquisa psicanalítica é, como revela Freud, a prática da psicanálise que se assenta sobre procedimentos investigativos dos processos mentais inconscientes, ou seja, cada analista é um pesquisador da psique humana. Porém é importante ressaltar que, como anuncia Herrmann (2004), o método de investigação da psicanálise é a interpretação psicanalítica. E a pesquisa em psicanálise pode ser definida, em um sentido amplo, como “um conjunto de atividades voltadas para a produção de conhecimento que podem manter com a psicanálise propriamente dita relações muito diferentes” (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006, p. 258).

No mundo da pós-graduação das ciências “psi”, é muito comum encontrarmos dissertações e teses que exemplificam diferentes modalidades de pesquisa em psicanálise. Estas podem ser teóricas, contemplando a articulação entre conceitos no interior dos textos psicanalíticos, estudo

de caso, construção de caso clínico, ou se fundamentando em conceitos da psicanálise para pensar fenômenos sociais e outros tipos. Podemos citar, a título de exemplo, a dissertação do graduado em direito Domingos Barroso Costa, publicada como “A crise do supereu e o caráter criminógeno da sociedade de consumo” (2009). Como bacharel em direito que se interessa pela área criminal, Costa se inquietou com o aumento de crimes que visam o lucro rápido e supostamente fácil, tais como o furto, o roubo, o latrocínio, o tráfico e o que generalizadamente se define por corrupção. Assim, na pós-graduação de psicologia, ele buscou elementos que possibilitam alguma compreensão para esse padrão de comportamento. O conceito freudiano de supereu, articulado com reflexões sobre a sociedade de consumo, ofereceu alguns argumentos para entender o aumento desse tipo de crime. Essa pesquisa em psicanálise não foi realizada por um psicanalista e não trabalhou com caso clínico, mas permitiu a expansão da psicanálise.

Assim, concordamos com Pinto (1999) ao afirmar que a universidade deve assumir a função de legitimar a vocação científica da psicanálise. O autor apresenta diferentes possibilidades de encontro entre a ação da pesquisa e o campo da psicanálise, evidente que a primeira forma de encontro se refere à pesquisa do inconsciente no processo transferencial. É possível pensar em uma pesquisa empírica que utiliza o referencial da psicanálise. Segundo Pinto (1999), nesse caso, o trabalho parte do método comum de fazer pesquisa científica, utilizando-se a escuta para detectar a presença do inconsciente na fala (PINTO, 1999). Dessa forma, mantém-se o método clínico, mas não objetiva-se a intervenção; podemos buscar os dados, por exemplo, por meio de entrevistas ou depoimentos. Outra possibilidade é teorizar sobre dados escutados. Estes, que funcionam como objetos de estudo, podem ser a própria teoria, a realidade social, obras literárias e outros fenômenos. A dissertação de Carlos José da Silva Santa Clara (2008) representa um exemplo de pesquisa que visa teorizar sobre a própria teoria, na medida em que tenta pensar a economia da melancolia na psicanálise freudiana. A dissertação representa um estudo teórico sobre temas

relacionados à melancolia no texto freudiano, com base na discussão de algumas problemáticas levantadas: economia da dor, campo do outro, narcisismo e pulsão de morte presente no supereu.

A pesquisa de campo, que colhe dados em entrevistas ou em fragmentos de casos clínicos, coloca uma variável a mais: a relação entre o sujeito pesquisado e o pesquisador. Segundo Iribarry (2003), o estudo de caso aparece nas Ciências Humanas como uma metodologia alternativa para o estabelecimento do caso na pesquisa psicanalítica. O autor revela que os procedimentos para coleta de dados podem ser variados, mas o importante é escutar a partir das lacunas as manifestações do inconsciente.

Os procedimentos para coleta de dados podem ser realizados através de entrevistas gravadas em áudio e/ou vídeo. Também fragmentos ou versões integrais de sessões clínicas transcritas podem ser dados para uma pesquisa psicanalítica. Histórias clínicas, biografias e autobiografias literárias, bem como obras de arte (cinema, pintura, fotografia, escultura, literatura, etc.) podem servir ao pesquisador psicanalítico. A coleta pode ainda utilizar-se de material clínico propriamente dito. [...] O mais importante é que o pesquisador transforme sempre seu dado em texto. Além disso, há o diário metapsicológico de campo. Uma proposta para iniciar a produção escrita da pesquisa já em sua chegada ao campo (IRIBARRY, 2003, não paginado).

No entanto, é muito importante diferenciar o estudo de caso da construção de caso clínico. O estudo de caso, que enfoca o olhar das ciências “psi”, procura descrever um fato individual ou coletivo por meio da história do sujeito ou do grupo. E a construção do caso clínico se sustenta em fragmentos de sessões. Porém, nos dois casos, o pesquisador, fundamentado na psicanálise, oferece um tratamento metapsicológico para a realidade estudada. Podemos citar a pesquisa de Ângela Buciano do Rosário (2008), que pretendeu uma reflexão sobre o modo de subjetivação do adolescente autor de ato infracional. A pesquisadora construiu sua pergunta na condição de funcionária de uma instituição onde adolescentes autores

de ato infracional são levados para cumprir medida socioeducativa privativa de liberdade. Ela tomou sua experiência com os adolescentes como um estudo de caso, que, como metodologia de pesquisa, não representa uma técnica de obtenção de dados, mas um modo de organizá-los, preservando o caráter unitário do objeto estudado (GOODE, 1976). Enquanto que a pesquisa de Fernanda Eleonora Miranda (2005), que estudou as consequências psíquicas da infertilidade feminina na feminilidade de uma mulher, é um exemplo de construção de caso clínico.

Para Nasio (2001), na “construção de caso clínico” o termo “caso” denota o interesse singular que o analista dedica a um cliente com o objetivo de produzir a expansão do conhecimento. O estudo de um caso em psicanálise se faz por meio do relato de uma experiência única que fala de um encontro entre paciente e terapeuta e que possa respaldar um progresso teórico. Esse autor defende a ideia de que o caso transmite a psicanálise através da imagem e que o conceito teórico ganha corpo por meio de uma história clínica. Para Nasio, o caso é uma ficção, já que “o relato de um encontro clínico nunca é o reflexo fiel de um fato concreto, mas sua reconstituição fictícia” (NASIO, 2001, p. 17). Para ele, o caso é o relato criado por um clínico que o rememora através do filtro de sua vivência. Essa afirmação é muito importante para se considerar no Comitê de Ética, pois na construção de um caso clínico está em questão a escuta do analista e, não, o relato fiel da história do cliente. O interesse se inscreve exatamente nas lacunas da história e na sua articulação com o saber psicanalítico. É provável que o cliente não se reconheça ao ler o “romance” da construção de caso.

Porém, as dificuldades da pesquisa em psicanálise ou psicanalítica são inerentes ao campo do inconsciente, pois a resistência é condição de possibilidade da pesquisa. Assim, como revela Caon (1994), o que singulariza o pesquisador psicanalítico é, sobretudo, o campo de estudo, o inconsciente.

A característica essencial que singulariza o pesquisador psicanalítico é o campo, o objeto e o método de sua pesquisa. Este campo é o inconsciente. O objeto é o enfoque ou perspectiva a par-

tir de uma posição em que é colocado o pesquisador psicanalítico, a fim de aceder ao inconsciente. O método é o procedimento pelo qual ele se movimenta pelas vias ou perspectivas de acesso ao inconsciente (CAON, 1994, p. 23).

O pesquisador em psicanálise não pode ceder, abrir mão de seu lugar de suspeitar, questionar àquilo que aparece. Ele deve estar atento à lógica do inconsciente, não pode perder o horizonte da verdade da castração, precisa compreender os movimentos da significação *a posteriori* e ser crítico de uma proposta que busca uma visão de mundo totalizada.

É importante salientar que o caminho para produção de conhecimento inaugurado na modernidade se assenta em um tipo específico de racionalidade. O método científico moderno buscava uma forma segura e confiável de produzir conhecimentos verdadeiros. É preciso entender que esse desejo surge após a crise epistemológica colocada pela Revolução Copernicana. A passagem da Era Clássica para a Moderna é marcada pela perspectiva revolucionária. A revolução científica ou Copernicana inaugura um novo modo de pensar. Na medida em que ocorre um descentramento do universo, conseqüentemente assistiremos a um movimento de colocar o homem no centro do conhecimento. O homem, ser finito que é, encontra-se nesse recanto do universo sem saber para onde ir. Pascal (1670) descreve de maneira brilhante a condição do homem moderno:

vendo a cegueira e a miséria do homem, observando todo o universo mudo, e o homem sem luz, abandonado a si mesmo, e como que perdido neste recanto do universo, sem saber quem o pôs aqui, o que veio aqui fazer, o que tornará ao morrer e incapaz de qualquer conhecimento, eu principio a ter medo como um homem que tivesse sido levado dormindo para uma ilha deserta e medonha e fosse despertado sem saber onde se acha e sem meios de escapar (PASCAL, 1670, p. 213).

Assim, o descentramento astronômico anuncia, de um lado, um descentramento antropológico por meio da ideia de espaço infinito: quem é o homem nessa imensidão do universo? De outro, teremos um

descentramento epistemológico, consequência da descoberta do heliocentrismo: se o homem errou ao pensar que a terra era o centro do universo, o que mais está errado? Diante da vivência de ruptura e de dissolução da ordem, o homem tenta reorganizar, reinstaurar um pólo ordenador. Nesse contexto, surge a proposta positivista como uma metodologia rígida para a produção científica. É necessário concentrar-se na observação sistemática, no controle, na mensuração, na capacidade de repetição e na generalização das conclusões. A proposta freudiana opera uma subversão nessa lógica de produzir conhecimento. A descoberta do conceito de inconsciente revela que algo escapa à racionalidade técnica e a verdade do sujeito não se encontra na consciência.

Assim, o pesquisador psicanalítico não privilegia a observação, mas trabalha com a escuta, sobretudo daquilo que falha, onde desliza a verdade escondida. Porém, essa escuta precisa obedecer à lógica da castração, ou seja, é preciso reconhecer os limites e não cair na tentação narcísica e megalomaniaca de achar que a verdade da psicanálise é superior. Não menos importante é o respeito à ideia do movimento de significação a *posteriori*, ou seja, não existe uma verdade pronta, é preciso saber que as conclusões são construção que se revelam no depois. Sendo que essas conclusões são provisórias e se movimentam com o tempo. Reconhecer o modo de funcionamento do inconsciente não libera o pesquisador de apresentar suas conclusões sempre parciais para a comunidade científica. É nesse ponto que devemos ter cuidado para não reproduzir um discurso hermético, pois é no diálogo que podemos crescer e contribuir para os avanços científicos. Assim, as possibilidades de encontro entre a psicanálise e a universidade são inúmeras e podem se situar no campo da pesquisa científica e seus desdobramentos, onde a psicanálise avança e dialoga com outros saberes.

Referências

CAON, J. L. O pesquisador psicanalítico e a situação psicanalítica de pesquisa. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, 7(2), 1994. p. 145-174.

COSTA, D. B. *A crise do supereu e o caráter criminógeno da sociedade de consumo*. Paraná: Juruá, 2009.

FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, 39(70), p. 257-278, jun. 2006.

FREUD, S. (1919-18). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: _____. *Coleção standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, v. XVII.

_____. (1923-22). Dois verbetes em psicanálise. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo, análise do eu e outros trabalhos. In: _____. *Coleção standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XVIII.

_____. (1921). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Além do princípio de prazer, psicologia de grupo, análise do eu e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1987, v. XVIII, p.76-152. Coleção *Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*.

GOODE, W. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Saraiva, 1976.

HERRMANN, F. Pesquisando com o método psicanalítico. In: HERRMANN, F.; LOWENKRON, T. (Org.). *Pesquisando com o método psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 43-83.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan. 2010.

MIRANDA, F. E. *A infertilidade feminina na pós-modernidade e seus reflexos na subjetividade de uma mulher*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MONTE, J. B. *Considerações metodológicas sobre a pesquisa em psicanálise na universidade*. 2002. 90f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NASIO, J.-D. O que é um caso? In: _____. *Os grandes casos de psicose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PASCAL, B. (1670) Pensamento 72. In: _____. *Pensamentos*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Pensadores)

PINTO, J. M. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 12, n. 3, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jan. 2010.

ROSÁRIO, A. B. *Ato infracional e reconhecimento: vicissitudes do adolescente no contato com o outro*. 2008. 90f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTA CLARA, C. J. S. *O problema econômico dos estados depressivos: uma leitura metapsicológica para a melancolia*. 2008. 145f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia,
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A psicanálise na universidade e sua relação com as instituições formadoras

Fuad Kyrillos Neto

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); pesquisador visitante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Minas Gerais; membro do Laboratório de Teoria Social Filosofia e Psicanálise (Latesfip) da Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

fuadneto@uol.com.br

Freud (1919/1996) no texto “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades” diz o seguinte:

a inclusão da psicanálise no currículo universitário seria sem dúvida olhada com satisfação por todo psicanalista. Ao mesmo tempo, claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo. Porque o que ela necessita, em matéria de teoria, pode ser obtido na literatura especializada e, avançando ainda mais, nos encontros científicos das sociedades psicanalíticas, bem como no contato pessoal com os membros mais experimentados dessas sociedades. No que diz respeito à experiência prática, além do que adquire com sua própria análise pessoal, pode consegui-la ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que consiga supervisão e orientação de psicanalistas reconhecidos (FREUD 1919/1996, p. 187).

Essa passagem do texto enuncia o conhecido tripé presente na formação de analistas. Qual seja: análise pessoal, supervisão e estudo da

teoria psicanalítica. Posteriormente, no mesmo texto, Freud afirma que a universidade só pode se beneficiar com a presença da psicanálise em seu estudo.

Entendemos que ao considerar que para a transmissão da psicanálise é prescindível a aproximação com o meio acadêmico, Freud abre uma brecha para discutirmos a relevância do intercâmbio da psicanálise na universidade.

Ofereceremos duas posições distintas sobre o assunto. Souza (2001) apresenta um entusiasmo pela transmissão da psicanálise na universidade e considera que nos últimos anos aconteceu um significativo aumento da presença da psicanálise na universidade. Esta presença se faz nos currículos da graduação em Psicologia, nos programas de pós-graduação em linhas de pesquisa ou em programas exclusivamente dedicados à teoria psicanalítica.

No ponto de vista de Souza (2001), a presença da psicanálise na universidade é importante, pois propicia a possibilidade de estudo da teoria psicanalítica a não psicanalistas e permite o confronto desta com as outras modalidades do saber.

Um ponto importante a ser considerado é a relação das instituições psicanalíticas lacanianas com a universidade. Tais instituições tiveram um importante papel de oposição ao dogmatismo da *International Psychoanalytical Association* (IPA), propiciando a renovação do ensino da psicanálise e possibilitando a formação em psicanálise para um número muito maior de pessoas.

Uma realidade se impõe para nós. Cada vez mais alunos da graduação em Psicologia e profissionais da psicanálise prosseguem seus estudos, através de mestrados e doutorados, e complementam sua formação com supervisões e grupos de estudos informais.

Esse fato merece atenção, pois, no nosso entendimento, ele pode gerar um conflito entre a instituição psicanalítica e a universidade. Da posição de quem busca a formação, existem ganhos distintos em cada uma dessas instituições importantes para sua formação. Do ponto de vista da

instituição psicanalítica, podemos pensar em certo desconforto com seus candidatos complementando a formação na universidade ou em algum programa de pós-graduação.

Albuquerque (1978) nos aponta que há uma polêmica constituída entre os que querem pactuar com a psicanálise para questionar a ordem institucional e aqueles que temem intensamente ver o domínio analítico conspurcado pela crítica sociológica e institucional. Todo esse debate converge para um ponto sintomático qual seja: essa luta toma o objeto (instituição) por teoria. Estamos falando da possibilidade de fazer intervenções teóricas no domínio institucional.

Qualquer forma de intervenção na prática do outro só pode ser ideológica, porque implica uma tomada de posição política. Com relação à psicanálise temos uma divisão de posições: para uns a instituição psicanalítica contemporânea trai a herança freudiana, para outros a prática da psicanálise é necessariamente anti-ideológica e anti-institucional.

Essas considerações nos fazem construir a ilação que, no conflito com as universidades, as instituições formadoras de psicanalistas adotam a estratégia de ocupar com seus integrantes os espaços institucionais no interior das universidades. Essa tática tem o objetivo de obter total ascendência sobre a transmissão da doutrina em um solo que tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade entre os estudiosos da psicanálise.

Sabemos que na prática científica, as presenças das ideologias teóricas são inevitáveis. Albuquerque (1978) nos lembra que todo conhecimento científico nada mais é que um arranjo particular de efeitos ideológicos de reconhecimento e de desconhecimento. Esse autor nos faz uma importante observação: “[...] quando uma prática científica se articula a uma prática institucional específica, à ideologia teórica se agrega uma ideologia prática, à ideologia teórica: a ideologia daquela instituição particular (ALBUQUERQUE, 1978, p. 99).

Tais afirmações nos remetem a que Pinto (1999) denominou “efeitos tóxicos do saber”, Safra (2001) designou como “relação transferencial com as instituições formadoras de difícil resolução” e que nos serão

apresentadas posteriormente. Adiantaremos o ponto nodal de nossa reflexão, qual seja: se a aproximação da psicanálise com a universidade pode ser profícua devido ao contato com outros saberes - o constante exercício da preocupação com a coerência interna da teoria - como se dá esse contato quando ele é atravessado por uma preocupação ideológica de manutenção do monopólio de certa forma de transmissão da psicanálise?

Acreditamos que essa questão perpassa as duas posições apresentadas a seguir. Ela se faz presente tanto no ensino de graduação, no qual a transmissão na forma de aulas acontece com maior intensidade, como na pós-graduação, nas quais as pesquisas, muitas vezes, devem se ajustar aos pressupostos advogados por determinados autores.

Sobre esse aspecto, em um texto que demonstra preocupação com a timidez com que os jovens pesquisadores brasileiros abordam seus temas, Ribeiro (2003) atribui parte da responsabilidade à forma com que esses pesquisadores se relacionam com os autores. Ao afirmar que não há pior inimigo que a terra firme, o autor aponta o esvaziamento do pensar causado pela relação dos pesquisadores com a bibliografia. Tal relação deve ser de ajuda e não de muletas, caso contrário a subserviência ao autor/autoridade terá como consequência a não exposição do autor ao seu objeto, com a inevitável falta de inovação da pesquisa.

Souza (2001) defende uma maior vinculação entre prática e ensino na universidade. O autor critica a impossibilidade de supervisão clínica na universidade, nas pesquisas de mestrado e doutorado. Ele propõe a participação de docentes dos programas em conjunto com alunos em serviços de atendimento psicológico ou em outras modalidades de serviço.

Outro ganho que Souza aponta na presença da psicanálise na universidade é o contato com a tradição acadêmica construída em torno da preocupação com a explicitação da coerência interna da teoria e com o tratamento crítico dos saberes. Ou seja, é com o espírito crítico e com a exigência de coerência que o analista deve se confrontar na universidade. Notemos que não estamos falando de miscigenação de teorias, uma convivência alegre e harmônica entre as diversas vertentes teóricas.

Outro ponto de uma possível aproximação da psicanálise com a universidade que Souza aponta é a forma dos trabalhos de conclusão de curso. O pesquisador defende uma maleabilidade da universidade com relação aos trabalhos acadêmicos, apontando que os trabalhos no formato de tese e dissertações dificultam a produção de conhecimento a partir da clínica.

Tal posição é conflitante com as reflexões de Maurano (2007). Parece-nos que essa autora se mostra mais cética com relação ao desenvolvimento da pesquisa, ao afirmar que “o compromisso da ciência não é propriamente com a verdade, e sim com a ambição de apreender o real” (2007, p. 210). Assim, ainda na concepção de Maurano, o desenvolvimento científico culmina na objetificação da ciência, no sentido da produção de *gadgets* que adquirem tamanha importância na vida contemporânea, que atraíram para si valores que eram dispensados a outras ideias. A reflexão de Maurano aponta que os objetos produzidos pela ciência assumiriam a posição de “objeto a” para a psicanálise e substituiriam a falta a ser.

A posição dessa autora nos conduz ao entendimento de que a universidade possui uma distância da transmissão da psicanálise, pois nela o saber referencial é colocado como agente da produção de profissionais. O saber teórico pode ser ensinado como os demais, isto é, contando com o discurso universitário, que tem como objetivo produzir sujeitos mestres naquele saber sobre o objeto. A transmissão se faz aí na esfera coletiva.

Pinto (1999) nos aponta o risco dessa forma de transmissão ao lembrar que o professor se coloca como a encarnação do sujeito suposto saber. Dessa forma, o campo fica propício para a persuasão, a idealização emanada pelo líder, o que certamente fere os princípios éticos da psicanálise.

Porém, as relações da psicanálise com a universidade também podem ser profícuas. Nossa afirmação, em princípio, pode contrastar com a posição de Lacan que anunciava: “é raríssimo que uma coisa feita na Universidade possa ter consequências, uma vez que a Universidade é para que o pensamento nunca venha a ter consequências” (LACAN, 1967-68/2006, p. 35).

Garcia (1995), ao comentar as relações entre psicanálise e universidade, auxilia-nos a entender a afirmação lacaniana. Ele nos lembra que Platão assumiu a tarefa de registrar o ensino de Sócrates nos famosos diálogos. Platão assumiria o lugar de professor ao aceitar transmitir a verdade contida nas intervenções de Sócrates. Uma ilustração do século XIII, com uma dose de irreverência, inverte a situação ao apresentar a figura de Platão, dedo em riste (didático), postado nas costas de Sócrates, ditando o que Sócrates deveria escrever.

Consideramos que a universidade, na condição de instituição que transmite conceitos, reforça a premissa de que a psicanálise tem uma relação de dependência com o discurso da ciência. Em sua vertente científica, ela se apóia em um objeto e em uma estrutura teórica, mas suas finalidades extrapolam os limites da ciência. Por pretender a diversidade, a universidade ainda pode ser um antídoto para o discurso do mestre presente em algumas instituições de transmissão da psicanálise.

Essas indagações nos aproximam da problemática que Pinto (1999) denominou “efeitos tóxicos do saber” e Safra (2001), “relação transferencial com as instituições formadoras de difícil resolução”. Estamos falando da posição ocupada por aquele que transmite conceitos que devem ser incorporados por todos, aquele que detém o ensino. Ou seja, as instituições formadoras da psicanálise têm a expectativa de que seus membros demonstrem aprendizagem de conceitos da teoria psicanalítica.

A universidade, por sua vez, adota um modelo de fazer ciência que privilegia a organicidade e coerência interna que apontam o rigor de seus autores. Pinto (1999) nos fornece uma importante indicação ao lembrar que a universidade privilegia o saber que está ligado por uma coerência e por relações entre os significantes que comportam certa estabilidade. Já a situação analítica se interessa pelo ato falho, pelo equívoco, pela impossibilidade de dizer alguma coisa, pela perda inerente ao próprio procedimento. Um saber consistente se apoia em mais organizadores. E o discurso do analista é sobre a falta, sobre a castração, sobre aquilo que não se deixa apreender.

A universidade não pode se dar por satisfeita com a repetição da doutrina. E, nesse aspecto, nos aproximamos do que consideramos uma das riquezas da universidade na transmissão da psicanálise: ela pode estar em uma posição mais privilegiada que as demais instituições na luta contra os efeitos “tóxicos” do saber. Entendemos como efeitos “tóxicos” do saber a repetição da teoria descolada de uma reflexão sobre seus efeitos e sua interface com as questões da sociedade contemporânea.

Entendemos que Lacan, ao mencionar um momento de crise e cisão que viveu a psicanálise na França, em 1953, faz uma referência aos riscos da repetição indiscriminada da teoria no ensino da psicanálise:

pode-se falar da psicanálise desse jeito, ora essa, e é bem fácil constatar que se fala dela desse jeito. Pouco menos fácil é falar dela todos os sete dias da semana impondo-se efetivamente como disciplina nunca repetir a mesma coisa, não dizer o que já é corriqueiro, embora o que já seja corriqueiro não seja absolutamente dispensável a se conhecer. Mas quando o corriqueiro parece deixar um pouco a desejar, parece pecar pela base, então isso tem consequência bem diferente (LACAN, 1967-68/2006, p. 14).

Safra (2001) aponta o que considera um problema para a pesquisa em psicanálise. As instituições formadoras esperam que seus membros demonstrem alguma aprendizagem. Nas instituições formadoras, produzem-se trabalhos demonstrando que o autor aprendeu um grupo de conceitos e que possui domínio de determinada técnica clínica. Dessa forma, nesses trabalhos, devolve-se para a instituição o que foi ensinado ao futuro psicanalista.

Albuquerque (1978) considera que as instituições psicanalíticas são um conjunto de práticas reconhecidas como analíticas por uma forma social (uma “instituição”). Esta, por sua vez, é reconhecida por outras formas sociais no seu poder de reconhecer a prática analítica.

Sabemos que na história do ocidente, o trabalhador independente só se conduz como proprietário das condições naturais de trabalho quando

é admitido a algum tipo de organização ou corporação. A psicanálise em sua prática e teoria se peculiariza por uma forte cisão no campo das instituições que não se caracterizam pelo interesse de reconhecimento de uma instituição maior, senão por uma rivalidade entre si.

Tal competição se apresenta, em alguns casos, por questões teóricas. Porém, seu resultado final é que a produção e a reprodução da prática analítica passam a depender de instituições que competem entre si.

Esse fato, quando apreciado pelo contexto da disputa de espaços entre instituições, nos permite inferir valor estratégico ao que chamamos de assimilação e repetição da teoria.

Estamos falando do controle dos meios e objetos de trabalho com vistas à credibilidade da comunidade científica ou do controle de acesso aos instrumentos de trabalho por uma instituição concreta. O ponto dessa articulação que estamos fazendo é a transferência de legitimidade nessa disputa pela posse das condições de reprodução da teoria.

Safra (2001) aponta o problema como obturação da identidade do analista pelo viés de uma relação transferencial com as instituições formadoras, de difícil resolução. Porém, a perspectiva da pesquisa em psicanálise exige que o psicanalista investigue para além do conhecido, produzindo um trabalho que exponha sua autoria e seu pensamento. A academia possibilita ao analista superar a transferência com sua instituição de origem. Consideramos que a função de pesquisador (investigador) é inerente ao trabalho do psicanalista.

Pinto (1999) considera que a pesquisa em psicanálise envolve dois momentos. O primeiro é o da pesquisa na situação clínica, que não se trata de uma verdade contida no inconsciente do analisando ou no saber do analista. Analista e analisando são produtores e pesquisadores dessa verdade. A pesquisa empírica com referencial psicanalítico pode ser considerada uma variante desse primeiro momento. Como método, utiliza-se a escuta para detectar a presença do inconsciente na fala. Essa verdade permite fazer uma teoria universal e, concomitantemente, demonstrar como cada um pode fazê-la fracassar.

O segundo momento caracteriza-se pela tentativa de teorizar sobre os dados escutados ou sobre a construção da própria teoria. É o analista-pesquisador que será colocado em transferência, movido pelas lacunas. E o texto funciona como um analista para que o pesquisador se defronte com suas resistências em ouvir os relatos. O texto instiga o pesquisador a fazer perguntas, e nelas estão contidas as verdades.

Consideramos que tanto a pesquisa quanto a clínica psicanalítica são produtoras de experiência constituinte de narrativas de realidade psíquica. A forma de trabalho do profissional é inseparável do fato clínico produzido.

Dessa forma, gostaríamos de marcar nossa posição - o psicanalista na universidade deve fazer valer o desafio que essa instituição lhe faz: produzir conhecimento a partir da coerência interna da teoria e com postura crítica das áreas de conhecimento. Para isso, consideramos que a universidade, na atualidade, pode apresentar outro ganho aos psicanalistas que se dispõe a questionar seus laços corporativos e buscar a legitimidade de sua autoria.

Referências

- ALBUQUERQUE, J.A.G. Psicanálise e instituição. In: _____. *Metáforas da desordem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 97-115.
- FREUD, S. (1919-18) Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v.17. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GARCIA, C. A psicanálise e a universidade. In: _____. *Psicanálise, política e lógica*. São Paulo: Escuta, 1995.
- LACAN, J. (1967-68) *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MAURANO, D. Um estranho no ninho ou a psicanálise na universidade. In: JORGE, M.A.C (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007.
- MEZAN, R. *Psicanálise e pós-graduação*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- RIBEIRO, R.J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firma: sobre o mau uso da bibliografia nas teses em ciências sociais. In: _____. *A universidade e a vida atual: Felini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.124-131.
- PINTO, J. M. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicologia Reflexão Crítica*, São Paulo, v. 12, n. 3, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 maio 2009.

SAFRA, G. Investigação em psicanálise na universidade. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 171-175, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200014 &lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200014&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 13 maio 2009.

SOUZA, O. Psicanálise e universidade: ensino. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, p.177-188, 2001.

O espaço do singular no universal: a psicanálise na universidade

Maria Luisa de Vilhena Lana Peixoto

marialuisa.vlp1@gmail.com

Rosa Abaliac Azevedo

rosaabaliac@hotmail.com

Graduandas em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

A experiência de estudo do saber psicanalítico no interior de uma Instituição Universitária oferece desafios, pois aponta para as possibilidades e impossibilidades do encontro entre psicanálise e universidade. Esta enquanto uma instituição de ensino, pesquisa e extensão permite a transmissão de diversos saberes, dentre eles a psicanálise, que além de ser transmitida nas instituições psicanalíticas se faz presente nas universidades. Este artigo apresenta nossa primeira reflexão sobre o lugar da psicanálise no ensino universitário. Nosso olhar se situa no espaço de um aluno da graduação e de colaboradores de uma pesquisa que tenta pensar a entrada da psicanálise nas pesquisas de mestrado de universidades mineiras. Assim, as reflexões apresentadas neste texto se circunscrevem dentro desses limites.

Participamos no ano de 2009 da pesquisa “Formas e efeitos de circulação do discurso psicanalítico em pesquisas de mestrados em Minas Gerais” coordenada pelos professores doutores Fuad Kyrillos Neto e Jacqueline de Oliveira Moreira e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Dessa for-

ma, começaremos por situar brevemente a pesquisa, seus objetivos e metodologia para discutirmos a relevância de uma experiência como esta para alunos de graduação.

Os objetivos da pesquisa citada acima foram: identificar e analisar as estruturas discursivas - tais como formuladas por Lacan - nas dissertações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Minas Gerais e elaborar uma proposta que abarque as possíveis conexões entre o campo da psicanálise e o da política com o intuito de contribuir para uma reflexão que viabilize o discurso analítico dentro das instituições. A pesquisa mesclou métodos quantitativos e qualitativos. Para o primeiro, selecionamos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Minas Gerais, as dissertações defendidas nos anos de 2007 e 2008 e que tinham como tema psicanálise e sociedade. Posteriormente, analisamos em quais discursos da teoria lacaniana essas pesquisas foram escritas e através de um tratamento estatístico dos dados, verificamos que há um predomínio do discurso universitário (63,6% do total). Encontramos em 9,1% das dissertações a estrutura discursiva do mestre e em outros 9,1%, a da histórica. Em contrapartida, em 18,2% das produções, apesar das várias discussões no grupo, não conseguimos verificar a modalidade do discurso em que foram escritas.

No que tange ao método qualitativo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos e periódicos, utilizando como palavras-chave: psicanálise, pesquisa em psicanálise, teoria dos discursos, universidade, ensino e transmissão. O intuito era estudar a relevância deste tema e as atuais discussões sobre a prática da psicanálise nas universidades. Constatamos que o espaço da universidade além de oferece aos psicanalistas a possibilidade de superar o que Safra (2001) chamou de transferências, propicia aos profissionais um novo modo de intervenção psicanalítica. A participação nessa pesquisa nos suscitou alguns questionamentos dentre os quais iremos discutir: para os estudantes de psicologia há interesse em estudar a política de transmissão da psicanálise na universidade?

A universidade reúne o conjunto de saberes de campos particulares que visam à leitura universalizante da ciência e a psicanálise se organiza

como um campo particular do saber que tem por objeto a singularidade. A inserção desta na universidade ilustra a tensão entre um saber que objetiva a singularidade inerente ao desejo e o imperativo da adequação a um saber ideal científico, com pretensões universalizantes. Ao tomarmos esses dois campos, o da psicanálise e o da universidade, é quase imediata a associação com os discursos propostos por Lacan: o do analista e o do universitário. Isso seria o correlato das profissões impossíveis que Freud mencionou: a de fazer desejar e a de ensinar, respectivamente.

É interessante notar que por um giro, de um quarto de volta em sentido horário, o discurso do analista alcança o universitário. O mesmo não é possível ao universitário, que só poderá acessar o analítico se passar pelos discursos do mestre e da histórica. Esse percurso caracteriza uma especificidade da psicanálise: do inconsciente e da linguagem à histerização do discurso.

Sobre o discurso do analista, Sá (2006) afirma que o saber é particular e acontece sempre na lógica do um a um. Trata-se de um sujeito dividido, habitado por um desejo que lhe permite apostar num saber que não sabe de si – reino do mal-entendido e do não-ensinável. Já no discurso universitário o saber é universal, válido e acessível a todos e sem distinção. Nesse caso, o saber é que prima pela coerência, pois, aquele que o transmite sabe o que diz, atinge as massas – o saber não engana, reina o bem entendido e é ensinável. A autora ainda salienta que no discurso analítico, o sujeito aparece na resposta do que lhe causa, não é ele quem fala sobre a verdade, mas é esta quem fala. Não dá para estabelecer um exercício de verificação para a verdade, diferentemente do discurso universitário, em que a verdade é perseguida. Assim, podemos afirmar que as posições da ciência e da psicanálise caminham em direções opostas. Nesse sentido, é válido perguntar como é possível a psicanálise ser transmitida no espaço privilegiado da universalização científica?

A transmissão da psicanálise na universidade nos leva de imediato a uma questão: o que queremos dizer quando falamos em transmissão, ou melhor, há diferença entre transmissão e ensino? Sabemos que o ensinar

envolve sempre um saber. Todavia, no que diz respeito à psicanálise, podemos afirmar a existência de uma singularidade que a distingue dos demais saberes. Por isso, segundo alguns autores, tal como afirma Almeida (2006), a formação do psicanalista exige mais do que um ensino, exige uma transmissão.

De acordo com Escars (2006), falar da transmissão da psicanálise implica pensar em um “emissor” e um “receptor”. Ou seja, para se pensar a transmissão da psicanálise, necessariamente, é preciso levar em consideração que se trata de uma transmissão sob transferência. Sabemos com a prática clínica que a posição do analista irá determinar o desenvolvimento da transferência. Logo, podemos pensar que a posição assumida pelo professor na universidade irá também determinar o modo de transferência do receptor. Se por exemplo, o professor se colocar como a encarnação do próprio sujeito suposto saber, tem-se aí o discurso do mestre, tomando o aluno como receptor, ou seja, aquele que não sabe e, portanto, deve ser ensinado. Por outro lado, se o professor se colocar na posição de analista, as aulas não terão como objetivo ensinar, e poderão se transformar em objeto de sedução, com o único objetivo de conquistar.

Percebemos que, muitas vezes, diante da fragmentação do campo *psi* existe o risco de o professor considerar o graduando como uma tábula rasa que deve ser tomada para si e, assim, buscar seduzir o mesmo a fim de angariar adeptos à abordagem teórica de sua escolha. Frente a isso, o aluno que de fato ainda pouco conhece desse campo, provavelmente, irá identificar-se com essa enigmática figura do professor, colocando-o em um lugar de ideal. Ambas as posições, o professor enquanto mestre e o professor enquanto sedutor possuem um coeficiente comum: elas não consideram o aluno como um possível interlocutor. E se não há uma possibilidade de interlocução, conseqüentemente, é extremamente difícil a possibilidade de uma discussão científica e, portanto, de ocorrer o ensino da psicanálise.

Transmitir psicanálise não é percorrer os conceitos da teoria no intuito de dominá-la como ocorre no fazer científico. Em 1919, época em que

os estudantes de medicina de Budapeste buscavam a inclusão da psicanálise em seus currículos, Freud publicou um texto intitulado “Sobre o ensino da Psicanálise nas Universidades” (1919/1976). A obra sublinhava a possibilidade de os universitários aprenderem algo sobre e a partir da psicanálise, sendo necessário, no entanto, distinguir informação e formação. Para o pai da psicanálise, a informação se enquadra no contexto do ensino acadêmico, enquanto a formação referenda-se no famoso tripé enunciado pelo autor, a saber: estudo teórico, análise pessoal e supervisão. Aliás, a ideia de transmissão passa exatamente por esse tripé e, nesse sentido, é muito mais do que o ensino de um saber teórico, é a possibilidade de continuar transmitindo a experiência do inconsciente inaugurada pelo saber psicanalítico (Birman, 2003).

Como bem afirma Almeida (2006), se a transmissão da psicanálise supõe a transmissão da experiência do inconsciente e este se constitui como discurso do Outro, a transmissão da psicanálise se daria somente em “intensão”¹. A psicanálise em “intensão” aplica-se à formação, ou melhor, à própria experiência psicanalítica, visto ser a análise pessoal a “única experiência subjetiva que permite ao sujeito (re)conhecer de que modo obtura ou fantasia a falta no Outro, ‘suavizando’ a trágica condição humana de desamparo e abandono, imposta pelo Real da castração” (ALMEIDA, 2006, p. 5). O atravessamento da angústia do Real, de “o que o Outro quer de mim?” à angústia do desejo, que pode ocorrer através da experiência psicanalítica, obriga o sujeito a criar um estilo de existência marcado pela singularidade e alteridade. Portanto, o estilo tem a ver com o inconsciente enquanto discurso do Outro, bem como com o objeto a, resto que cai da relação entre o sujeito e o Outro.

Um ensino digno do nome de Freud, como reitera Lacan [...], é aquele capaz de produzir uma verdade subjetiva, isto é, de resgatar ou restaurar a enunciação de um desejo singular, que se manifesta na cultura pela via da transmissão de um estilo.

1 Segundo Almeida (2006), “intensão” é um neologismo lacaniano que enfatiza a tensão contínua e sem fim do inconsciente, apontando para uma formação que é permanente.

Eis, então, o que Lacan define como sendo o único ensino capaz de formar um analista: aquele que transmite um estilo (ALMEIDA, 2006, p. 3).

Desse modo, diferenciar transmissão e ensino significa distinguir entre a transmissão da psicanálise em “intenção”, nas três dimensões que a compõem, e a transmissão em extensão, na sua dimensão de ensino inserida nas universidades. O termo transmissão é admitido na psicanálise em extensão², ou seja, enquanto ensino e desdobramentos no campo da cultura e das instituições sociais, na medida em que um analista ensina a teoria psicanalítica e suas aplicações aos mais diversos campos pela transmissão de um estilo. Lacan, em seus seminários, visava abalar os *semblants* dos analistas, a quem ele se dirigia. Para tanto, “ele fez de seu estilo um instrumento indispensável de singularização e de marca do que ensinava. Dito de outro modo, ele ensinou a partir do estilo e, mais ainda, demonstrou desse modo que, mais além do Outro, é o objeto a, justamente por sua localização entre o saber e a verdade, que responde por isso”. (CASTRO, 2006, p. 99).

Em vários momentos de sua obra, tais como nas “Conferências introdutórias sobre a psicanálise”, “Análise terminável e interminável” e “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades”, Freud discorre sobre as possíveis interseções entre psicanálise e universidade. Trata-se, nas indagações freudianas, de se perguntar sobre a transmissão de um saber sobre a clínica no âmbito universitário. Embora suas posições oscilem entre um total descrédito frente à relação entre psicanálise e universidade e a certeza de que a psicanálise teria muito a contribuir na instituição universitária, ele é inflexível quanto à certeza de que a verdadeira transmissão da psicanálise se dá na experiência singular do sujeito e não a partir de um ensino formal. O autor reconhece que a entrada da psicanálise na universidade beneficiaria o curso no qual esta se inserisse. Isso porque a particularidade do seu ensino e a intervenção na constituição

2 “A psicanálise em extensão foi definida por Lacan de acordo com aquilo que resume a sua função de transmissão, na medida em que ela presentifica a psicanálise no mundo. ‘Presentificar a psicanálise no mundo’ não é, portanto, difundí-la [...]” (SÁ, 2006, p. 94).

de certos exercícios profissionais, sobretudo na prática médica, poderia ser um diferencial na formação acadêmica, já que ele acreditava que não levar em consideração o sujeito e as vicissitudes transferênciais do encontro com o médico seria ignorar parte essencial do tratamento.

Pinto (2006) argumenta que o caso a caso não interessa à universidade, apesar da formalização dessa práxis não poder ser recusada nas instituições universitárias. Em seguida, ele afirma que a psicanálise e a universidade mantêm uma relação impossível ou que não há relação sexual entre psicanálise e universidade, no sentido que não há complementariedade em qualquer laço social como fica claro na teoria dos discursos de Lacan. “Trata-se, todavia, de uma relação que não cessa de não se escrever, ou seja, permanecendo o pulsional, no limite, como um enigma, a categoria lógica do impossível se introduz, de modo irreduzível, nos laços sociais” (PINTO, 2006, p. 31). Essa impossibilidade nos fez pensar de que forma a psicanálise tem se sustentado dentro da academia, quais as perdas e ganhos desta inserção? E ainda, a quem interessa a psicanálise na universidade?

De modo bastante objetivo, Sá (2006) afirma que a inclusão da psicanálise nas grades curriculares de alguns cursos de graduação diversifica a oferta de saber aos seus estudantes e que, os psicanalistas, além de ampliarem seu campo de trabalho, tiram desse fato alguma consequência clínica. Mas a autora ressalta que “tudo isso só tem algum interesse para o campo da psicanálise, se o ensino e pesquisa da psicanálise na universidade se prestarem a alguma incidência analítica no laço social que constitui a universidade” (SÁ, 2006, p. 77). Castro (2006) acrescenta que se o analista for privado da dimensão de ensino, ele não só seria guiado quase exclusivamente por sua prática, como também só aprenderia com ela.

Enquanto estudantes de graduação em Psicologia e com base na nossa experiência na pesquisa acima citada, acreditamos que a inserção da psicanálise na instituição universitária interessa tanto à universidade quanto à psicanálise. E mais, consideramos ser de extrema importância para o graduando de Psicologia, compreender a política de transmissão

da psicanálise na universidade. Para entendermos isso, pensemos em um aluno alheio à mesma. O que pode ocorrer a esse aluno? Ele, enquanto receptor, poderá não perceber que se trata de um curso com currículo generalista, ou seja, que a psicanálise é apenas uma teoria dentre muitas. Desse modo, tenderá a acreditar que a psicanálise é a única teoria possível, ou pior, que a leitura realizada pelo autor ou professor “X” é a única correta, desprezando todas as outras sem mesmo conhecê-las. Ou seja, tal aluno lerá o autor ou professor “X” enquanto mestre. Por sua vez, o aluno atento a política de transmissão da psicanálise na universidade entenderá que uma teoria pressupõe várias leituras.

Podemos, por exemplo, ler a teoria lacaniana a partir do campo das ciências sociais. Assim, compreender a política de transmissão da psicanálise na universidade pode propiciar a construção de uma escuta crítica que possibilita uma diferenciação das posições assumidas pelo professor. Este, enquanto sujeito, pode vir a percorrer os quatro discursos da teoria lacaniana, como também pode se fixar em apenas um dos discursos.

Ousamos afirmar que a nossa participação na pesquisa “Formas e efeitos de circulação do discurso psicanalítico em pesquisas de mestrados em Minas Gerais” possibilitou que tivéssemos uma visão mais crítica. Assim, podemos compreender a afirmação lacaniana que em alguns momentos, no âmbito universitário, ocorrem ensinos regidos pelos ideais do eu, dos quais o saber está em posição de *semblant*. São ensinos repletos de burocratizações e padronizações institucionais que se afastam da ética da psicanálise e, portanto, da ética do desejo, dando mostras de estar a serviço dos poderes do eu, de seus ideais e de suas instituições.

Pinto (1999) afirma que nas instituições psicanalíticas, a tendência é estudar as formalizações que os mestres proporcionaram e as defender dogmaticamente, mas o espaço universitário poderia construir mediações em relação aos passos envolvidos em cada teoria. Com isso, a universidade poderia estar em uma posição mais privilegiada que essas instituições na luta contra o que ele chamou de “efeitos tóxicos do saber”.

Poderia estar, mas a partir da nossa experiência, inferimos a possibi-

lidade de que esse espaço está longe de estar na posição privilegiada, pois o que percebemos são alunos passivos frente à mestria dos significantes. Alunos que se limitam a aceitar sua determinação, sem ao menos interrogar ou mesmo levar em conta os limites teóricos, práticos, metodológicos e éticos que todo campo de saber possui. Observamos ainda que à medida que as disciplinas de psicanálise vão sendo ministradas, os estudantes se dividem em dois grupos: os que defendem veementemente a teoria e, porque não dizer, os próprios psicanalistas, muitas vezes de forma ideologizada; e, os que recusam e criticam o método e as contribuições que a psicanálise tem a oferecer ao curso de psicologia sem ao menos de fato conhecê-las.

Considerações finais

A relação do sujeito com o saber não é naturalmente confortável e a psicanálise inserida na universidade pode aumentar o desconforto. Isso acontece na medida em que “introduz o gozo na consideração científica como uma função que permite particularizar o modo como cada sujeito se vê as voltas com a impossibilidade de o saber recobrir o real” (PINTO, 2006, p. 31). Então, a psicanálise leva o sujeito a buscar uma forma de dizer que leve em conta a sua divisão e que o faça se deparar com a castração; oferece subsídios para que o sujeito introduza em seu fazer algo novo em relação ao que lhe é habitualmente sustentado, promovendo uma flexibilização dos alicerces que sustentam o “saber-fazer”.

Nesse sentido, a “verdade” para a psicanálise não é a do aparato simbólico construído, mas sim a impossibilidade do sujeito se representar nesse saber. Ao se referir a incompatibilidade entre saber e verdade, Lacan afirma que esta é um lugar de passagem. Mas o saber é fascinante e promete a ilusão de eliminar a falta. Portanto, parece ser mais fácil se apegar a ele com a intenção de solucionar a sua precariedade do que de alterar a relação que se mantém com o real do gozo. Assim, verificamos que a ciência não tem compromisso com a verdade, mas com a ambição

de apreender o real como aponta Maurano em seu texto “Um estranho no ninho ou a psicanálise na universidade”. Isso reafirma o lugar incômodo da psicanálise no meio acadêmico.

A transmissão, mesmo em extensão, da psicanálise na universidade não é, portanto, tarefa fácil. Sabemos da dificuldade em transmiti-la via discurso universitário, visto ser impossível aprender psicanálise de maneira puramente teórica, pois há que se produzir uma ressonância no sujeito. Entretanto, isso que chamamos de “ressonância” naturalmente não acontece com todos os alunos e a dificuldade que se tem de apreender esta teoria é compreensível, pois apesar de estar inserida dentro do campo da psicologia, ela contradiz muitos conceitos da psicoterapia. Com isso, o aluno tem que estar atento à fragmentação do campo *psi*, já que este não é um campo homogêneo e não pode ser estudado nem concebido enquanto tal.

Segundo Sá (2006), Freud apostava que a psicanálise inserida na universidade pode ser transmitida e assimilada, mas isso não que dizer que o aluno se apropria da teoria psicanalítica e a “domina” - se é que podemos dizer assim. Trata-se de introduzir um vestígio que instigue o aluno a ir além da sua relação com o saber. Desse modo, ao transmitir a psicanálise em extensão, recria-se algo do discurso psicanalítico, ou seja, ocorre a produção de um saber que possui certa relação com a verdade.

Enfim, acreditamos que estudar a psicanálise na universidade é relevante, primeiramente, porque é a forma que os alunos de graduação - geralmente do curso de psicologia, medicina e filosofia - têm para entrar em contato com essa teoria, já que para fazer parte de alguma instituição psicanalítica é preciso ter o diploma universitário. Depois, é relevante na medida em que o aluno é afetado por esse saber ou não saber que a psicanálise provoca com os seus questionamentos. Esse incômodo, inquietação, autorização ao “não saber”, que muitas vezes instiga os alunos a buscarem uma formação continuada. Por fim, acreditamos também que o estudo da psicanálise pode proporcionar uma “nova lógica de pensar”. Queremos dizer com a expressão “nova lógica de pensar” o

fato, por exemplo, de o estudo da psicanálise ter nos propiciado uma escuta diferenciada no que diz respeito aos discursos utilizados pelos professores, pelos pacientes e pelos próprios alunos. Ou seja, a posição de cada um diante do Outro e sua relação com a verdade, com o saber e com o gozo. Consideramos isso de extrema relevância, visto que as diferentes posições discursivas, que podem variar de acordo com cada momento simbólico, produzem diferentes posições subjetivas.

Enfatizamos também o fato de que o modo como cada estudante responderá a essa transmissão depende, em boa medida, da atenção e compreensão que o mesmo tem em relação às políticas de transmissão da psicanálise. Entretanto, essas respostas devem ser consideradas no um a um, pois este campo de saber irá tocar cada sujeito de forma diferente e, logo, até mesmo a sua relevância poderá ser respondida de maneira completamente distinta. Ao que nos cabe dizer, concebemos a psicanálise como uma teoria essencial para a nossa formação, já que a sua ética tem nos possibilitado uma visão diferenciada sobre as questões que envolvem o sujeito.

Referências

ALMEIDA, S. F. C. Transmissão da psicanálise a educadores: do ideal pedagógico ao real da (trans)missão educativa. *Estilos Clínicos*. São Paulo, v.11, n.21, dez.2006.

BIRMAN, J. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, J. E. O Ensino de Lacan e a ética da psicanálise. In: LO BIANCO, A. C. *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, p. 97-116.

ESCARS, C. O leitor suposto. Elementos para pensar a transmissão da psicanálise na universidade. In: LO BIANCO, A. C. *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, p. 9-20.

FREUD, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades (1919). In: _____. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVII, p. 217-220.

MAURANO, D. Um estranho no ninho ou a psicanálise na universidade. In: JORGE M. A. C. (org). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

PINTO, J. M. A instituição acadêmica e a legitimação da vocação científica da psicanálise. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v.12, n.3, Porto Alegre, 1999.

PINTO, J. M. Psicanálise e universidade: mais, ainda. In LO BIANCO, A. C. *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, p. 29-38

SÁ, I. X. A que serve a psicanálise na universidade? In LO BIANCO, A. C. *Freud não explica: a psicanálise nas universidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, p. 77-96.

SAFRA, G. Investigação em psicanálise na universidade. *Psicologia USP*, v.12, n.2, São Paulo, 2001.



PUC Minas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



EdUEMG

**Editora da Universidade do
Estado de Minas Gerais**



UEMG

UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
MINAS GERAIS